

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

Alexandre Capatto

PODER, RUPTURA E LUTAS AUTÔNOMAS EM PORTUGAL

MARÍLIA
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Alexandre Capatto

PODER, RUPTURA E LUTAS AUTÔNOMAS EM PORTUGAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UNESP - Campus de Marília

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

MARÍLIA
2010

Alexandre Capatto

PODER, RUPTURA E LUTAS AUTÔNOMAS EM PORTUGAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UNESP – Campus de Marília

Aprovado em 16 de abril de 2010

BANCA EXAMINADORA

Marcos Tadeu Del Roio (Orientador) – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília

Fátima Aparecida Cabral – Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília

João Alberto da Costa Pinto – Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

MARÍLIA
2010

Dedico à Naira pela paciência e companheirismo

Resumo: A mobilização coletiva dos trabalhadores tem despertado o questionamento da disciplina capitalista, revitalizando na prática a possibilidade de rompimento dos processos de exploração econômica. Este trabalho tem por objetivo realizar uma leitura da capacidade política das lutas ativas e coletivas estabelecidas pelos trabalhadores frente aos processos de dominação capitalista. As lutas sociais em Portugal nos anos de 1974 a 1976 nos servem de referencial para esta avaliação. A partir do resgate de algumas experiências concretas deste período, pretendemos avaliar os agentes sociais envolvidos neste processo, destacando a relação entre os principais elementos de dominação e a capacidade de ruptura dos grupos autônomos mobilizados. Para as discussões teóricas, estabelecemos um diálogo central com o pesquisador João Bernardo, que vem desenvolvendo os conceitos de *Estado Amplo* e *classe dos gestores*. A partir destes conceitos, pretendemos analisar as formas de exercício do poder pelos capitalistas na atualidade, discutindo a possibilidade e capacidade dos movimentos coletivos e ativos de romperem com a disciplina na empresa e estabelecer novas formas de relacionamento social antagônicas à dominação capitalista.

Palavras-chave: Poder capitalista. Gestores. Estado Amplo. Lutas sociais. Portugal. Anti-poder.

Resúmen: La movilización colectiva de los trabajadores ha despertado el cuestionamiento de la disciplina capitalista, revitalizando en la práctica la posibilidad de un rompimiento de los procesos de exploración económica. Este trabajo tiene por objetivo realizar una lectura de la capacidad política de las luchas activas y colectivas establecidas por los trabajadores frente a los procesos de dominación capitalista. Las luchas sociales en Portugal de los años de 1974 a 1976 nos sirven de referencia para esta evaluación. A partir del rescate de algunas experiencias concretas de este período, pretendemos evaluar los agentes sociales envueltos en ese proceso, destacando la relación entre los principales elementos de dominación y la capacidad de ruptura de los grupos autónomos movilizados. Para las discusiones teóricas, establecemos un diálogo central con el investigador João Bernardo, que viene desarrollando los conceptos de *Estado Amplio* y de la *clase de los gestores*. A partir de estos conceptos, pretendemos analizar las formas de ejercicio de poder por los capitalistas en la actualidad, discutiendo la posibilidad y capacidad de los movimientos colectivos y activos de romper con la disciplina en la empresa y establecer nuevas formas de relacionamiento social antagónicas a la dominación capitalista.

Palabras-clave: Poder capitalista. Gestores. Estado Amplio. Luchas sociales. Portugal. Anti-poder.

LISTA DE SIGLAS

AG – Empresa de seguros controlada pela Federação Sindical Alemã
BfG – Banco controlado pela Federação Sindical Alemã
CAEM – Conselho de Ajuda Econômica Mútua
CCP – Comissão Coordenadora do Programa
COPCON – Comando Operacional do Ocidente
CSO – Comissão Operária Sindical
DBG – Federação Sindical Alemã
DBGA – Conglomerado de empresas ligadas à Federação Sindical Alemã
GNR – Guarda Nacional Republicana.
LO – Federação Sindical Sueca
MFA – Movimento das Forças Armadas
PCP – Partido Comunista Português.
PCY – Partido Socialista Iugoslavo
PIDE – Polícia de Inteligência do Estado Português
PS – Partido Socialista
PSP – Polícia de Segurança Pública
TAP – Transportes Aéreo Portugal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ESTADO, GOLPE DE ESTADO E REORIENTAÇÃO ECONÔMICA EM PORTUGAL	16
2.1 Política colonial salazarista e orientação econômica	18
2.2 Regime autoritário e classes de apoio	23
2.3 Movimento das Forças Armadas e os elementos de apoio ao regime	31
2.4 I e II Governos Provisórios: demissões, mobilizações populares e controle institucional	41
3 MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA EM PORTUGAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA..	47
3.1 O quadro das experiências autônomas 1974-1975	48
3.1.1 Greve na empresa Mabor	50
3.1.2 Sogantal e Charminha	53
3.1.3 Efacec-Inel	58
3.2 Gramsci, os Conselhos e a representação política da classe trabalhadora	63
3.2.1 Conselhos e Sindicatos	63
3.2.2 Conselhos e Partidos	68
3.3 Análise e aproximações possíveis	72
4 ESTADO, LUTA DE CLASSES E GESTORES	76
4.1 Estado e movimentos autônomos na Iugoslávia a partir das análises de Pasic	79
4.2 Lutas sociais e definição da classe dos gestores por João Bernardo	91
4.2.1 O capitalismo dos sindicatos e a consolidação de uma classe	98
4.2.2 Anti-colonialismo e gestores	102
4.2.3 Lutas sociais e agentes corporativos	105
5 PODER E ANTI-PODER	110
5.1 Estado Amplo	111
5.2 Sobre autonomia e anti-poder	119
5.2.1 Autonomia	120
5.2.2 Anti-poder	123
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	138

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do capitalismo, os mecanismos de disciplina social necessários à exploração capitalista têm despertado mobilizações que, por diferentes meios de ação, apontaram para um questionamento coletivo destes mecanismos de exploração. Entre períodos de ascensão e refluxo, estas lutas mostraram estar de alguma forma interligadas, mesmo que distantes geograficamente ou imobilizadas diante de condições desfavoráveis. As experiências do movimento operário ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente após a Revolução Soviética em 1917, despertaram importantes discussões a respeito da força contestadora destes movimentos frente à exploração capitalista. Estas experiências puderam demonstrar o desejo dos grupos sociais mais despossuídos de romperem com o disciplinamento na produção, com o controle econômico e com as formas de relações políticas que as classes dominantes buscam impor.

Destas experiências, foram tomando destaque temas importantes, como os meios de organização dos grupos explorados, a sua relação política com o Estado e o papel dos partidos como vanguarda dos interesses da classe trabalhadora. O debate em torno dos mecanismos de organização da classe trabalhadora e sua capacidade de ruptura frente à exploração capitalista acompanhou estas lutas desde a fundação da Primeira Internacional dos Trabalhadores em 1864, e tem se renovado com diferentes perspectivas de abordagens até os dias de hoje. Estas experiências, desde então, nunca cessaram e vêm se multiplicando e agregando novos conteúdos aos debates políticos. O marco representado pela queda do muro de Berlim, o fim das experiências do então chamado *socialismo real* e a desagregação completa do bloco soviético tem atribuído novos contornos a este debate e tem dado margem para uma leitura pessimista da capacidade de mobilização dos trabalhadores.

Observando as últimas décadas, veremos que não faltaram experiências novas de lutas e enfrentamentos sociais. Tanto nos países mais desenvolvidos, marcados por protestos radicalizados pela juventude e imigrantes, quanto nos países onde as crises econômicas têm sido crônicas e mais agudas, as populações oprimidas têm respondido com mobilizações ativas e inovadoras. Pensando na década passada, podemos citar o caso dos piqueteiros na Argentina (2000), dos cocaleiros na Bolívia (2002), dos indígenas em grande parte da América Latina (Paraguai, Equador, Brasil, etc.), além de diversos movimentos camponeses

nestes mesmos países. Por outro lado, a imposição do sistema capitalista como modelo hegemônico e global nunca esteve ideologicamente tão consolidado. Especialmente no campo da ideologia, as noções de progresso, desenvolvimento e perpetuação do sistema tem sido uma constante em nossos dias.

Frente a este quadro dominante da ideologia de perpetuação do capitalismo, a teoria da exploração representa, ainda hoje, um marco nas discussões que abordam as lutas sociais. Seja para afirmá-la, reformá-la ou rechaçá-la, os trabalhos acadêmicos ou militantes têm se referido às teses de exploração e opressão. Estas idéias, expressas desde os princípios do capitalismo industrial, vêm sendo atualizadas a cada ciclo de lutas dos trabalhadores. A renovação das lutas é o que desperta a retomada destas idéias, e o que torna vivo o debate acerca das lutas sociais e sua capacidade de ação política emancipatória para os grupos sociais explorados.

As lutas sociais até hoje não foram capazes de pôr um fim definitivo às relações capitalistas, no entanto, são inumeráveis os conflitos entre a força de trabalho e as formas de enquadramento capitalista da produção. Estes confrontos têm marcado decisivamente o capitalismo nos ritmos de seu desenvolvimento e nas suas formas de controle e dominação. Acreditamos que estas lutas têm ocorrido em diversos níveis de ações, podendo partir de simples recusas individuais até as mais amplas mobilizações coletivas. Todas estas experiências trazem aprendizados ao conjunto destes milhares e milhares de lutadores, chamados aqui conceitualmente de classe trabalhadora. Esta classe tem se aproveitado de sua força coletiva para fundar os mais diversos tipos de instituições sociais para a defesa de seus interesses, tanto de caráter econômico quanto político. Alguns autores que destacaremos no decorrer deste trabalho observam que estas lutas operárias e movimentos sociais têm se mostrado capazes de questionar a exploração econômica, seja nos Estados capitalistas ou nos socialistas, onde prevaleceu a disciplina de empresa e a extorsão de mais-valia (Cf. BERNARDO, 1990; TRAGTEMBERG, 1989).

É crescente o número de autores que, ao constatar a reduzida influência política de instituições tradicionais do operariado, como os Partidos Comunistas, ou a drástica redução no número de filiados dos sindicatos, pretendem demonstrar o fim das esperanças de transformações radicais do capitalismo. Correntes de pensamento ligadas à social-democracia apontam para a superioridade e inevitabilidade das relações capitalistas, e a necessidade de se contentar com pequenas brechas que podem ser abertas para a redução das desigualdades

sociais, por meio do melhor planejamento e uma distribuição mais justa das riquezas¹. Diante do aparente refluxo das lutas, há ainda os que preferem decretar o fim da classe operária, defendendo a idéia de que em um mundo onde só existam produtores, restar-nos-ia a busca incessante pelo aumento do *tempo livre*².

Já as correntes que reivindicam um marxismo ortodoxo e mantém no horizonte a capacidade das classes trabalhadoras para uma transformação radical do capitalismo, têm apontado ao longo das experiências de lutas no século XX para a falta de um partido unificado, orgânico e poderoso da classe trabalhadora. Este seria o maior responsável por estas derrotas. De outra forma, autores como João Bernardo (1991a) e John Holloway (2003), destacam a capacidade radicalizada dos movimentos coletivos em questionar as relações de produção e suas formas de dominação. Para Bernardo (1991a), as mobilizações partem de exigências econômicas, mas sua forma de organização pode se realizar sobre novas relações em ruptura com as relações capitalistas. Esta oposição prática seria capaz de impor fissuras às relações capitalistas, forçando as classes dominantes a cederem a determinadas exigências dos trabalhadores, e com isso tendem a atuar no campo do poder e da política.

Para o presente trabalho, buscaremos dar destaque a alguns temas que julgamos principais em torno da capacidade política e emancipatória das organizações coletivas dos trabalhadores. Para isso, selecionamos centralmente as experiências das lutas sociais que ocorreram em Portugal, de abril de 1974 a novembro de 1975. A partir deste importante acontecimento histórico, buscaremos analisar as relações de poder das classes dominantes e o questionamento deste poder a partir dos grupos sociais que se mobilizavam e tomavam parte na resolução dos conflitos sociais. De acordo com Mailer (1978, p.211-212),

A experiência portuguesa é moderna em todos os sentidos. Moderna não só nas atitudes dos trabalhadores e na natureza de suas reivindicações, mas também no modelo de contra-ataque do capitalismo de Estado. Essa experiência emerge no decurso da própria luta, e as formas mais avançadas são expressas por aqueles para quem a luta é uma necessidade.

Buscando investigar as formas e o exercício do poder a partir dos conflitos sociais no capitalismo, procuramos destacar a capacidade criadora das lutas operárias e populares na medida em que foram capazes de estabelecer um campo de combate e oposição às condições

¹ Rosa Luxemburgo (1967), no início do século XX, já alertava aos movimentos organizados da classe trabalhadora sobre as formas de oportunismo político empreendido por estas correntes.

² Cf. Gorz (1982).

de domínio (político e econômico) dos capitalistas. Nosso objetivo principal é estudar nas lutas autônomas de Portugal algumas experiências de criação de redes e instituições coletivas, destacando sua capacidade de exercer um contra-poder frente à dominação capitalista. Estas ações, ao estabelecerem uma ruptura frente aos modelos disciplinares de organização da produção, acabaram produzindo enfrentamentos políticos diretos ao conjunto das classes dominantes. Enquanto capacidade política das classes trabalhadoras, estas instituições surgidas das lutas autônomas nos servirão de referencial para uma caracterização conceitual mais ampla das relações de poder e *anti-poder* no capitalismo contemporâneo.

Para o resgate dos acontecimentos históricos em Portugal, utilizaremos a obra do historiador Lincoln Secco (2004), *A revolução dos Cravos*, onde apresenta uma importante análise da evolução do período que precedeu o golpe do 25 de abril. O autor nos oferece um vasto registro das condições que caracterizavam a política colonial portuguesa no século XX, os grupos políticos envolvidos na queda do regime e o início das mobilizações que se seguiriam, tornando-se uma das obras de referência para nosso estudo. Outro historiador, Phil Mailer (1978), também nos traz importantes relatos da experiência portuguesa em seu livro *Portugal: A revolução impossível?* Nesta obra, o autor destaca principalmente o período das lutas autônomas e as relações dos movimentos com os demais atores sociais em Portugal nos anos de 1974-1976. Outra obra importante, *O Poder caiu nas ruas*, do cientista social Diego Cerezales (2003), também será um referencial importante neste trabalho, focando a análise das relações dos movimentos sociais com os aparelhos de Estado em Portugal. O autor destaca principalmente as mobilizações em torno do período de ruptura institucional de 1974 até 1976.

Com o objetivo de complementar as informações e dar maior fidelidade aos relatos das experiências associativas no período em questão, recorreremos também a fontes primárias, como documentos históricos, jornais e artigos da época, especialmente do jornal *Combate*, que circulou em Portugal entre junho de 1974 e fevereiro de 1978. Este periódico se dedicou exclusivamente ao relato das mobilizações, reproduzindo na íntegra muitos relatos pessoais e coletivos dos grupos sociais que participaram desta experiência. O *Combate*, que divulgou as manifestações públicas, os boletins das empresas em greve e em processo de ocupação, nos oferece elementos importantes para percebermos a especificidade das organizações estabelecidas pelos trabalhadores em Portugal e sua diversificada rede de relacionamentos.

Buscando estabelecer uma base conceitual para este trabalho, estabeleceremos o

diálogo com autores que se depararam em algum momento com processos sociais de ruptura similares ao que visamos destacar. O autor Nicos Poulantzas (1972) nos permitirá uma melhor caracterização das relações autoritárias do regime português que antecedeu ao período das mobilizações, permitindo uma avaliação mais apurada das relações internas entre as classes dominantes que sustentavam o Estado português. Um autor central de interlocução neste trabalho será o pesquisador português João Bernardo. A partir das experiências dos anos 1970, o autor desenvolveu um vasto quadro teórico que aborda as relações de poder na sociedade capitalista a partir das relações de produção. Desta concepção, terão destaque aqui três conseqüências fundamentais: repensar as instituições de poder a partir das relações de produção; perceber a unificação dos grupos sociais capitalistas que atuam no reforço destas relações de dominação e, por último, repensar a possibilidade do fim da exploração econômica pela ruptura direta destas relações de opressão, possíveis a partir da capacidade de criação de novas formas de sociabilidade. Para reforçar o quadro teórico desta perspectiva de ruptura a partir de relações sociais de tipo novo, utilizaremos algumas idéias levantadas pelo autor John Holloway (2003) no livro *“Cambiar el mundo sin tomar el poder”*, onde poderemos confrontar as possibilidades de intervenção social da categoria do *anti-poder* desenvolvida pelo autor.

No primeiro capítulo, buscaremos discutir algumas relações fundamentais entre as classes dominantes em Portugal que deram sustentação ao regime autoritário de Salazar, impondo um regime repressor aos movimentos dos trabalhadores por quase 50 anos. O desgaste destas relações de dominação teria conseqüências importantes que permitiram aos militares derrubarem o regime em 25 de abril de 1974, possibilitando aos trabalhadores uma grande latitude de mobilização e organização.

Para os trabalhadores, o controle econômico dos capitalistas na organização da produção se manifesta sob a forma de poder político. João Bernardo (1991), avaliando este processo em meados dos anos 70, perceberá nas organizações autônomas dos trabalhadores uma capacidade de se opor ao conjunto das classes capitalistas, o que apontava para uma prática igualitária e coletivista. Neste sentido, buscaremos no segundo capítulo dar destaque à capacidade organizativa destes movimentos e o alcance político de suas organizações. Selecionamos algumas situações de experiências concretas do período de maiores mobilizações em Portugal (a partir de maio de 1974) para, em seguida, avaliar em que medida elas foram capazes de fazer frente às condições de exploração a que vinham sendo submetidas

e quais foram suas maiores dificuldades. Aproveitando as experiências de construção dos conselhos populares na Itália a partir dos anos 1920, levantaremos as discussões de Gramsci (1981) sobre o alcance desta luta nos conselhos, seu alcance político-econômico e sua relação com os partidos e sindicatos.

Para o terceiro capítulo será discutida a relação entre as lutas sociais de enfrentamento à exploração com as instituições de um poder Estatal controlado por um partido que busca representar os interesses da classe trabalhadora. Resgatando a experiência iugoslava dos anos 1950, veremos como o Estado, para reverter o isolamento econômico e os baixos índices de produtividade, buscou uma aproximação com as instituições de organização e luta dos trabalhadores. Estabelecendo algumas comparações com os governos provisórios que surgiram após o golpe de abril em Portugal, veremos como esta aproximação tem sido um recurso dos aparelhos do Estado para manter a coesão das relações produtivas em reduzir a capacidade de ruptura destas instituições.

A partir de uma postura crítica do texto de Pasic (1976), que aborda esta aproximação das instituições de Estado com as instituições autônomas dos trabalhadores, poderemos estabelecer uma discussão sobre a importância do poder institucional do Estado nas mãos dos partidos de esquerda e seu referencial para a luta das classes subalternas. A apreensão destas relações que foram sendo estabelecidas entre as forças do Estado e as instituições operárias nos exigem a percepção dos grupos sociais que estiveram comprometidos com estas aproximações. Neste sentido, recorreremos ao elemento conceitual da classe dos *gestores*, desenvolvido em diversas oportunidades pelo autor João Bernardo (1975a; 1977; 1979; 1987a; 1991a). Apresentando as principais experiências históricas que teria dado origem a esta classe, pretendemos estabelecer uma leitura mais ampla e detalhada das relações de poder no capitalismo atual.

Buscaremos para o último capítulo traçar uma visão geral dos aparelhos e mecanismos que tem garantido um poder dominante às classes capitalistas. Para isso, recorreremos ainda ao conceito de *Estado Amplo*, também apresentado por João Bernardo (1991a; 1998; 2005), com o intuito de estabelecer algumas conclusões sobre o alcance destas lutas autônomas e sua capacidade de questionar na prática a exploração capitalista. As leituras de John Holloway (2003) sobre as esferas do *anti-poder* serão um importante referencial para estas discussões finais.

2 ESTADO, GOLPE DE ESTADO E REORIENTAÇÃO ECONÔMICA EM PORTUGAL

As Ciências Políticas, visando estudar as relações de poder nas sociedades modernas, têm apontado o Estado como fórum privilegiado de disputas e manutenção do poder. Esta tradição vem já com Maquiavel no século XVI, que articula o poder atribuído ao *Príncipe*, estabelecendo uma relação entre o *povo* e o Estado. Para garantir um poder soberano, caberia ao *Príncipe* diagnosticar e executar as condições necessárias ao seu exercício. Maquiavel atribuiu ao Estado a capacidade da centralização política como condição de sua soberania. E para tanto, caberia ao *Príncipe* (enquanto a personificação do Estado) estabelecer as relações necessárias com o *povo*, ora com as leis, ora com a espada, de modo que se garanta a sua soberania e capacidade de dominação política.

Visando dar destaque aos processos sociais que se desencadearam a partir do golpe de 25 de abril de 1974 em Portugal, caracterizaremos neste primeiro capítulo os grupos e classes sociais que deram sustentação ao regime salazarista, durante o Estado Novo português³. A percepção das frações de classe destes mesmos grupos, que passariam depois a se opor ao regime salazarista, será importante para a compreensão das iniciativas do Estado português que, após o golpe, disputaram nas instituições do Estado a reorientação da política econômica. A análise deste período de reorganização da economia portuguesa nos permite perceber como a transformação dos processos econômicos envolveu diretamente a organização e disciplinamento das classes trabalhadoras.

No capitalismo moderno, o Estado tem sido o resultado de constantes tentativas de centralização do imenso mecanismo de poder das classes dominantes, que consentem num ponto determinante: garantir a reprodução das relações sociais que garantem o acesso à propriedade. Neste sentido Marx define que a função principal do Estado no capitalismo é a de assegurar às classes dominantes o acesso à propriedade e a reprodução das condições sociais do capital. Na crítica à economia política realizada por Marx em *O Capital* (1985), temos que no capitalismo a propriedade e o capital são indissociáveis. A propriedade só atinge grandes dimensões quando pautada sob o seu valor de troca. Para isso ela tem que existir sob a forma de capital e mercadoria, ou seja, tem que estar inserida num contexto de

³ O Estado Novo em Portugal teve início em 1926, pondo fim ao curto e conturbado período republicano anterior, que durou de 1910 a 1926. Para maiores informações, conferir Secco (2004).

relacionamento social que possibilite, mediante um trabalho genérico, a sua reprodução. Fora das relações sociais o capital não seria capaz de agregar riqueza nem poder.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. (MARX, 1985, p.55).

Contudo, esta instituição a que chamamos Estado e suas esferas econômicas vêm se transformando continuamente diante dos conflitos que envolvem as relações sociais de produção das mercadorias. Os principados pensados por Maquiavel perderam seu espaço na geografia atual do capitalismo transnacional, e os mecanismos de centralização do poder político das classes dominantes ganharam novos recursos de legitimidade e dominação. Apesar das transformações nas formas de organização das sociedades e de suas instituições de exercício do poder, a função do Estado de maior destaque continua sendo assegurar um progresso econômico e definir os papéis dos grupos sociais.

Atribuir ao Estado o papel de estimular o desenvolvimento econômico, implica dizer que este aparelho tem a capacidade de intervir diretamente na organização das relações sociais de produção. Esta intervenção direta na organização econômica explicita a capacidade do Estado de interferir diretamente nas relações entre as classes sociais, o que faz deste aparelho alvo de disputas constantes entre as diversas camadas das classes dominantes. Neste sentido, avaliar as relações das classes dominantes em Portugal com os aparelhos de Estado, será um passo importante na percepção dos fenômenos que envolveram as lutas entre as classes sociais.

Através da experiência portuguesa dos anos de 1974 e 1975 que pôs fim à ditadura salazarista, buscaremos avaliar as relações sociais que envolveram o Estado português na reorganização dos processos econômicos que entrariam em crise a partir do colapso das relações de produção. Veremos neste capítulo que as tentativas do Estado em promover uma remodelação econômica, não pôde se processar sem despontar contradições latentes nas relações de produção que permeavam a sociedade portuguesa. Destacamos aqui como a reorganização da economia foi capaz de intervir diretamente na reorganização das relações sociais em Portugal. Diante deste quadro, a pungência dos conflitos sociais revelaram um poder que era disputado no âmbito de relações econômicas. Estas relações políticas ficaram explícitas em Portugal quando percebemos uma busca intensa das instituições do Estado por

mecanismos de enquadramento social das mobilizações sociais mais radicalizadas. Para isso recorriam a leis, ações de repressão e punições para barrar os movimentos populares grevistas que rompiam com a cadeia produtiva do país.

Se estivermos certos em destacar a importância do Estado para manter o equilíbrio econômico, o controle social e a dominação política, devemos aceitar que este aparelho sempre esteja sujeito à forças sociais contraditórias que reforçam a possibilidade de instabilidades, criando fissuras e questionando a sua hegemonia. No caso específico de Portugal, nos interessa principalmente uma avaliação das relações entre os partidos políticos, as estruturas militares envolvidas na reorganização dos aparelhos de Estado e suas relações com os movimentos populares. Neste contexto, seria um desafio para o pesquisador social identificar os contornos destes períodos de instabilidade e seus agentes sociais de maior expressão. Para isso, o estudo das relações de poder que antecedem esta conjuntura é fundamental.

2.1 Política colonial salazarista e orientação econômica

As questões políticas que contribuíram para deflagrar o 25 de abril de 1974 poderão ser melhor entendidas com uma breve apresentação dos precedentes históricos que envolveram as classes dominantes em Portugal no período entre a ascensão e a decadência da política colonial portuguesa no Estado Novo. Oliveira Salazar assumira a direção da pasta econômica no Estado Novo em 1928, em 1930 se torna o principal chefe da política colonial e no ano de 1932 já detinha amplos poderes para conduzir um regime colonialista e autoritário soberanamente. Esta rápida ascensão de Salazar se deve em grande medida à instabilidade do regime Republicano que promulgado em 1910, teve até 1926 quarenta e cinco governos, sete eleições e vinte e duas situações de ruptura institucional. Sua carreira de professor⁴ na tradicional Universidade de Coimbra parecia ser um fator de prestígio e legitimidade tecnocrática capaz de garantir às classes dominantes uma política conservadora de contenção das instabilidades políticas e sociais em Portugal, e promover uma aceleração e dinamização

⁴ Salazar pertenceu ao Centro Acadêmico da Democracia Cristã e ao Centro Católico Português, este fundado em 1917 com as bases do extinto Partido Nacionalista. Idéias recorrentes à época do salazarismo eram: império, nação, ordem, colônias. (Cf. SECCO, 2004).

do capitalismo.

No entanto, a política de modernização capitalista do governo de Salazar percorreu caminhos que promoveram conflitos de interesses entre as classes dominantes no país. No contexto de pós-crise de 1929, os países da esfera americana haviam restringido as transações internacionais de empréstimos e financiamento de dívidas. Uma alternativa seria a aproximação econômica com o bloco soviético, mas esta via estava demasiado distante, especialmente para as elites tradicionais que detinham o poder em Portugal. Neste sentido, as políticas adotadas pelo Estado Novo em Portugal a partir do governo de Salazar, estariam condicionadas pelo contexto mundial de retração dos capitais (Cf. BERNARDO, 1975b).

A política econômica em Portugal e o aprofundamento da crise estão delimitadas num período que se inicia com o Estado Novo em 1926, se consolida com Salazar a partir de 1928 e se finaliza com a queda de Marcello Caetano em 1974. Para uma compreensão deste período do salazarismo, devemos estar atentos às relações territoriais (sócio-espaciais) que envolveram a continuidade política do regime. A crise econômica em Portugal que se agravou para uma importante crise política das classes dominantes, não pode deixar de ser percebida através de suas relações com os países colonizados. Para Lincoln Secco (2004, p.88), “A compreensão dos fatores que levariam ao esboroamento do regime vigente em Portugal demanda um deslocamento da explicação dos fatores endógenos para as formas de relacionamento com as colônias e o mercado mundial”.

O Estado Novo procurou percorrer uma alternativa própria para o desenvolvimento capitalista em Portugal, reforçando a política colonialista enquanto modelo fundamental das relações econômicas e políticas do país. O regime salazarista legitimava sua força através da necessidade de manter os territórios coloniais de Portugal no norte da África (Guiné-Bissau e Cabo Verde), no arquipélago de São Tomé e Príncipe, em Moçambique, Angola e em pequenos territórios na Índia e na Oceania. É importante notar que a política colonialista serviu como alternativa às classes dominantes portuguesas num contexto de recessão internacional.

Perante uma dura exploração da força de trabalho local e o privilégio dos monopólios portugueses, as colônias puderam proporcionar rendimentos satisfatórios, de modo que as classes dominantes no país pudessem lucrar com tal política. O Regime salazarista mantinha como estratégia principal uma política de Estado que privilegiava os grandes monopólios privados e os latifundiários. Nas colônias, a inversão de capitais em infra-estruturas

promovidas pelo Estado era uma forma de favorecer estes monopólios. De acordo com Bernardo (1975b), estes se beneficiavam com a melhoria da produtividade oferecida pelas infra-estruturas subsidiadas pelo Estado, sem com isso acrescentar custos de produção, o que lhes garantiu por muitos anos uma elevada margem de lucro e poder de competitividade.

A participação do Estado era decisiva para o funcionamento destes monopólios nos países coloniais. O governo buscava favorecê-los com infra-estruturas e condições básicas para sua instalação. Estas infra-estruturas podiam ser físicas, como fontes de energia, estradas e meios de transportes, facilidades de acessos às matérias-primas, ou de caráter político-social, como serviços bancários, administrações locais, qualificação da mão-de-obra e repressão às revoltas e rebeliões que afetassem a produtividade destas empresas.

Para beneficiar os grandes empresários na metrópole, o governo adotava estratégias que garantiam níveis salariais bastante reduzidos e, para isso era fundamental manter baixo os preços dos bens de consumo por meio de subsídios aos produtores agrícolas. Esta política, de acordo com Bernardo (1975b) teria beneficiado diretamente as elites agrárias no país, especialmente os produtores de trigo e os industriais produtores de bens de consumo, como o setor têxtil. Esta política, no entanto, desfavorecia os setores intermediários e pequenos camponeses que eram obrigados a reduzir as margens de lucros para concorrer com grandes produtores subsidiados pelo governo. Portanto, ainda em acordo com o autor, as frações das classes dominantes mais favorecidas com a política salazaristas foram os agentes ligados aos grandes monopólios nacionais, o setor agrário e os empresários do setor de bens de consumo. Estes grupos mais favorecidos no Estado Novo seriam a base de sustentação da política colonialista de Salazar, especialmente nas três primeiras décadas do regime.

Conforme Lincoln Secco (2004), nos anos 50, com o aumento da oferta de capitais no mercado internacional, o Estado português passou a privilegiar de maneira mais acentuada a instalação de grandes oligopólios internacionais nas colônias, e a política de subsídios foi tendo de ser reduzida para baixar os elevados déficits na balança de pagamentos do governo. A partir deste momento aquelas parcelas das classes dominantes tradicionais em Portugal que apoiavam o regime passam a se sentir desprestigiadas com as estratégias econômicas do regime salazarista.

Desde então, cada vez mais os capitais investidos nas colônias portuguesas eram de origem norte americana, inglesa ou europeia. Os oligopólios que exploravam os principais ramos da indústria pesada e extrativista inseridas nas colônias não tinham origens em

Portugal. Em Angola, por exemplo, a extração, o beneficiamento e a comercialização do petróleo foram concedidos a oligopólios internacionais como a Shell. Também as estradas de ferro, a extração mineradora (de zinco, alumínio, bauxita, manganês e diamantes) era controlada por grandes empresas e oligopólios oriundos da Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul e Alemanha. (Cf. SECCO, 2004). No campo econômico, esta política colonialista agravava o desnível das relações capitalistas de Portugal com os seus vizinhos do bloco econômico europeu.

Com isso, também a dependência econômica das colônias com Portugal vinha diminuindo acentuadamente⁵. Mas a política colonialista de Salazar buscava manter o controle político destes países pela força, e se negava a aceitar qualquer tipo de negociação política para uma autonomia administrativa. Estas contradições deram margem a constantes revoltas, o que dificultava o controle político pela metrópole, e começaram a surgir importantes movimentos pela independência nacional destes países⁶.

Em Portugal, as classes populares vinham sofrendo com o desemprego e pagavam o preço da estagnação econômica se submetendo à intensificação da exploração pela manutenção da produtividade no âmbito da mais-valia absoluta, o que resultava em baixos salários, aumento nas jornadas de trabalho e dos ritmos de produção. Esta sobre-exploração só pode ser levada a cabo mediante um forte aparato repressivo, inibindo qualquer organização de contestação por parte dos trabalhadores que pudessem exigir aumentos salariais ou melhorias nas condições de trabalho.

Na metrópole, os conflitos sociais eram sanados graças à eficiência de três forças policiais independentes das Forças Armadas, cujos líderes tinham relações diretas com o primeiro escalão do governo. A Polícia de Segurança Pública (PSP) era responsável pelo patrulhamento urbano, e por dispersar manifestações públicas com tropas especializadas no enfrentamento de massas. A PIDE, uma polícia especializada no serviço de inteligência, também conhecida como a polícia política do Estado Novo. Havia ainda a Guarda Nacional Republicana (GNR), responsável pelo patrulhamento rural e pela segurança direta dos chefes

⁵ Dos bens comercializados em Angola e Moçambique em 1961, 44% e 33% respectivamente, eram importados de Portugal, enquanto que em 1973, estas cifras baixariam para 26% e 19% (SECCO, 2004).

⁶ A conjuntura internacional de independência das colônias africanas agravava o descontentamento tanto dentro de Portugal como nas colônias, que passavam a criticar a manutenção destes territórios pela força. Cada vez mais as independências foram sendo negociadas pelos países colonizadores. “O colonialismo era agonizante, e, nos países europeus, crescia a crítica interna. As forças africanas precediam a uma radicalização proporcional à resistência europeia, permitindo dois tipos de transição. Uma controlada pela metrópole [como na Tunísia, Camarões, Togo e Marrocos] (...) O outro tipo foi aquele que preservou, inicialmente, algum tipo de crítica à metrópole [Madagascar (1958), Gana (1957), Congo, etc.]” (SECCO, 2004, p. 65).

de Estado. No campo legislativo, as leis eram igualmente severas e proibiam qualquer tipo de mobilização popular, as organizações sindicais independentes do Estado e os partidos políticos estavam na ilegalidade e seus líderes eram perseguidos.

Para dar sustentação à política colonialista, o Estado Novo dependia diretamente das Forças Armadas⁷, especialmente dos militares de altas patentes. No entanto, a dimensão decisiva das guerras coloniais permitia às Forças Armadas desempenhar importantes papéis políticos e econômicos nas colônias, o que gerava, em determinados momentos, a possibilidade de estabelecerem posicionamentos políticos divergentes às políticas de Salazar⁸. Também setores tradicionais da Igreja Católica, embora oficialmente separados do Estado, compartilhavam relações privilegiadas com o regime na medida em que defendiam a ordem e o *status quo*. A preservação dos valores católicos em Portugal servia de sustentação do regime de Salazar, reivindicando valores da fé, em alusão à sua missão de líder político, especialmente entre os camponeses.

Delineado até aqui algumas orientações do regime salazarista que agravaram a crise econômica em Portugal. A história do capitalismo nos mostra que nem sempre as crises econômicas resultam em crises políticas para as classes dominantes, tampouco assumem um caráter de ruptura institucional. Por isso, permanece o desafio de perceber os elementos que elevaram a conjuntura em Portugal a uma aguda crise política que se explicitaria com a queda do regime português em 25 de abril de 1974. A abordagem do caráter repressivo do Estado Novo e dos grupos sociais que serviram de apoio ao regime de Salazar é indispensável para entendermos a queda do regime (Cf. SECCO, 2004).

⁷ “Eram territórios ocupados e mantidos sob a tutela metropolitana predominantemente pelo uso da violência. Tanto é assim que os governadores do Império, que exerciam sua autoridade em Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Diu, Damão, Goa, Timor Oriental e Macau eram quase sempre militares. Porque era militar a primordial função nas colônias.(...) A colonização era inseparável da vigilância das Forças Armadas. A exploração econômica não seria possível apenas pelas suas virtualidades intrínsecas, pelos lucros que acarretavam, pelos empregos que pudessem criar, pelos rendimentos com que pudessem seduzir. Não. Acompanhava-se do trabalho compulsório, da desarticulação de tradições culturais e hábitos de vida, sem as compensações reais e ilusórias que o capital ofereceria em circunstâncias em que sua lógica interna se pudesse fazer valer sem alimentar-se de modos de produção e formas de trabalho pré-capitalistas” (SECCO, 2004, p.75).

⁸ Diante desta conjuntura o governou buscou reduzir a participação política das Forças Armadas introduzindo a Lei de Reforma Militar em 1937 na qual submetia as decisões das Forças Armadas ao Conselho de Ministros, cujo presidente era Salazar. (Cf. SECCO, 2004).

2.2 Regime autoritário e classes de apoio

Diante da importância do elemento repressivo promovido pelo Estado Novo é importante que façamos uma avaliação da abrangência das contradições estabelecidas entre a política externa colonial e a repressão interna das classes trabalhadoras, e de que maneira estes elementos colaboraram para a situação de ruptura institucional. As organizações de esquerda e movimentos sociais quase na sua totalidade caracterizavam o regime de Salazar e Caetano como fascistas. Esta orientação foi igualmente deliberada em seguidos congressos da Internacional Comunista que definiam o fascismo a partir do autoritarismo dos aparelhos de Estado. Uma célebre definição dirá que o fenômeno do regime fascista decorre do fato de que “a burguesia já não pode exercer o poder pelos velhos métodos do parlamentarismo, e da democracia burguesa, o que a obriga a recorrer aos métodos terroristas de governo” (STÁLIN *apud* POULANTZAS, 1972, p. 109).

De acordo com Secco (2004), a política colonialista e o favorecimento dos grandes oligopólios reforçavam esta definição. Algumas opções políticas do regime português também explicitam aproximações práticas e ideológicas com o fato de Salazar, no início de seu governo, ter colaborado decisivamente no apoio à sublevação franquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). No campo institucional, o país era governado por uma Assembleia Nacional e uma câmara corporativa, onde os membros eram eleitos a partir de um partido único, a União Nacional.

No entanto, devemos ter em mente que certas semelhanças não são garantias de uma definição integral do Estado Novo enquanto um Estado fascista. Mais do que as definições possíveis para o caráter do Estado português na era do salazarismo, nos interessa uma percepção das relações estabelecidas pelas classes dominantes em Portugal com o Estado e as formas de legitimação e apoio ideológico ao regime que conferiram. Para isso será útil estabelecer uma relação do *Estado de exceção* português com as formas clássicas de *Estado fascista*. As caracterizações dos Estados de exceção, e as particularidade dos Estados fascistas discutidos por Nico Poulantzas, no livro *Fascismo e Ditaduras* (1972), são um importante ponto de partida.

De acordo com Poulantzas (1972), o grau repressivo dos aparelhos de Estado empreendido a partir de uma política autoritária e centralizadora pode caracterizar um Estado

de exceção como fascista. Para isso, devemos ter em conta a composição das alianças das classes que apoiam o regime, bem como uma clara definição dos mecanismos ideológicos capazes de centralizar as forças sociais em apoio ao regime. Um Estado centralizador que interfira diretamente na vida social e econômica tem sido um recurso importante nas experiências capitalistas. Poulantzas (1972) destaca o *bonapartismo*, as *ditaduras militares* e o *fascismo* enquanto estratégias históricas das classes capitalistas para manter seu poder hegemônico nos momentos em que as instituições formais e simbólicas do Estado capitalista já não podiam garantir a hegemonia política dos interesses das classes dominantes. Estas seriam basicamente as formas do Estado de exceção definidas pelo autor, portanto o fascismo é entendido enquanto uma dessas formas.

Uma característica notável que aproxima o início do regime salazarista das experiências fascistas é que o processo de fascização sempre se deu a partir de um período de crise das ideologias das classes dominantes. De acordo com Poulantzas (1972), no fascismo clássico (Alemanha e Itália), a situação de instabilidade política relacionada à crise das ideologias das classes dominantes reforçou a legitimidade centralizadora do regime através da personificação de um líder com poderes irrestritos. A questão da crise das ideologias entre as classes dominantes em Portugal era flagrante, como demonstram os números referentes à instabilidade política enfrentada nos 16 anos da República portuguesa que antecederam o regime. Neste sentido, a capacidade centralizadora de Salazar para intervir nos conflitos sociais recebeu grande apoio das principais camadas das classes dominantes em Portugal.

Observando estas crises que resultaram no processo de fascização, Poulantzas (1972) aponta que a unidade das classes dominantes e a forma como cada grupo social se relacionam com o Estado também tende a variar. Avaliando os regimes fascistas na Itália e na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, o autor demonstra que os partidos fascistas tinham uma importante base social na pequena burguesia, que nos momentos de crise se apoiaram num partido único, com a intenção de garantir a centralização política e uma drástica intervenção econômica. Segundo o autor, esta pequena burguesia é composta por dois grupos principais, que desempenham funções econômicas distintas.

O primeiro grupo seria formado por setores tradicionais de pequenos proprietários que baseiam sua renda na produção de bens de consumo que requerem pouca tecnologia, na prestação de serviços e por pequenos comerciantes (todos com relações produtivas predominantemente familiares e, portanto com uma dependência mínima de empregados

assalariados). Estes grupos sociais da pequena burguesia seriam oriundos de relações pré-capitalistas, desempenhando, por isso um papel político secundário nas hierarquias capitalistas. O segundo grupo seria formado pelos profissionais especializados e tecnocratas que, baseados em seus conhecimentos mais avançados e suas relações diretas com as chefias, teriam remunerações mais elevadas que a média dos operários. Estes grupos seriam oriundos das formas mais desenvolvidas do capitalismo, mas tradicionalmente não desempenham uma função primária nas relações políticas das classes dominantes.

Ainda de acordo com o autor, estas duas camadas da pequena burguesia, com origens históricas e funções econômicas diferentes, sofreriam a falta de um projeto de classe a longo prazo. Esta condição de classe secundária no sistema capitalista forçaria à variação de opções políticas e ideológicas de acordo com a conjuntura de crise ou estabilidade política. Seu apoio político e formas ideológicas oscilam entre o operariado e a alta burguesia. Poulantzas (1972, p. 9-10) irá dizer que:

Devido à situação ambígua de classe da pequena burguesia, o subconjunto ideológico pequeno-burguês comporta igualmente, mais ainda do que a ideologia dominante, “importações” da ideologia da classe operária, desviadas e adaptadas às aspirações próprias da pequena burguesia. (...) o papel e as formas de “importação” da ideologia ligada à classe operária - dependem, do caráter móvel e instável da ideologia pequeno-burguesa, do lugar da pequena burguesia na conjuntura.

Portanto, para o autor, a pequena burguesia é composta por frações de classe com práticas econômicas diferentes, que só são capazes de estabelecer unidade no campo da ideologia e de suas opções políticas. Este elemento a impediu historicamente de estabelecer um partido representativo e de massas, sendo por isso forçada a aderir parcialmente às propostas políticas mais sólidas. Em Portugal, a participação política e econômica do pequeno e do médio capital nacional era bastante modesta. A capacidade econômica e política das classes médias tiveram pouco destaque no Estado Novo, e no entanto, o baixo nível do desenvolvimento capitalista em Portugal tornava estes grupos numerosos. Esta grande participação numérica refletia que estas camadas médias eram responsáveis por vastas redes de relacionamentos, o que conferia uma capacidade decisiva de enquadramento social e ideológico dos trabalhadores.

No período de ascensão de Salazar, Portugal era predominantemente rural, o que implicava que estes pequenos proprietários eram responsáveis pelo emprego de milhares de trabalhadores rurais e camponeses sem terras (SECCO, 2004; MAILER, 1978; CEREALES,

2003). Também nas cidades, com o comércio varejista pulverizado entre pequenos comerciantes e a predominância de pequenas empresas, era conferido a estas camadas da pequena burguesia uma enorme capacidade de relacionamentos sociais (Cf. BERNARDO, 1975b). Este vasto grupo da pequena burguesia serviu de apoio para a ascensão do regime salazarista no Estado Novo. Ainda caracterizando as relações da pequena burguesia nos Estados fascistas e de exceção, Poulantzas (1972) afirma que a ascensão do fascismo representou a capacidade destes grupos pequenos burgueses de exercerem um poder direto e fundamental.⁹

Avaliando que a repressão é apenas um momento do Estado de exceção, Poulantzas (1972) define que o Estado é composto por instituições que sustentam a hegemonia das classes capitalistas em diversas frentes. São fundamentais o Exército, a polícia, os tribunais e os governos para que o Estado desempenhe funções administrativas e repressivas, mas não é menos importante a utilização de uma diversidade de aparelhos que promovam funções de apoio e enquadramento ideológico no âmbito das relações sociais e da ideologia. Reafirmando a noção de Gramsci sobre a necessidade de constante reforço da hegemonia do Estado, Poulantzas (1972, p. 85) irá afirmar que:

(...) insistindo no fato de que o aparelho de Estado não se reveste simplesmente de um papel de ‘força’, mas igualmente de um papel ideológico – hegemonia –, Gramsci assinalava repetidas vezes, e de forma circunstanciada e desenvolvida, que o Estado não deve ser apenas concebido de maneira ‘tradicional’ – aparelho de ‘força’ –, mas igualmente como ‘organizador da hegemonia’.

Além dos aparelhos tradicionais, o Estado depende de uma série de aparelhos ideológicos que funcionam no enquadramento social das relações de produção e que demandam certa autonomia em relação ao aparelho central do Estado. Uma diferença básica entre o Estado liberal democrático e os Estados de exceção se situa no grau de autonomia que estes aparelhos ideológicos possuem em relação ao corpo institucional do Estado. Para o autor, nos Estados liberais os aparelhos ideológicos gozam de maior autonomia em relação aos aparelhos de Estado. Estes aparelhos ideológicos tem como papel principal dar coesão aos aparelhos de Estado, ao mesmo tempo em que o Estado garante (pelas leis e pela força) o funcionamento e regulação destes aparelhos ideológicos. Tomando posições políticas e ideológicas que privilegiam determinadas práticas sociais, estes aparelhos ideológicos agem

⁹ “Com efeito, o fato de a pequena burguesia não ter, a longo prazo, uma posição de classe própria não quer de modo algum dizer que não se possa constituir em, e desempenhar o papel de, *autentica força social*: casos de que faz parte o fascismo e que correspondem a conjunturas bem determinadas.”(POULANTZAS, 1972, p.17).

no sentido de “fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a propagar outros, o direito será o instrumento para atingir este objetivo, a par da escola e de outras instituições.” (GRAMSCI *apud* POULANTZAS, 1972, p. 86).

No Estado Novo português, o consenso social construído a partir do enquadramento ideológico das massas trabalhadoras era ratificado por diversas instituições de caráter civil, e, portanto aparentemente independentes do Estado, que colaboravam com o regime na repressão física das lutas sociais e no controle dos costumes e hábitos. Estes grupos que serviram de aparelhos ideológicos do regime salazarista tinham como base militante principalmente as classes médias de pequenos proprietários, que mesclavam funções de propaganda e enquadramento ideológico em apoio direto a Salazar. Estes grupos desempenhavam ações de intimidação, perseguições, agressões, espionagens e delações de pessoas e grupos sociais que se opunham ao regime. Organizações como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa eram as vias principais destas manifestações de apoio ideológico ao regime. De acordo com Secco (2004), os sindicatos oficiais, e organizações católicas serviam para o enquadramento ideológico e social das formas de relacionamento e organização das massas trabalhadoras e populares.

Poulantzas (1972) verifica que a crise das ideologias tende a canalizar o desejo de estabilidade política das camadas da pequena burguesia para a figura de um líder carismático, que resulta na acentuação do aspecto *estatólatra* do regime observados nas formas de fascismo clássico. Do mesmo modo, no Estado Novo em Portugal os aparelhos do Estado se encontravam sob a personificação do líder Salazar e abaixo de seu poder. Mas o regime salazarista praticamente não promovia celebrações de massas; de acordo com Secco (2004), o prestígio de Salazar como liderança era conferido pelas classes médias urbanas e pelos pequenos camponeses que o viam como líder provedor.

Em vez de mobilizações de massas, o recurso a determinados aparelhos ideológicos foi fundamental. As organizações de enquadramento dos trabalhadores fomentadas pelo Estado Novo extrapolavam o ambiente de trabalho e se estendiam para as escolas, igrejas, fundações culturais e desportivas gerando um clima de medo e resignação. Esta foi a tarefa do conjunto dos aparelhos ideológicos que sustentaram o regime salazarista em Portugal. As forças policiais também desempenharam um papel fundamental, a polícia política PIDE realizava um sistemático serviço de investigação, o que conferia uma repressão ameaçadora à classe trabalhadora.

A PIDE detinha um papel destacado que não se limitava à repressão e desmantelamento dos movimentos sociais dos trabalhadores. Os membros da polícia política também se encontravam infiltrados nos aparelhos sociais mais amplos. Seus agentes estavam constantemente infiltrados nas fábricas, nas escolas e universidades, mas também no exército, nas igrejas e na vida pessoal de empresários e membros do governo¹⁰. Neste sentido, a polícia política era o núcleo duro do regime, que servia de fiscalizador e interventor direto nos próprios aparelhos ideológicos que sustentavam o regime.

Se a repressão era dura na metrópole, ela foi mais violenta e odiosa nas colônias. As populações nativas eram em sua grande maioria consideradas *não civilizadas*, e, portanto, inaptas para a vida política e econômica. Assim, se justificava o estado de miséria e exclusão a que eram submetidas. Em 1959, a população *maubere*, no Timor Leste, se revolta contra as condições precárias de existência e é duramente reprimida. Em 1960 o mesmo ocorreria com as *macondes* no norte de Moçambique. Neste mesmo período era reprimida em Angola a população do *Catete*, e os levantamentos populares na baixa de *Cassange* terminaria com centenas de mortos (Cf. SECCO, 2004). Veremos em seguida como estes massacres coloniais foram decisivos na derrubada do regime salazarista.

De acordo com Poulantzas (1972), o apoio da alta burguesia aos regimes fascistas era acompanhado de inclinações econômicas imperialistas, no sentido de sustentar esta política a partir do Estado. Podemos observar que esta relação do regime com os grandes oligopólios se estabeleceu desde o início do salazarismo em Portugal. Havia no país grupos de famílias ligadas a grandes empresas e instituições financeiras que estavam em estreita ligação com os aparelhos de Estado do regime português. Estas famílias e empresários eram os maiores interessados na manutenção das colônias portuguesas. Contudo, com a entrada dos grandes oligopólios internacionais nas colônias a partir dos anos 50, o papel de influência destas famílias foi sendo secundarizado.

Embora o próprio Salazar, com sua carreira de professor universitário, nos indique algum destaque da pequena burguesia tecnocrática no Estado Novo, seria a camada dos

¹⁰ Documentos secretos da PIDE, revelados após a queda do regime, descrevem uma enorme quantidade de padres, empresários, jornalistas professores, estudantes etc. presos pela PIDE. A força ideológica da PIDE também se estendia para as colônias, onde além de investigações dos movimentos “subversivos”, realizavam uma intensa averiguação da lealdade dos membros das Forças Armadas. Somente em Angola, com a queda do regime encontra-se registrados mais de 150 membros da PIDE que tiveram de deixar o país. (CENTRO de documentação 25 abril: Documentos secretos das Forças Armadas. Disponível em <<http://213.228.163.33/cd25a/lista01.asp?meta01=&meta14=&meta21=Arquivos+Privados>> Acessado em: 10. fev. 2010).

pequenos proprietários e comerciantes que mais apoiou prática e ideologicamente seu regime. A carência de valores tecnocráticos mais avançados nos elementos do Estado Novo seria um dos agravantes dos descontentamentos internos às classes dominantes em Portugal. Poulantzas (1972) afirma que uma das consequências da centralização das decisões e iniciativas econômicas do partido/Estado fascista é a tendência de proletarização de parte desta pequena burguesia, o que reduz seu papel social e político. Este processo de marginalização das classes médias pode ser observado a partir do segundo período do salazarismo, quando se passou a privilegiar os grandes oligopólios internacionais.

Contudo, o aumento das camadas médias que perdiam privilégios com o regime possibilitou espaços para a unificação no campo ideológico da oposição ao governo junto aos trabalhadores que sofriam com o baixo nível de vida. Assim, o sentimento antifascista generalizado entre os trabalhadores passou a fazer parte também da insatisfação de um número cada vez maior de camadas médias da burguesia. A partir dos anos 50, portanto, na segunda fase do regime salazarista, aquela camada média da burguesia que o autor distinguiu como setor tecnocrático especializado, também passou a tomar posições críticas ao regime.

Outra diferença fundamental entre o fascismo clássico e o regime português se deu com as elites agrárias. Para Poulantzas (1972) durante o fascismo/nacional-socialismo, a agricultura passou por um processo de capitalização das pequenas propriedades, onde os pequenos proprietários eram marginalizados ou proletarizados, havendo um aumento do número de grandes propriedades e os investimentos (em máquinas e fertilizantes) para que a produção agrícola fosse intensificada. De acordo com Secco (2004), grande parte da produção agrícola em Portugal continuava a ser regida por pequenas propriedades familiares. Os grandes latifúndios subsidiados pelo Estado não puderam se modernizar com o regime salazarista, se mantendo pouco produtivos e baseados em relações tradicionais. Para Bernardo (1975b), este processo mantinha atrasadas as relações capitalistas no campo: “O Banco da Agricultura, que reunia os interesses agrários, não tinha quaisquer ligações à indústria, se excluirmos ligações indiretas, através da família Almeida Resende, e as escassas indústrias alimentares” (BERNARDO, 1975b, p. 08).

Deste modo, os grandes proprietários de terras eram uma camada social que sustentava o regime salazarista, mas a manutenção de relações pouco produtivas nos latifúndios limitava a abrangência desta base de apoio. Enquanto que nos países de fascismo clássico estes grandes proprietários privilegiados desempenhariam importante papel de apoio ao regime, em

Portugal este apoio teve importância apenas no início, antes das relações privilegiadas com os oligopólios internacionais.

Diante da caracterização autoritária do regime português e suas proximidades políticas e sociais com os Estados fascistas, é importante destacar para o momento que o regime vinha perdendo legitimidade política perante o autoritarismo e a incapacidade de conduzir uma política econômica adequada em aliança com as classes dominantes. A nomenclatura *fascista* utilizada pela esquerda estava respaldada numa discussão de conjuntura política internacional, onde a maioria dos Partidos Comunistas adotava a tática do antifascismo perante os regimes autoritários e ditaduras militares¹¹. A oposição dos partidos de esquerda, das classes médias mais desfavorecidas e as formas de questionamentos aparentemente subterrâneas dos trabalhadores aumentavam os níveis de contradições do governo. Este desgaste desempenhava um importante papel nas pressões e legitimações de ações contra o regime. Contudo, seria uma divisão no interior do exército, a principal fonte de sustentação da política do Estado colonial, que marcaria as primeiras fissuras que levariam à derrubada definitiva dos 48 anos de ditadura salazarista.

Observando as lutas sociais no período da repressão salazarista, veremos que as mobilizações já vinham ocorrendo com alguma frequência, ainda que de formas ilegais e discretas. Deste modo, devemos considerar que nos anos de oposição às práticas autoritárias do Estado Novo em Portugal, os trabalhadores souberam estabelecer laços de identidade e solidariedade que facilitaram mais tarde as ações coletivas, conforme apresentaremos no segundo capítulo deste trabalho. Relacionando as formas das mobilizações coletivas com os regimes políticos com que se defronta, Sidney Tarrow (1997, p. 169) afirma que: “*los Estados repressivos deprimen la acción colectiva de tipo convencional y confrontacional, pero son vulnerables a las movilizaciones discretas. Éstas constituyen señas de solidaridad, que se convierten en un recurso quando surge la oportunidad*”.

Neste sentido, buscar perceber os elementos que tracejavam esta identidade antes da queda do regime pode nos trazer algumas pistas de como estes sentimentos e relações culminaram na generalização das lutas sociais, principalmente nos anos de 1974 e 1975 em Portugal. Embora reprimidas, as greves nunca deixaram de existir no Estado Novo, e vinham crescendo significativamente nos anos que antecederam o golpe. Apesar da proibição das organizações de classe, e da repressão direta a qualquer mobilização, Lincoln Secco (2004)

¹¹ Secco (2004) agrega ainda os regimes de Espanha e Grécia, na lista dos regimes autoritários caracterizados como fascistas.

aponta que entre outubro de 1973 e abril de 1974, mais de cem mil trabalhadores participaram de greves.

Esta caracterização sobre as proximidades do regime salazarista com as práticas e ideologias do fascismo nos permite avaliar as relações de forças entre as classes dominantes no Estado Novo. Estas contradições seriam fundamentais na oposição ao regime e na efetivação do golpe de Estado, definindo os campos que foram responsáveis pela unificação destes sentimentos que definiram a sua derrubada. Mas ainda não é capaz de explicar satisfatoriamente os motivos que levaram à radicalização das mobilizações populares após o 25 de abril. Uma avaliação do relacionamento destes grupos sociais que se unificaram no momento do golpe e suas relações com o MFA na reorganização das forças sociais será o nosso próximo passo.

2.3 Movimento das Forças Armadas e os elementos de oposição ao regime

Os conflitos militares contra os movimentos de independência nas colônias a partir dos anos 1960 agravariam definitivamente a estagnação econômica no país. Este caminho adotado pelo Estado Novo, como temos visto, vinha afluindo descontentamentos em amplas camadas da sociedade portuguesa. As colônias portuguesas eram encaradas como fonte barata e abundante de matéria-prima para as empresas da metrópole, mas esta relação exclusiva com as colônias deixava o parque industrial português carente de máquinas e *inputs* de alta tecnologia, sobretudo os produtos químicos (Cf. SECCO, 2004)¹². Alguns setores das classes dominantes desejavam expandir a possibilidade de atração de novas empresas e investimentos, inserindo o país em relações mais vantajosas para os capitalistas em Portugal. A necessidade de importação crescente destes produtos com alto valor agregado prejudicava a balança de pagamentos do país e restringia o poder de investimentos e modernização das classes empresariais em Portugal.

De acordo com Secco (2004), a insatisfação destes setores com o regime salazarista teria rendido tentativas de golpes nos anos 40 e 60, no entanto, Salazar só deixou de governar

¹² Ainda conforme o autor, “Portugal precisava de máquinas e aparelhos elétricos, produtos químicos e material de transporte (esses produtos compunham, em 1967, 46,7% de toda a pauta de importações do país, enquanto que 58,9% de suas exportações compunham-se de têxteis e matérias-primas” (SECCO, 2004, p. 91).

em 1968, após um acidente que comprometeu sua atividade cerebral e o afastaria da cena pública. No mesmo ano a administração do país passou para Marcello Caetano, mas ainda sem eleições diretas, em quem foi depositada a confiança de que o regime passaria por gradual liberalização no plano político e econômico sem correr o risco de uma *desintegração social*. Mas a orientação *liberal* de Caetano continuaria a privilegiar os oligopólios internacionais e a política colonial.

As classes dominantes em sua ampla maioria desejavam uma transformação do regime, sobretudo o fim do autoritarismo e da política colonialista, mas temendo uma instabilidade política e social esperavam uma transição lenta e segura, sem possibilidades de participação dos grupos de esquerda que pudessem abranger os interesses das camadas mais populares. Marcello Caetano assumira o governo em 1968 e não sinalizava nenhuma mudança significativa para o país, a não ser o reforço do aparato policial e repressivo¹³. Em seu governo, Caetano ampliou o contingente policial em Portugal e manteve o fluxo de soldados enviados às frentes de batalha nas colônias. Esta continuidade política do regime passou a desagradar uma parcela cada vez maior entre as classes dominantes. O controle das colônias e o aparato militar que tal política exigia tornou-a cada vez mais dispendioso para o país, tanto em custos políticos¹⁴ como financeiros.

A guerra de guerrilhas nas colônias da África durou 13 anos até 1974, e impôs sérios desgastes ao exército português. As guerrilhas se mostraram capazes de se reestruturar e atuar em diversas frentes, colocando o exército português em fragilidade ainda que fosse superior em soldados e potencial bélico. As Forças Armadas eram constantemente culpadas pelos fracassos de algumas frentes coloniais. Muitos soldados e oficiais se encontravam desmoralizados para prosseguir os combates¹⁵. Secco (2004), destaca que as críticas às chacinas e massacres eram cada vez mais notórias nas manchetes internacionais.

Conforme Secco (2004), desde 1961, as revoltas nas colônias vinham sendo cada vez

¹³ É verdade que diante do estigma sanguinário da polícia política de Portugal, Caetano encerrou a PIDE, mas criou em seu lugar a DGS, com as mesmas funções, os mesmos dirigentes e as mesmas práticas odiosas. (Cf. SECCO, 2004; CEREZALES, 2003; MAILER, 1978).

¹⁴ A manutenção das colônias proporcionou diversos massacres sangrentos nos países dominados, o que vinha despertando críticas crescentes e crises diplomáticas por parte de países que se posicionavam contrários a esta política colonial de Portugal. Também a baixa de soldados portugueses aumentava a oposição interna aos governos de Salazar e Marcello Caetano. A repressão às revoltas coloniais e o combate às guerrilhas renderam a morte de 8.290 soldados portugueses. (Cf. SECCO, 2004).

¹⁵ Para maiores informações, ver manifesto das Forças Armadas sobre a condição de humilhação a que foram submetidas após a perda da colônia de Goa na Índia (CENTRO de documentação 25 abril: Jornais e Revistas. Disponível em <<http://213.228.163.33/cd25a/lista03.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Revistas%20e%20Jornais>> Acessado em: 10. fev. 2010).

mais intensas, o que levou Marcello Caetano a aumentar o efetivo militar nas frentes de conflitos. Este aumento das tropas impôs ainda outro problema: em 1973 havia mais milicianos¹⁶ nativos que os de origem portuguesa. Em Moçambique havia 27.572 recrutas africanos e 23.891 portugueses, e em Guiné-Bissau a condição era ainda pior, 25.610 nativos frente a 6.425 recrutados em Portugal. Para garantir a centralização de comando destes efetivos militares, baseado principalmente nos recrutas dos países colonizados, Caetano teve de promover um rápido aumento do número de oficiais, que passariam de 3.305 em 1960, para 4.164 em 1973.

Num último esforço de reabilitar os êxitos coloniais e manter sustentado o regime, em 13 de julho de 1973 Marcello Caetano decreta o Decreto-Lei n. 353 que facilitava a promoção dos milicianos a cargos de comando do Exército¹⁷. Com isso o governo pretendia aumentar o número de oficiais para garantir a centralização dos comandos militares nestes locais e suprimir as revoltas coloniais. Porém, o decreto desagradou os militares de média e alta patente, que viram a hierarquia do exército ser profundamente ameaçada. Este seria um marco para que a insatisfação contra o regime surgisse no interior do aparelho principal de sua sustentação, as Forças Armadas. Ficaria evidente com este decreto que o governo de Marcello Caetano pretendia levar ainda mais adiante a orientação colonialista de sua política econômica (CEREZALES, 2003; SECCO, 2004).

Neste sentido, se por um lado o regime português necessitava da manutenção das colônias, e portando do estatuto imperial e metropolitano para se legitimar no poder, por outro as relações econômicas estabelecidas a partir do Estado vinham perdendo importância e legitimidade entre as classes dominantes. Na medida em que, cada vez mais, os maiores privilegiados com manutenção das colônias eram os grandes oligopólios internacionais, as classes sociais que apoiavam o regime internamente (agrários latifundiários ou pequenos produtores rurais, as classes médias e monopólios nacionais) vinham deixando de defender ativamente o regime salazarista.

Bernardo (1993) afirma que em Portugal, apesar do controle político centralizado pelo Estado, as mudanças econômicas estavam sendo sutilmente processadas no âmbito das

¹⁶ Os milicianos eram soldados que, treinados pelas Forças Armadas eram enviados para prestarem serviços nas colônias junto às tropas portuguesas, mas não faziam parte do quadro de efetivos das Forças Armadas, no final de quatro anos eram dispensados. (Cf. SECCO 2004).

¹⁷ O decreto visava reduzir o tempo de formação de um oficial do exército de 4 para 2 anos, isto implicava na possibilidade dos jovens recrutas em ultrapassar o cargo de seus supervisores em poucos anos. (Cf. SECCO, 2004).

relações econômicas, entre os grandes grupos empresariais, forçando o regime a uma gradual abertura econômica. Estes fenômenos puderam explicitar a fragilidade do bloco do poder que controlava o Estado, expondo as possíveis fraturas que se seguiriam à derrubada do regime em abril de 1974. O autor destaca que setores tecnocratas descontentes com a política colonialista passaram a se opor ao regime. As medidas militaristas eram contrárias aos interesses desses tecnocratas recém formados que desejavam assumir posições administrativas fora da esfera militar¹⁸, em geral, possíveis cargos gerenciais em grandes empresas ou na administração pública.

Também para Lincoln Secco (2004), o desenvolvimento econômico promovido pelas empresas transnacionais só poderiam progredir com uma mudança radical da política econômica portuguesa: “(...) era o desenvolvimento das forças de produção que exigia a mudança política, como condição para adaptar o país aos ritmos da sociedade europeia, à qual os industriais e comerciantes portugueses encontravam-se cada vez mais vinculados.” (SECCO, 2004, p.90).

A oposição política ao governo autoritário partiu de setores elitizados descontentes com os níveis de sua participação política. Podemos dizer que o descontentamento com o regime autoritário atingia os grupos econômicos dominantes pelos rumos de uma política econômica estagnada perante a impossibilidade de se manter a exploração econômica das colônias pela força. Os setores das classes dominantes voltadas para o colonialismo defendiam ideologicamente que Portugal seria o impulsionador do desenvolvimento capitalista nas colônias, mas, diante disto, o país abandonava qualquer iniciativa de integração econômica com o resto da Europa.

Com o discurso de defender os interesses da *nação portuguesa*, o governo na prática abandonava as classes médias ao atraso tecnológico e sustentava um regime policial e repressivo às camadas populares. Havia censura para as publicações, as reuniões eram proibidas e as festas populares eram vigiadas de perto pelas polícias e pela igreja (Cf. MAILER, 1978). A polícia política PIDE desenvolvia um truculento serviço de inteligência responsável por prisões, execuções, extradições e perseguição de líderes políticos e movimentos sociais. Sempre na ilegalidade, o PCP foi a organização que mais sofreu com as perseguições e extradições de seus dirigentes¹⁹. Em relação aos trabalhadores, seria o baixo

¹⁸ Durante os anos de ocupação portuguesa das colônias na África e Oceania, um milhão e trezentos mil homens serviram as Forças Armadas, o que representava 14,7% da população portuguesa (Cf. SECCO, 2004).

¹⁹ O secretário geral do PCP, Bento Gonçalves foi morto num campo de concentração em Tarrafal. (Cf. SECCO,

nível de vida e a repressão intensa a que eram submetidos os maiores motivos do descontentamento.

As pressões eram latentes também para as Forças Armadas. Nas colônias a violência do regime era mais explícita e resultava no consumo de milhares de vidas humanas para a sustentação de um regime que, cada vez mais, perdia seus referenciais de legitimação. A partir de 1973 passam a ocorrer reuniões informais entre militares graduados de média e baixa patentes (sobretudo, tenentes e capitães) onde foram firmados alguns manifestos e documentos que abordavam a necessidade eminente de substituição do governo de Caetano por meio de um golpe de Estado. Este golpe pretendia restituir o poder do Estado às Forças Armadas²⁰.

O golpe foi preparado e conduzido por grupos de oficiais do exército com o intuito de tomar o poder em Lisboa e mudar os rumos da política externa e econômica do país. O planejamento do golpe começou a partir de um grupo de aproximadamente 200 oficiais, em sua maioria capitães, que criaram um movimento político denominado Movimento das Forças Armadas²¹. A composição ideológica deste movimento era pouco homogênea, mas seus integrantes estavam unidos principalmente por dois campos comuns: pela oposição à política de Marcello Caetano de promover uma rápida ascensão dos milicianos a oficiais do exército, e pelo fim imediato da guerra colonial.

O primeiro garantiu uma unidade na ação entre os oficiais militares, capaz de quebrar a centralização promovida a partir do Estado e, baseados na manutenção da hierarquia militar, puderam mobilizar tropas em seu favor impedindo resistências em regiões isoladas já que o comando partiria do escalão mais alto das Forças Armadas. O segundo ponto de convergência,

2004). Esta prisão de Tarrafal se localizava numa pequena ilha deserta ao redor de Cabo Verde, onde era impossível a ocorrência de fugas.

²⁰ Em 18 de agosto cerca de vinte oficiais se reuniram no clube militar em Bissau onde redigiram uma carta de protesto a este decreto. Em 9 de setembro deste mesmo ano ocorreu em Portugal outra reunião, desta vez em Portugal, que abrangia oficiais de médio escalão em que compareceram grande parte dos capitães. Este encontro seria depois considerado o início do movimento dos capitães. Em 1º de dezembro outra reunião declararia a necessidade de derrubada do regime, nesta data foi criada a Comissão Coordenadora do Programa (CCP) a responsável pela direção do MFA. (Cf. SECCO, 2004).

²¹ Basicamente, o MFA pode ser pensado como uma rede emergente formado dos interstícios da instituição militar que foi capaz de mobilizar tropas preservando as propriedades organizativas da instituição. Apesar de nas semanas anteriores do golpe o grupo mais politizado no seio do MFA ter conseguido a aprovação de um programa para o movimento, todos os indícios apontam para uma baixa homogeneidade ideológica no seio do mesmo. A coesão interna do MFA era fundamentalmente corporativa e articulava-se sobre dois eixos que, apesar de terem importantes articulações políticas, estavam diretamente vinculados à instituição militar: 1) A recusa em continuar a guerra colonial, que, após treze anos parecia muito difícil de vencer; 2) A oposição corporativa face às vantagens que o governo, para manter o esforço bélico, oferecia aos oficiais milicianos para subirem na carreira (CEREZALES, 2003).

de defesa imediata do fim da guerra colonial, conferiu o rápido apoio dos soldados e da população insatisfeita com suas condições econômicas impostas pela guerra colonial e pela ação autoritária do regime. Com isso a estratégia golpista do Movimento das Forças Armadas mantinha a coesão da hierarquia militar, e evitava a insubordinação de tropas que não aderissem ao golpe, ao mesmo tempo em que garantia o apoio da população com o apelo ao fim da guerra colonial.

Os membros do MFA eram em sua maioria capitães com orientações nacionalistas e liberais, mas também havia uma minoria receptiva às ideias socialistas ligadas ao Partido Comunista Português (PCP) e aos pequenos agrupamentos da extrema esquerda. Conforme nos aponta Cerezales (2003), o grupo mais propenso às orientações liberais, apesar de majoritário, se manteve passivo durante as primeiras mobilizações, respeitando as hierarquias militares e depositando confiança na disciplina interna das Forças Armadas. Já a ala do MFA cujos membros simpatizavam ou defendiam diretamente as posições políticas do PCP, apesar de minoritária, se mostrou mais mobilizada e garantiu o apoio político nos quartéis, conquistando partidários entre os soldados e sargentos mais sensíveis aos interesses das camadas mais populares.

Neste contexto, também teria um papel importante no campo de oposição ao regime salazarista o General Spínola, um dos líderes militares mais prestigiados e destacado nas Forças Armadas pelo serviço prestado no comando de tropas nas frentes de batalhas. Os anos de dedicação à guerra colonial na África renderam-lhe a mais alta patente entre os militares do exército. Neste sentido, o apoio do General Spínola seria de importância única para aglutinar setores moderados e reticentes com o golpe do MFA na consolidação do derrubada do regime. Em contrapartida, a presença de Spínola como força política junto ao movimento representaria uma orientação mais moderada e conservadora nas ações de descolonização e na reorganização da vida estatal e econômica do país.

Como reflexo dos fracassos da política adotada pelo Estado Novo, Spínola começa a se opor ao regime publicamente²². Este certamente seria mais um claro reflexo do desgaste da legitimidade que envolvia o Estado Novo, quando antigos e prestigiados aliados do regime, expõe a público seu descontentamento com os rumos políticos seguidos pelo Estado Novo em Portugal. Atento à necessidade de transformação do regime e às movimentações políticas em

²² Em 14 de março de 1974 o Governo demite o General Spínola do cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, alegando falta de solidariedade com o regime levada a cabo pelos três ramos das Forças Armadas. A demissão do general seria determinante na aceleração das operações militares contra o regime.

torno do MFA que rodeavam os círculos militares, Spínola se antecipa aos capitães e lança em fevereiro de 1974 o livro *Portugal e o Futuro*²³.

Neste livro, o general deixa clara sua posição de preocupação com o futuro de Portugal perante os países mais desenvolvidos da Europa. Ele representava uma corrente política que desejava inserir Portugal no processo de internacionalização capitalista, mesclando em seu projeto uma orientação liberal no campo político, e social-democrata na forma de condução das relações econômicas. Entendia que *cumprir um papel ocidental* significava se aproximar política e economicamente cada vez mais dos países europeus de capitalismo desenvolvido.

Terá de desmontar-se o mito de que defendemos o Ocidente e a civilização ocidental (...). E não servirá o interesse nacional consumir vidas e bens na defesa do Ocidente contra o interesse de muitos dos países ocidentais, de que são exemplos a situação da Suécia, da Dinamarca e da Holanda e da atitude reservada, para não falar da hostilidade, de setores privados de muitos países ocidentais. (SPÍNOLA, 1974, p. 123).

Podemos dizer que Spínola (1974) desejava uma situação de democracia liberal para o país sem abrir mão da unidade nacional e a integração de Portugal com os países de economia mais avançada. Este seria depois um dos principais pontos de divergências entre Spínola e o MFA no Primeiro Governo Provisório. Uma preocupação central para o General era a possibilidade, a partir do golpe, do desencadeamento de um processo descontrolado de mobilizações sociais no país. Para ele, as forças de esquerda, especialmente os comunistas, queriam dividir o país, enquanto a tarefa principal do novo governo deveria ser *a unidade do povo*, conseguida mediante o processo de democratização de Portugal. Igualmente preocupado com as *forças radicais* nas colônias, seu plano previa uma associação amistosa com os países colonizados a fim de se estabelecer uma federação, transformando Portugal numa nação pluri-étnica²⁴.

Para Spínola (1974), o questionamento do autoritarismo do regime se justificava na medida em que isso distanciava Portugal do ideal de nação moderna. A questão do retorno da democracia parlamentar era central em Spínola para o avanço da modernização em Portugal. Ao tornar pública sua oposição ao regime de Marcello Caetano, Spínola forçava sua integração ao movimento dos capitães, e conquistaria posições importantes na composição do

²³ Apesar de ter sido lançado no Brasil, este livro foi o mais vendido em Portugal naquele período, obtendo várias reedições.

²⁴ A falta de uma resolução política para a questão colonial preocupava Spínola pela possibilidade de revoluções nas colônias, o que desestabilizaria ainda mais a situação política do regime português e deixaria as estruturas implantadas por Portugal à revelia dos movimentos de independência, em geral com orientações comunistas.

governo que sucederia ao golpe. Suas primeiras posições políticas no futuro governo se aproximaram em grande medida do Partido Socialista.

Esse movimento heterogêneo cujas personalidades estariam estritamente ligadas às médias e altas patentes do meio militar, teria dirigido o golpe em 25 de abril de 1974, restringindo as ações à tomada de pontos estratégicos que sustentavam o regime²⁵. Os primeiros planos de ação do MFA demonstraram que a reorganização das estruturas econômicas e o planejamento de uma nova política econômica deveriam estar subordinados às Forças Armadas, especialmente aos altos comandos do Exército. Esta estratégia teve como prioridade um rompimento radical da política externa do país em relação ao colonialismo português.

As forças políticas em torno do MFA contavam com o apoio das classes populares, mas não previam sua massiva participação nas ruas. A partir da manhã do dia 25 de abril²⁶, milhares de pessoas saíram às ruas e aclamavam o golpe iniciado pelo MFA. A população se manifestava expondo o desejo de grandes mudanças, dentre os principais alvos estavam as organizações responsáveis pela repressão do regime deposto, especialmente os agentes da PIDE. Uma das primeiras medidas do MFA após o início do golpe foi tomar os meios de comunicação, essencialmente as rádios e emissoras de televisão do país. Os comunicados da Rádio Renascença e Rádio Clube Portuguesa emitidos pelo MFA pediam para a população manter-se em casa, mas as manifestações nas ruas eram gigantescas. Esta participação massiva teria repercussões diretas nas possibilidades de composição dos aparelhos do Estado que se instauravam a partir do golpe, bem como na instabilidade dos governos que se sucederiam.

Como todo governo que se inicia, o Governo Provisório carecia de apoio político e legitimidade perante as forças sociais que se mostravam ativas em Portugal, o que o impeliu a aceitar positivamente as mobilizações populares. As mobilizações se propagaram rapidamente e os mais diversos segmentos sociais se puseram às ruas. A composição social dos grupos mobilizados parecia de início bastante heterogêneo, uma vez que os anos de ditadura

²⁵ Havia grandes dúvidas acerca da adesão das estruturas policiais ligadas ao Estado e separadas da hierarquia das Forças Armadas. Além da PIDE, polícia política que estava totalmente comprometida com o salazarismo e capaz de oferecer resistência armada e distúrbios regionais. (Cf. CEREZALES, 2003).

²⁶ A partir das 23h horas do dia 24 de abril tiveram início as ocupações de pontos estratégicos fiéis ao regime. As ações do MFA visavam criar um ambiente institucional totalmente novo, às 23 horas os militares estavam a postos para tomar de assalto a Rádio Clube Portuguesa. Meia noite e meia, a Rádio Clube, já ocupada pelos militares tocou a música *Grândola, Vila Morena* de Zeca Afonso. Esta música serviu de código para que outros batalhões já mobilizados passassem a executar a tomada de outros postos estratégicos. (SECCO, 2004).

desarticularam as instituições dos trabalhadores, resultando que os sindicatos e partidos políticos não possuíam inserção suficiente para enquadrar essa grande massa mobilizada.

Imediatamente após o golpe, dezenas de correntes e organizações vinculadas à esquerda e à extrema-esquerda puderam ser legalizadas²⁷. A maioria delas já possuía algum tipo de organização legal ou clandestina que compunham as frentes antifascistas que atuaram na oposição ao salazarismo. No momento do golpe, o PCP, o Partido Socialista (PS) e outras correntes de esquerda, como a Oposição Democrática, que já tinham algum tipo de organização clandestina, apoiaram o golpe e conquistaram posições privilegiadas no Governo. A linguagem e formas de organização mais próximas às massas abriram a possibilidade destas organizações e movimentos de se inserirem nas mobilizações e exercerem algum tipo de controle nas suas ações (Cf. BERNARDO, 1975b; CAREZALES, 2003). No âmbito do Estado, estes partidos tiveram um papel fundamental na elaboração de programas políticos e econômicos dos governos provisórios²⁸. Sem o acúmulo de discussões estratégicas e de projetos políticos elaborados por estes partidos por longos anos, possivelmente o MFA não teria quadros suficientes para compor um governo de reconstrução econômica e política para o país que abrangesse os interesses de amplos setores sociais.

A mudança política animada a partir do golpe de 25 de abril estimulou a população a desencadear uma série de reivindicações em defesa da melhoria e da valorização de suas condições de vida e trabalho. A intensa pressão dos trabalhadores para retirar os dirigentes *fascistas* das instituições do Estado e das empresas desarticulou as estruturas de enquadramento social antes existentes. Com a demissão destes agentes considerados *fascistas*, o MFA isolava os poderes do regime deposto, mas não tinha prontas as estruturas para o funcionamento do novo regime. As forças políticas ligadas ao novo governo, centralmente o MFA e os partidos de esquerda, temiam uma desestruturação da cadeia produtiva que pudesse resultar numa crise econômica ainda mais aguda e incitar uma contra-revolução, por isso se mantiveram cautelosos perante as reivindicações iniciais.

Formaram-se comissões nos mais diversos níveis da sociedade portuguesa, o que

²⁷ Os presidentes do PCP Álvaro Cunhal e do PS Mário Soares, puderam voltar do exílio (nos dias 29 e 30 de abril respectivamente) quando foram recebidos com grande festa pela população. (CENTRO de documentação 25 abril: Jornais e Revistas. Disponível em <<http://213.228.163.33/cd25a/lista03.asp?meta21=Fundo%20Geral&meta01=Geral&meta02=Revistas%20e%20Jornais>> Acessado em: 10. fev. 2010).

²⁸ De acordo com documento do elaborado junto ao Ministério das Finanças cada partido que compunham o governo (PPD, CDS, PCB, PS e MDP/CDE) enviou um projeto com as principais diretrizes econômicas para o país a curto e longo prazos. (CENTRO de documentação 25 abril: Arquivos Privados. Disponível em <<http://213.228.163.33/cd25a/lista01.asp?meta01=Geral&meta14=&meta21=Arquivos+Privados>> Acessado em: 10. fev. 2010).

dificultava a possibilidade destes partidos de se alinharem com estes movimentos. As forças político-militares que apoiaram e executaram o golpe de 25 de abril mantiveram a aliança com organizações de esquerda e extrema-esquerda. E sinalizavam a intenção de realizar transformações substanciais na orientação econômica do país atribuindo ao Estado o poder de mudanças radicais e definitivas. Segundo Cerezales (2003), “O golpe de Estado de 25 de abril supôs uma ruptura na coordenação e hierarquia das organizações estatais, mas o seu objetivo básico consistia em estabelecer uma nova integração institucional” (CEREZALES, 2003, p. 55).

Sanar os antigos dirigentes fascistas dos organismos estatais e empresariais era, em primeiro lugar, uma maneira de minar a capacidade de reação e contragolpe. Mas o MFA não desejava um descontrolo institucional, por isso visava uma reorganização da economia centralizada a partir do Estado. A curto e médio prazo, esta foi uma forma de substituir as antigas direções por outras mais eficientes e comprometidas com o novo plano de governo. No mesmo sentido de Cerezales (2003), Bernardo (1975b, p. 20) afirma que:

O 25 de abril foi uma remodelação interna do aparelho de Estado, que obedeceu tanto a necessidade de reconversão que adaptassem o aparelho de Estado ao poder económico acrescido da tecnocracia, como à incapacidade por parte das classes dominantes em prosseguir a guerra colonial e à conseqüente necessidade de reconverter as estruturas do poder e da economia de modo a fazer face a uma situação post-colonial.

Parece-nos evidente que o MFA não possuía um plano sistemático de transformação das relações capitalistas em Portugal. O Programa das Forças Armadas apresentado em rede nacional de TV no dia 27 de abril não fazia referência a planos ou metas que apontassem para um projeto claro e unificado de reestruturação econômica do país²⁹. Esta deficiência pode ser creditada em partes, pela própria característica militar dos líderes do golpe. O que não significa que o MFA não viesse desempenhar importantes funções políticas nos governos que sucederam ao golpe. Bernardo (1975) destaca que a liderança militar nos países colonizados ofereceu aos militares mais graduados amplas experiências na gestão dos aspectos econômicos e políticos de um país. Spínola, em Nova Guiné, havia ido ainda mais longe ao supervisionar um regime político civil neste país.

²⁹ O Programa do MFA, assinado por Spínola, destacava essencialmente tarefas imediatas de manutenção da ordem pública, destituição dos poderes do antigo governo, o que deixava clara sua intenção de transição que destacava como principal meta a preparação das condições para as eleições livres de um governo civil. (CENTRO de documentação 25 abril: Programa das Forças Armadas Portuguesas. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>> Acessado em: 10. fev. 2010.

Frente à necessidade de reorganizar as instituições do Estado e pôr fim à instabilidade política e econômica que se agravava a cada dia, as principais forças políticas buscaram formar um governo minimamente coeso que fosse capaz de agregar as forças sociais comprometidas com a transformação do regime anterior e efetivar a execução de questões fundamentais na consolidação de um novo governo.

2.4 I e II Governos Provisórios: demissões, mobilizações populares e controle institucional

As articulações políticas que sustentaram os dois primeiros governos provisórios foram responsáveis pelos processos de reestruturação dos aparelhos de Estado que visavam estabelecer as diretrizes políticas e econômicas das futuras relações de produção em Portugal. O Primeiro Governo Provisório seria marcado por fortes conflitos internos nas alianças entre os partidos políticos e lideranças do MFA. Duas forças políticas tiveram maior destaque no MFA: uma com um projeto de transformação dos aparelhos de Estado mais radical, que estabeleceu alianças com o Partido Comunista e forças de extrema-esquerda, e outra ligada ao General Spínola baseada em setores moderados dentro do MFA, que estabeleceu alianças com partidos de centro esquerda, principalmente o PS.

O prestígio dos militares no golpe forçava os partidos recém legalizados a se aliarem para disputar as lideranças políticas das Forças Armadas. Por outro lado, a capacidade dos partidos de estabelecer um projeto político de longo prazo, de organização de base e inserção nos movimentos sociais, forçava os militares a se alinharem com estas forças políticas na formação do novo governo em Portugal.

O Primeiro Governo Provisório que assumiu em 15 de maio de 1974 esteve controlado principalmente por Spínola. Com o intuito de se equilibrar as forças políticas que se firmavam nos aparelhos de Estado, o exercício do poder foi dividido entre três forças: a Junta de Salvação Nacional³⁰(a JSN, que era composta pelo General Spínola, o chefe do Estado Maior

³⁰ A Junta de Salvação Nacional, composta por setores do exército e partidos ligados à Oposição Democrática (movimento que vinha já durante o Estado Novo criticando o regime autoritário, era formada principalmente pelo Partido Socialista Português e lideranças comunistas nele infiltrados) fora criada com a intenção de reestruturar as instituições do Estado e eleger um presidente civil no prazo máximo de um ano (Cf. CEREZALES, 2003).

Costa Gomes, mais cinco membros da confiança de Spínola); o MFA, composto pelos militares mais ativos e comprometidos com um programa mais radical de controle do Estado proposto principalmente pelo PCP; e o Conselho de Estado (composto por sete personalidades civis e militares também escolhidas por Spínola, entre os quais se destacam as lideranças dos principais partidos que compunham o governo³¹).

O Conselho de Estado serviria para equilibrar as forças políticas envolvidas no governo, intermediando as disputas entre o MFA e a JSN. Com a formação deste Conselho também se buscava incorporar representantes de partidos liberais e democráticos antifascistas, com o intuito de estabelecer um governo mais representativo, capaz de garantir a governabilidade e atrair legitimidade internacional. As diretrizes adotadas pelo novo Governo tinham o objetivo principal de fortalecer as instituições do Estado. Suas orientações eram a elaboração de uma constituição e o estabelecimento de regras para as eleições diretas o mais breve possível³². Mas na prática, veremos que as disputas internas apontavam para diferentes métodos de reconstrução dos aparelhos de Estado.

Em suas primeiras ações, o Governo Provisório procedeu a um rigoroso desmonte das instituições policiais³³. A Polícia de Segurança Pública e a PIDE foram as únicas instituições que ocasionaram alguns conflitos violentos de resistência ao golpe de abril. O desmonte destas corporações repressivas era saudado com grande alegria pelos manifestantes, gerando expectativas e apoio pela população. No entanto, a demissão dos chefes destas corporações dificultava a capacidade de repressão pela força contra as mobilizações tidas como ilegais.

Percebendo as relações entre a intensidade das mobilizações e a carga repressiva a que estão submetidos, Sidney Tarrow (1997)³⁴ afirma que é de fundamental importância avaliar a

³¹ Ao compor a JSN e nomear os membros do Conselho de Estado, Spínola pretendia aumentar seu grupo de apoio no interior do Estado, e reduzir o poder dos capitães em torno do MFA. Sua principal justificativa seria que assim podia ampliar o leque de representatividade e adquirir um *status* de país democrático no cenário Internacional. Os partidos que tiveram participação no primeiro governo provisório foram o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Socialista (PS), o recém criado Partido Popular Democrático (PPD) e o Movimento Democrático Português (MDP).

³² Esta diretriz do I Governo Provisório evidenciava a forte influência de Spínola, e seguia como orientação o Programa das Forças Armadas pronunciado em 27 de abril.

³³ Buscando legitimidade e apoio da população em seus primeiros decretos, a JSN, além de destituir organizações como a polícia política (PIDE), a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Feminina, decretou o fim da polícia especializada na contenção das mobilizações de massas.

³⁴ As formas restritas de análises apresentadas pelos autores ligados à escola dos movimentos sociais parecem perder de vista um referencial histórico para as lutas sociais. A maioria deles, como Tilly, Mcarth e Zald, estão avaliando aspectos restritos aos movimentos civis nos EUA e na Europa, a partir dos anos de 1960. Com isso ignoram que tipos de contradições entre as classes sociais estes movimentos estão relacionados. Tarrow, no entanto apesar de identificado com esta corrente de pesquisadores, parece um pouco mais coerente com a natureza histórica das mobilizações sociais. É mediante estas restrições que utilizamos seu conceito de repressão para os movimentos sociais.

forma e intensidade do elemento repressivo aplicado contra um movimento social. O autor caracteriza a repressão policial a que os movimentos coletivos estão submetidos, afirmando que os níveis de repressão podem variar de acordo com o grau de oposição que o movimento apresente: *“Es fácil ver por qué la represión es un destino más probable de los movimientos que exigen cambios fundamentales que de los que se limitan a solicitar mejoras.”* (TARROW, 1997, p. 167).

Pensando nas oportunidades políticas abertas para os movimentos sociais com a extinção das principais forças repressivas em Portugal, podemos identificar, a partir de Tarrow (1997), a repressão enfrentada pelos movimentos enquanto um elemento que contribui para a oposição unificada destes movimentos sociais – como se se criasse um oponente comum que pode ser tomado como fator de identidade coletiva entre os mais diversos movimentos. Esta situação pode ser facilmente identificada nos primeiros meses das mobilizações em Portugal, onde estas demonstraram estar decididas em pôr fim ao regime autoritário e sua forma de disciplinamento social rígido.

A partir dos primeiros dias do golpe, a população desencadeou um apoio em massa, motivadas sobretudo por uma identidade coletiva antifascista muito forte. As primeiras ações coletivas em Portugal foram tomadas por trabalhadores e moradores de bairros degradados e consistiam em forçar a mudança ou a demissão dos antigos dirigentes autoritários que sustentaram o regime salazarista. Os trabalhadores mobilizados pressionavam estas chefias (independentemente de serem do setor estatal ou privado), com o intuito de barrar o exercício de seu poder e impor mudanças. Em um grande número de empresas a pressão foi tamanha que além de abandonar seus cargos, as chefias abandonavam também o país³⁵. O abandono das fábricas pelas chefias abriu oportunidades políticas muito claras para a ação coletiva.

Neste ritmo, foram formadas comissões de trabalhadores em milhares de fábricas, que visavam melhorias nas condições de trabalho. Esta unidade em rejeitar o antigo regime (perseguição aos dirigentes fascistas) e lutar por melhorias nas condições de vida, permitiu aos movimentos sociais alcançar altos patamares de mobilização e organização, capazes de transformar o processo de institucionalização do novo regime. As comissões mobilizaram milhares de pessoas aparentemente sem nenhuma experiência política e estipulavam plataformas reivindicativas que eram dirigidas diretamente ao governo ou aos dirigentes

³⁵ Os que eram estrangeiros voltava para seu país enquanto outros extraditavam-se para serem abrigados nos países de regimes autoritários, principalmente para o Brasil. Esse fenômeno também gerou uma fuga de capitais do país.

empresariais.

Num primeiro momento, as mobilizações populares contra os patrões ajudaram o governo a substituir as administrações autoritárias e renovar os quadros dirigentes nas empresas. Bernardo (1975) afirma que praticamente não havia municípios em Portugal onde os dirigentes fascistas não foram suprimidos. No entanto, quando o Estado buscou coesão política, as massas continuaram os processos de mobilização e o governo se viu obrigado a recorrer à repressão. Veremos a seguir que, a partir de exigências econômicas, muitas destas comissões passaram a promover mudanças de caráter político, o que deixava ainda mais evidente a crise provocada nas instituições do Estado.

A crescente e massiva participação popular criou dificuldades para o novo governo de reprimir ações consideradas ilegais dos coletivos mobilizados, como ocupações de fábricas, terras e moradias, e etc. Em diversas ocasiões, as tropas enviadas para reprimir mobilizações ou para a reintegração de posse de estabelecimentos ocupados não cumpriam as ordens do governo³⁶. Não demorou muito para que os grupos mobilizados aproveitassem as possibilidades abertas com a dificuldade das polícias e das Forças Armadas de efetivar a repressão. Diante desta situação, milhares de fábricas e moradias foram sendo ocupadas, instituindo comissões de trabalhadores por todo o país. Na maioria das vezes, eram quando suprimidos os antigos dirigentes *fascistas*, as empresas perdiam seus chefes e os empregados ficavam sem salários. Nos bairros, nos quartéis e nos campos também foram criados inúmeros conselhos populares.

A destituição dos antigos agentes empresariais, somada à desarticulação dos partidos de esquerda e sindicatos, contribuiu para que estas comissões tomassem em suas mãos os rumos das transformações em seus locais de trabalho e habitação, agravando ainda mais as condições da organização capitalista da produção no país. As mudanças do pessoal do governo e dos ministérios nos primeiros meses eram intensas, o que deixava explícita a busca do governo para se adaptar à dinâmica das mobilizações³⁷. Para conquistar espaços institucionais na

³⁶ De acordo com Cerezales (2003), estas indisciplinas militares foram ocasionadas tanto por soldados como por comandantes. No *Jornal Combate* podemos observar existem relatos de dois milicianos presos pelo governo por se negarem a reprimir a greve dos Correios, declarada ilegal pelo Governo Provisório. Estas prisões geravam protestos por parte dos trabalhadores solidarizados com os milicianos presos, o que complicava ainda mais a capacidade de coerção do Estado (JORNAL Combate, n. 2, 5/jul/1974, DVD 01).

³⁷ Por estarem tão desarticulados, ao mesmo tempo em que estavam amplamente apoiados e pressionados pelos trabalhadores, os comandos do exército que haviam liderado o golpe recorreram à ajuda de jovens oficiais de formação tecnocrática, muitos deles ligados a partidos de esquerda, que se encontravam infiltrados no exército para compor os ministérios, o que também contribuiu para o fortalecimento do MFA junto ao Governo Provisório (Cf. Cerezales, 2003).

reconstrução do Estado português, os membros mais radicalizados do MFA eram quem mais buscavam apoio nas populações mobilizadas³⁸. Mas este cortejo dos coletivos mobilizados aumentava o processo de instabilidade econômica e dividia o poder de coesão do Governo na reestruturação dos aparelhos de Estado. Os grupos políticos coligados ao I Governo Provisório divergiam quanto aos métodos de retomada do funcionamento da economia portuguesa.

Spínola mantinha a posição de estabelecer um governo que abrangesse as mais amplas camadas políticas (das classes dominantes, vale dizer), e se posicionava contrariamente ao apoio do governo à radicalização das mobilizações. Apesar das divergências, a principal dificuldade era barrar o processo de greves e ocupações sem fazer uso excessivo de uma força que pudesse ferir o apoio dos trabalhadores. De acordo com Cerezales (2003), Spínola adotava um postura paternalista de ceder a determinadas reivindicações, tomando medidas no intuito de bloquear novas exigências.

Para fazer frente ao poder de Spínola no governo, os radicais do MFA criam em junho o COPCON³⁹, um regimento militar ligado diretamente ao Estado com poder de força e intervenção armada. Sua função principal era o restabelecimento de uma força capaz de fazer cumprir em última instância as determinações do governo provisório. Na prática representava uma clara tentativa de retomar o controle das instituições do Estado pelo MFA, e ao mesmo tempo, de manter a corrente de Spínola à margem deste processo. O COPCON estabeleceu um controle direto das forças policiais, e desempenhava papéis decisivos de apoio ou repressão às mobilizações de acordo com interesses políticos mais amplos. Nas palavras de seu chefe principal, o capitão Otelo Saraiva de Carvalho (1975), “costumo definir o COPCON como o braço armado do MFA” (CARVALHO, 1975, p.34).

Diante deste quadro de instabilidade econômica e falta de acordo político entre as correntes internas, o I Governo Provisório não duraria mais que dois meses. A formação do COPCON deixou explícito que o MFA pretendia ser o elemento central na reconstrução do Estado. Esta demonstração de força teve como consequência a demissão dos principais

³⁸ Deste modo, a ala do MFA que tinha amplo respaldo entre os soldados e maior diálogo com as bases populares, buscou fortalecer o poder de influência nas decisões do I Governo Provisório. Esta ala mais radicalizada do MFA, ainda que minoritária entre os oficiais de alta patente, disputava o poder de decisão com a Junta Nacional de Salvação e o presidente Spínola, graças à sua legitimidade política perante as massas mobilizadas. (Cf. Cerezales, 2003; Secco, 2004).

³⁹ Em 8 de Julho é criado o Comando Operacional do Ocidente (COPCON), chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho, formado especificamente pelo grupo de militares que haviam coordenado as operações entre 24 e 25 de abril que tomaram o poder em Portugal.

dirigentes políticos e militares do I Governo Provisório⁴⁰.

Em 18 de junho foi formado o II Governo Provisório, presidido por um representante do MFA, o General Vasco Gonçalves. As disputas com Spínola na escolha dos ministros e dos rumos do II Governo se tornaram cada vez mais agudas. Acreditando que a radicalização das mobilizações populares que paralisavam o capitalismo em Portugal era rejeitada por uma ampla maioria da população, Spínola convoca uma manifestação pública da “maioria silenciosa” para 28 de agosto⁴¹. Esta seria também uma clara tentativa de medir forças e buscar reverter o poder das correntes do MFA majoritárias no II Governo. Desarticulada a manifestação, Spínola seria afastado do II Governo Provisório.

O afastamento de Spínola representava uma mudança importante na reorganização dos aparelhos de Estado em Portugal. O General, ao forçar uma aliança com o PS e partidos de centro direita, buscava representar os interesses de uma força política débil, baseada nas antigas elites que acabavam de perder o poder. Com a saída de Spínola do governo, as correntes políticas que defendiam a centralização das decisões políticas e econômicas puderam se apoderar da maioria dos ministérios e cargos dos aparelhos de Estado. A partir de então, o PCP e os setores do MFA que defendiam sua política estatizante teriam um papel majoritário de coerção das massas e controle das mobilizações (Cf. Cerezales, 2003).

O MFA, tendo por base as lideranças políticas e sindicais do PCP, buscou controlar as mobilizações no sentido de reforçar sua inserção na reorganização da produção pela base, através do controle dos sindicatos e enquadramento das comissões de moradores e trabalhadores⁴². Com o controle direto das mobilizações autônomas, o MFA e o PCP pretendiam retomar o desenvolvimento econômico do país. Passemos a estas forças que impuseram perturbações decisivas nesta fase da reorganização dos aparelhos de Estado em Portugal.

⁴⁰ Em 9 de Julho o Primeiro Ministro Palma Carlos pede a demissão do cargo, alegando não ter condições políticas para governar, numa clara alusão ao peso da influência do MFA. Com ele solidarizam-se alguns ministros do seu Gabinete.

⁴¹ Em resposta à anunciada manifestação da “maioria silenciosa”, são organizadas barricadas populares junto às saídas de Lisboa e outras por todo o país. No final dessa noite, os militares substituem os civis nas barricadas. Mais de uma centena de pessoas, entre figuras gratas ao regime deposto, quadros da Legião Portuguesa e participantes ativos da manifestação abortada da “maioria silenciosa”, são detidas por Forças Militares. Em 30 de Setembro seria apresentada a demissão do Presidente da República General Antônio de Spínola e nomeado em seu lugar o General Costa Gomes.

⁴² Com a Promulgação da Lei da Greve, em 28 de Agosto, o governo abria margens para a regulamentação destas mobilizações e caminhos para a intervenção policial. Em 31 de Agosto, por despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social, são criadas instituições que tem o intuito de regulamentar as relações na área da habitação social (Cf. Cerezales, 2003).

3 MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA EM PORTUGAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A derrubada do Estado Novo em Portugal só pôde ser acelerada mediante amplas forças sociais que passaram a se opor ao regime salazarista. Estas contradições, no entanto, não seriam superadas pelo simples golpe de força promovido pelo MFA. A instabilidade dos quadros institucionais dos primeiros governos provisórios apontam para a aprofundamento das contradições sociais em Portugal. Delimitamos até aqui os esforços dos grupos mais ativos que após o golpe disputaram as instituições do Estado como meio de se estabelecerem enquanto novas classes dominantes. Neste segundo capítulo, buscaremos realizar uma caracterização dos grupos sociais que ofereceram resistência a estas tentativas de reorganização social centralizadas a partir do Estado. Entendemos que a intensidade das mobilizações foi o elemento determinante de rejeição à passividade política que se buscava impor aos trabalhadores a partir das instituições do Estado.

Esta resistência à passividade política em Portugal assumiu formas radicalizadas de organização e combate à dominação capitalista. A partir das unidades produtivas e de moradia, estas mobilizações aprofundaram a crise das instituições de Estado e da legitimidade dos grupos políticos que pretendiam reorganizar o capitalismo em Portugal a partir do Estado. Em nossa análise, pretendemos mostrar que a radicalização das mobilizações decorrentes do 25 de abril se relacionou à capacidade de estabelecer práticas de rupturas com a disciplina capitalista. Contudo, estas práticas não poderiam avançar sem desenvolver formas de relacionamento e organização eficazes. Neste sentido, realizaremos um resgate histórico do início das experiências de lutas em Portugal, com a intenção de se perceber os elementos organizativos que foram capazes de estabelecer, possibilitando a expansão deste processo.

Com o relato das experiências dos trabalhadores, acreditamos poder expressar a tensão de forças políticas contraditórias em seus esforços vitais. Também neste processo cotidiano de mobilização, construção e manutenção do processo de ruptura, os coletivos sociais se depararam com situações de riquíssimo aprendizado político e social. O enfrentamento às forças de disciplina capitalista possibilitaram aos movimentos um referencial comum de crítica ao poder capitalista. Antes de se tornarem siglas políticas ou caírem no esquecimento, estas forças se solidificaram em meio a tensões sociais - ora muito sólidas, ora muito sutis - exprimindo divisões, cansaços e, principalmente, desejos de mudanças profundas. Em meados

de 1975, uma parte muito considerável da economia e da sociedade portuguesa já estava sendo diretamente organizada por essas mobilizações sociais dos trabalhadores⁴³

O caráter autônomo destas mobilizações se deve pela independência com que foram conduzidas pelos trabalhadores, uma vez que os organismos tradicionais de organização e representação dos trabalhadores estavam disputando as instituições do Estado. A segunda parte deste capítulo se dedica a uma breve caracterização histórica das instituições partidárias e sindicais, historicamente ligadas ao movimento operário, com a intenção de destacar a importância e os limites destas organizações nas lutas anticapitalistas. No contexto de Portugal, o interesse dos grupos políticos na reorganização das instituições do Estado, resultaria num relacionamento contraditório com os grupos mobilizados. Estas contradições que se revelaram profundas será o elemento principal da crítica da relação das organizações de representatividade dos trabalhadores e sua participação direta nas instituições do Estado.

3.1 O quadro das experiências autônomas 1974-1975

Como apresentamos até agora, o golpe de 25 de Abril levou os trabalhadores a pôr em causa as autoridades capitalistas no interior das empresas. No caso de Portugal, as instituições de enquadramento dos trabalhadores se encontravam estruturalmente ligadas ao caráter repressivo do regime, por isso, o surgimento das comissões de trabalhadores deve ser visto como um marco na ruptura destas estruturas de controle social. Estas comissões ou se limitavam a exercer pressões sobre os patrões, ou formavam na prática outra direção. Nos bairros populares, foram sendo constituídas comissões de moradores, nos campos se espalhavam as ocupações coletivas e assim por diante. Praticamente não se encontravam empresas e bairros populares em que não existissem essas comissões. Em muitos casos, houve comissões de moradores que assumiam algumas funções de administração local.

Para destacar estas mobilizações, os atores sociais envolvidos e os aprendizados emergidos destas experiências, faremos uso dos relatos e entrevistas, encontrados especialmente no jornal *Combate*⁴⁴. A utilização de relatos, como os boletins de empresas,

⁴³ Como nos aponta Phil Mailer (1978), em 1975, 80% da economia portuguesa estava nas mãos dos trabalhadores ou em processo de autogestão.

⁴⁴ O jornal *Combate* tinha como objetivo divulgar as lutas dos movimentos sociais e as suas formas

entrevistas, notícias de manifestações e apoios de solidariedade podem funcionar como um termômetro de como este ambiente de transformação estava se processando nos anos de 1974 e 1975 em Portugal. (cf. MAILER, 1978; SECCO, 2004).

A partir de algumas experiências iniciais, começou a se difundir por todo o país a ocupação das empresas pelos trabalhadores, que as mantinham em funcionamento e se encarregavam de todas as atividades. Com efeito, muitos patrões, atemorizados pela crescente audácia popular, fugiam para o exterior abandonando os estabelecimentos e deixando o pessoal sem salários. As ocupações aparentemente se iniciaram como uma reação dos trabalhadores para fugir do desemprego e conseguir sobreviver. Foi assim que na indústria e no comércio surgiram empresas auto-geridas, desde pequenas unidades até enormes complexos produtivos. Nos campos do sul foram ocupados e cultivados coletivamente vastíssimos hectares de terras.

As manifestações do 1º de Maio em Lisboa congregaram pela primeira vez na história de Portugal cerca de 500.000 pessoas. Outras grandes manifestações ocorreram nas principais cidades do país. Entre maio e junho de 1974 ocorrem intensas mobilizações operárias nas grandes empresas portuguesas. Também neste período se inicia um grande movimento popular de ocupações de casas desabitadas que se estenderam depois vários meses e geraram centenas de comissões populares. Entre julho e agosto se destacam as greves na Mabor, TAP, Sogantal e Jornal do Comércio. (Cf. SECCO, 2004; MAILER, 1978).

Destacando alguns acontecimentos importantes nas mobilizações da empresa Mabor, pretendemos observar os mecanismos e instituições criadas que permitiram uma vasta mobilização entre os trabalhadores, culminando na decisão da greve. O caso das lutas nas empresas Sogantal e Charminha, além de observar as formas de organização que foram criadas para a sustentação do processo de auto-gestão, nos trazem importantes dados para perceber os níveis de ruptura possíveis neste processo, que foram capazes de pôr em causa as formas mais enraizadas da opressão expressa nos costumes e em valores simbólicos. Para finalizar a narrativa das experiências, destacaremos os processos de construção da greve na

organizativas, tanto na indústria e no comércio como nos campos do norte e do sul do país, e nos movimentos dos bairros. O *Combate* publicou transcrições da imprensa operária que naquela época proliferavam nos boletins de empresa. Também organizou diversos debates entre trabalhadores de empresas em luta. Das oito páginas publicadas, sete páginas eram reservadas às lutas nas empresas, nos campos, nos quartéis ou nos bairros, e uma era dedicada a uma breve análise de conjuntura sob a forma de editorial. Os relatos das lutas eram sempre feitos diretamente pelos participantes. Equipes de colaboradores se deslocavam por todo o país, iam aos locais, gravavam entrevistas com membros das comissões de trabalhadores ou das comissões de moradores, e as declarações eram transcritas e publicadas na íntegra.

empresa do ramo eletro-eletrônico Efacec-Inel de Lisboa. Neste caso, se tratando de uma grande empresa com grande diversidade de cargos técnicos e funções, pretendemos destacar como estes elementos surgiam como empecilhos à mobilização coletiva, e como foram minimizadas estas dificuldades com algumas artimanhas adotadas coletivamente.

3.1.1 Greve na empresa Mabor

No caso da Mabor, empresa do setor químico que produzia pneus e derivados de borracha situada no município de Lousadas, podemos perceber que antes do 25 de abril já se processavam manifestações sutis de oposição à disciplina produtiva. Ações individuais de sabotagens e avarias ao maquinário puderam servir como referência às insatisfações sentidas pelo conjunto dos operários, mas também haviam mobilizações de caráter coletivo. Conforme a entrevista no *Combate*⁴⁵, os trabalhadores da Mabor vinham realizando baixa de produção, com desaceleração coletiva dos ritmos de produção. A formalização destas mobilizações se deu por meio de um caderno reivindicativo elaborado em 12 de maio de 1974, com o apoio de uma *comissão sindical*. No entanto esta *comissão sindical* fora nomeada de improviso (composta por 4 membros) a pedido da administração que ficou responsável pelas negociações.

As reivindicações foram bastante ousadas⁴⁶, refletindo uma certa radicalidade nas exigências. No caso da Mabor elas eram, em certa medida, uma afronta às chefias acostumadas com um operariado reprimido pelo regime de Salazar. As chefias boicotavam os pedidos de reuniões, mas anunciavam algumas contra-propostas esporadicamente⁴⁷. Em relação aos salários, a direção da empresa ofereceu um aumento de 30%, o que em momentos desfavoráveis era bastante razoável, mas os trabalhadores rejeitaram a contra-proposta da empresa, pois entendiam que o aumento significaria muito para os salários mais altos e pouco para os mais baixos. Decorridos 22 dias de negociações, a direção da empresa deixava clara

⁴⁵ Entrevista com três operários da Mabor. *Combate*, Porto, 19/jul/1974, n.4, p.8. DVD 1.

⁴⁶ Piso salarial de 8000\$00 (o salário mínimo seria estipulado em 3300\$00), férias remuneradas de 30 dias, décimo terceiro com valor integral do salário, redução da jornada para 40 horas semanais, seguro contra acidentes e doença além de um bar, uma biblioteca. *Ibidem*.

⁴⁷ Obtiveram 30% de aumento e a biblioteca, as demais reivindicações seriam rejeitadas, com a justificativa de que a empresa não poderia pagar. *Ibidem*.

sua estratégia de vencer os trabalhadores pelo cansaço. Neste período também estiveram presentes para intermediar as negociações duas pessoas que representavam o Ministério do Trabalho.

No entanto, os trabalhadores mantiveram a ofensiva e, no dia 30 de maio, após mais uma rodada de negociações sem êxito, se reuniram em assembléia com ampla participação e decidiram pela greve. Para dar força aos desejos de mudanças, os trabalhadores tiveram que estabelecer relações mais sólidas de organização. A primeira iniciativa dos operários foi destituir a *comissão* indicada às pressas e eleger uma que verdadeiramente representasse os interesses do movimento. Com esta finalidade foi eleita a Comissão Sindical Operária (CSO), composta por membros eleitos entre os operários de cada setor de trabalho da empresa. De início eram 7 o número de representantes, mas com necessidades de aumentar o grau de representação e a circulação de informações, esta comissão passaria a ser composta por 16 membros. A CSO deveria operacionalizar a formalização das reivindicações e representá-las diante da chefia⁴⁸.

No dia 31 de maio, no dia seguinte à decisão da greve, apareceram trabalhadores temporários convocados pelos patrões para substituir os operários em greve. Diante de novas adversidades, os trabalhadores reforçaram sua ofensiva e impediram a entrada destes *fura-greves* enviados pelo patronato. A partir de então teve início o processo de ocupação das instalações da Mabor. Os trabalhadores se revezavam em três turnos de vigilância para garantir que a fábrica permanecesse parada. Eram mais de 500 trabalhadores mobilizados na Mabor, e em todos os períodos deveriam ficar pelo menos 1\4 do quadro geral de trabalhadores. Estas decisões eram tiradas nas assembléias e reuniões e serviam de regra geral para o conjunto dos trabalhadores. Podemos perceber que as forças de mobilização na empresa dependiam da constante participação coletiva.

Um dos entrevistados também expõe suas dificuldades, afirmando que as discussões eram bastante extensas, e apesar de todos poderem se manifestar, era difícil definir e formular posições que sintetizassem os rumos dos movimentos e as formas de lutas⁴⁹. Neste aspecto, as experiências das organizações sindicais na negociação com as chefias puderam ser úteis ao andamento das mobilizações. As primeiras formas de mobilização eram agregadas em torno da formalização coletiva de exigências às chefias. Estas reivindicações tinham o papel de estabelecer marcos para a organização do movimento e tensionar as relações com as chefias.

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ *Ibidem.*

É um momento em que os trabalhadores passam a medir forças com a administração. O diálogo com as chefias dificilmente poderia ser aberto sem um corpo representativo⁵⁰. A presença da estrutura sindical parecia resolver estes problemas organizativos de formalizar propostas e levá-las à direção da empresa. No entanto, esta atuação sindical se limitava enquanto um recurso de diálogo com as chefias.

Neste caso, as formas de organização que permitem mobilizar os trabalhadores ao ponto de exercerem uma resistência coletiva à disciplina e ao poder da empresa dependiam de uma diversidade muito mais ampla de organização que a dos sindicatos convencionais. E superam os sindicatos na medida em que eram desenvolvidas para a ofensiva coletiva de enfrentamento à exploração capitalista⁵¹. Neste sentido, as mobilizações ativas e coletivas são os elementos decisivos da ruptura da disciplina da empresa, o impulso capaz de bloquear o fluxo normal da produção e impor novas condições de força entre os trabalhadores e os capitalistas. Estas lutas em ruptura com a disciplina de empresa podem ser encaradas como elemento fundador de novas relações de poder.

No caso da Mabor, a manutenção da greve levou os patrões à recusa de pagar os salários aos trabalhadores. Há mais de 30 dias em greve, o não pagamento dos salários se tornava um duro golpe às mobilizações coletivas na empresa. O bloqueio econômico tem demonstrado ser uma arma política fundamental das classes dominantes nos enfrentamentos diretos com a classe trabalhadora, o que tem exigido uma diversidade de estratégias para superar esta dificuldade vital. Se num primeiro momento a paralisação da produção reflete em prejuízos aos patrões e impõe condições de negociação para os trabalhadores, o não pagamento dos salários representa a impossibilidade material de existência destes trabalhadores.

Contudo, as mobilizações continuaram estabelecendo bases de relacionamento que as mantinham ainda mais fortes. Frente às novas dificuldades, os trabalhadores não retrocederam e, para isso, tiveram que dar novos saltos na organização do movimento e na articulação de suas redes de apoio e solidariedade. Ainda nesta entrevista concedida ao Combate⁵² encontramos relatos de que alguns sindicatos de Lisboa e organizações de estudantes passaram a colaborar financeiramente com os operários da Mabor. Internamente a

⁵⁰ A CSO, que servia para formalizar as propostas discutidas em assembléia e levadas à direção da Mabor, desempenhou um importante papel de diálogo com as instituições capitalistas. *Idem*, p. 07.

⁵¹ Avaliar a legitimidade dos sindicatos como negociadores das exigências dos trabalhadores para as direções das empresas será especialmente importante no segundo tópico deste capítulo.

⁵² *Idem*, p. 8.

solidariedade foi ainda mais ativa, pois os operários com melhores rendimentos ou com número de dependentes familiares mais reduzido passaram a contribuir com os mais necessitados. Também operários de outra empresa química, a Sacor, se mobilizaram e promoveram um dia de trabalho como contribuição e solidariedade aos operários sem salários da Mabor⁵³. A experiência de greve dos operários da Mabor nos permite observar que os processos de enfrentamento dos trabalhadores com a direção da empresa aprofundava ainda mais os níveis de relacionamento e organização autônoma. Questionado sobre os aprendizados que podiam ser tirados depois de 39 dias em greve, um trabalhador responde:

Aprende-se muito. Os operários da Mabor não sabiam a força que tinham. Temos força porque já tivemos durante 39 dias, não só 'força de braços' mas também de cabeça. Também aprendemos que não devemos ter medo, porque isso poderia esconder a nossa força. Esta é uma conclusão com que eu fico e que nós todos aprendemos. (ENTREVISTA com três operários da Mabor. COMBATE, Porto, 19/jul/1974, n.4, p.7. DVD 1).

3.1.2 Sogantal e Charminha

Antes de entrarmos diretamente na questão das lutas operárias nas empresas de confecção Sogantal e Charminha, é importante fazer uma alusão às condições críticas que enfrentavam os trabalhadores das pequenas e médias empresas do setor têxtil e de lanifícios no país. As empresas neste setor produziam, no geral, com maquinários obsoletos, de baixa tecnologia. E a baixa produtividade do maquinário era compensada com o pagamento de salários miseráveis aos operários. Uma característica deste setor em Portugal é que a mão de obra era predominantemente feminina. O atraso tecnológico não exigia operários muito qualificados, além de que tinham de enfrentar jornadas de trabalho exaustivas que ultrapassavam 45 horas semanais.

Com a aprovação no I Governo Provisório do salário mínimo em 3300\$00, os empresários deste setor reagiram com um aumento das demissões. No *Jornal dos operários de lanifícios e têxteis*⁵⁴, encontramos diversas denúncias de demissões neste setor nas

⁵³ Apesar de que a colaboração foi barrada pelo sindicato dos Químicos, que discordava politicamente da greve. *Ibidem*.

⁵⁴ Artigo reproduzido no *Combate*. A força operária jornal de operários de lanifíceis e têxteis. **Combate**, Porto, n.3, 12/julho/1974, p. 4. DVD, 01.

empresas do norte do país, nas cidades de Porto, Braga, Guimarães e Viana do Castelo. Apesar das demissões, as empresas mantinham o volume de produção com um número reduzido de operários. Perante o quadro de demissões e aumento da exploração, os trabalhadores desencadearam um amplo quadro de lutas e mobilização. Muitas empresas ameaçavam fechar, e algumas realmente o fizeram⁵⁵.

Dando sequência ao enfoque das possibilidades de ruptura abertas a partir das mobilizações coletivas em Portugal, veremos agora a experiência vivenciada pelas operárias da Sogantal. Na empresa havia 48 operárias na produção que, apesar da jornada de 45 horas semanais, recebiam salários que não ultrapassavam os 1600\$00⁵⁶.

Em maio as operárias realizaram uma reunião coletiva em que foi elaborado um caderno de reivindicações. Para agilizar as negociações, foram eleitas uma comissão de trabalhadores e uma representante sindical. As reivindicações foram entregues à gerência da empresa e exigiam: aumento salarial para todas as operárias de 1250\$00, um mês de férias remuneradas (antes só contavam com duas semanas de férias), e décimo terceiro salário, que até então não tinham direito. O caderno entregue ao gerente foi repassado para os patrões na França, que prontamente negaram todas as exigências. Foi realizada nova reunião entre as operárias que, diante da resposta desfavorável, decidiram entrar em baixa de produção. Não demorou muito para que chegasse às operárias uma ameaça dos patrões de que se não voltassem a trabalhar normalmente a empresa iria fechar⁵⁷.

Diante destas condições desfavoráveis, a comissão eleita recorreu ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e ao Ministério do Trabalho em busca de apoio para que os salários fossem pagos. Depois de algumas semanas sem respostas, uma das operárias relata na entrevista que apareceu um funcionário do MT garantindo que os patrões aceitariam pagar o salário mínimo de 3300\$00, desde que as operárias retomassem o trabalho imediatamente. As demais exigências seriam novamente negadas, e as operárias decidiram manterem a baixa na produção⁵⁸. A atuação do MT, controlado pelo PCP, conduziu todas as negociações diretamente com os patrões, sem realizar nenhuma consulta às operárias que se encontravam amplamente mobilizadas.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Idem*, p. 1.

⁵⁷ *Idem*, p. 2.

⁵⁸ A baixa de produção empreendida por estas operárias representa, assim como a greve, um rompimento com os ritmos de produção capitalista. Contam as operárias que durante as mobilizações de baixa de produção, produziam num dia todo, o que em ritmo normal eram capazes de produzir em duas horas de trabalho. (*Ibidem*).

Quando chegou o dia do pagamento, as operárias não receberam os salários. Houve nova reunião entre elas, em que ficou decidido que se os pagamentos não fossem feitos num prazo máximo de oito dias iriam assumir a gestão dos estoques: “na quarta-feira seguinte informamos a gerência de que, ou nos pagavam dentro de oito dias ou então começávamos a vender os fatos, pois tínhamos de comer.”⁵⁹ No dia que venceria o prazo para o pagamento dos salários, os patrões anunciaram que a fábrica seria fechada.

A partir daí, as práticas de lutas se tornaram mais radicalizadas. As operárias decidiram expulsar o gerente da fábrica, e se organizaram para viabilizar a venda dos estoques. As encarregadas que até então defendiam os patrões tiveram que assumir postos na linha de produção para não perderem o emprego: “Agora decidimos que as encarregadas devem trabalhar à máquina também, como todas nós.”⁶⁰ Nesta mesma entrevista as operárias relatam que para solucionar os problemas administrativos, elas próprias passaram a organizar os planos de contabilidade, utilizando os conhecimentos de algumas colegas com maior instrução escolar. Desde então, as operárias tiveram as primeiras experiências de remodelação das relações de trabalho.

A necessidade de retomar a produção coletivamente desencadeou uma série de processos que reforçaram a igualdade e a coletividade entre as trabalhadoras na produção. Os planejamentos e decisões eram tomados através de reuniões conjuntas, e ficou decidido que todas receberiam o mesmo salário, 3300\$00. As funções seriam rotativas, pois entendiam que para receberem os mesmos salários todas teriam de sair para vender. Esta relação com os processos de comercialização também forçava as trabalhadoras a tomarem decisões mais amplas, como planejar o financiamento de uma máquina que possibilitasse o desenvolvimento de novas confecções. Também avaliaram que em Portugal não havia muita procura por roupas de ginástica, e as roupas que produziam antes eram todas para exportação, destinados ao consumo de grupos sociais mais abastados, inviabilizando uma comercialização destes produtos entre a classe trabalhadora. Os novos artigos que passaram a produzir eram vendidos pelas próprias operárias nas feiras, nos sindicatos, nos bairros, etc.

Os capitalistas, por sua vez, não abandonariam o poder e o capital sem lutar. Havia a iminente ameaça de retorno dos patrões para levarem os equipamentos e maquinários. Com a necessidade de vigiarem as instalações da fábrica fora do horário de trabalho, era necessário o

⁵⁹ Operárias da Sogantal contam a sua luta. **Combate**, Porto, 21/jun/1974, n.1, p. 2. DVD, 1.

⁶⁰ Jornal da Sogantal, reproduzido no **Combate**, Porto, 12/jul/1974, n. 3, p. 5. DVD 1.

revezamento das operárias em turnos constantes⁶¹. Neste caso, também o processo de ocupação dos locais de trabalho fortaleceu a coesão entre as trabalhadoras.

Em 20 de setembro, no terceiro mês de auto-gestão da Sogantal, ocorreu um encontro promovido pelo Jornal Combate⁶², onde uma delegação da Sogantal visitou os trabalhadores da Charminha. Esta empresa também produzia material de confecção e tinha as relações de trabalho marcadas por diversas formas de precariedade. Estas operárias⁶³ passavam por processo semelhante em que os patrões não queriam pagar os salários, mas pareciam menos mobilizadas e receosas quanto às iniciativas que poderiam tomar⁶⁴.

Sem o pagamento no mês de maio, as operárias da Charminha elegeram um representante para lidar com o Ministério do Trabalho e solucionar o problema. Em uma demonstração de intransigência, os patrões austríacos colocaram um advogado como representante para negociar no lugar da gerência. Diferentemente das operárias da Sogantal, as da Charminha esperaram uma solução do MT por quatro meses sem romper a disciplina de trabalho. Sem solução, as trabalhadoras, junto com o pessoal administrativo e o gerente, passaram a vender os artigos por conta própria, como meio de garantir dinheiro para os salários. A administração era composta por cerca de quinze membros, que mantiveram seus postos de comando para reorganizar a produção e comercializar os produtos. Os ordenados também eram distintos entre as funcionárias da empresa: enquanto as operárias passariam a ganhar um salário mínimo, os administrativos continuariam ganhando entre 6000\$00 e 8000\$00.

Quando uma operária da Charminha se queixa da autoridade dos administradores, uma da Sogantal relata que por lá conseguem fazer tudo sozinhas, sem precisar da administração para nada e concluía que se tratava de um corpo que se apropria de salários mais altos, mas que são completamente dispensáveis à produção. Ainda questionando as colegas da Charminha sobre o papel da administração, outra operária da Sogantal contou como

⁶¹ As operárias relatam que numa madrugada de sábado, os patrões enviaram da França um grupo de homens armados que invadiram a empresa, renderam o operário de vigia e começaram a embalar as máquinas, os arquivos e as confecções para serem levados à França. Percebendo alguma movimentação estranha, os vizinhos da fábrica conseguiram se comunicar com as operárias que, sabendo da invasão se reuniram com moradores locais e adentraram na fábrica. Os invasores foram acuados e o exército interviu para prendê-los. Cf. TRABALHADORAS da Charminha dizem não ao desemprego. **Combate**, idem, 7/jul/1974, n. 4, p. 7. DVD, 1.

⁶² Encontro Sogantal e Charminha. **Combate**, Porto, n.7, p. 6, 27/set/1974. DVD, 1.

⁶³ Utilizaremos para os empregados da Charminha a expressão *operárias* no feminino quando no plural, porque apesar de ser composta por um quadro de funcionários misto, a grande maioria dos que operavam as máquinas eram mulheres.

⁶⁴ Os patrões haviam deixado um cheque sem fundo para pagar os salários e depois dos conflitos fugiram para a Áustria

superaram a separação entre os planos de gestão e a execução dos trabalhos e extinguiram as hierarquias⁶⁵. Esta conversa parece ter potencializado a crítica que se tinha na Charminha a respeito do pessoal da administração e de seus privilégios. Estas operárias confessam, no entanto, terem dificuldades em eleger delegadas entre as próprias operárias, por não confiarem na sua capacidade de gestão.

Na entrevista há também um número importante de informações que se remetem ao cotidiano da fábrica, aos problemas de relacionamento e às dificuldades de combinar a ocupação da fábrica com a família, especialmente a relação com os maridos e filhos. Neste encontro promovido pelo jornal, as operárias da Charminha compartilham suas dificuldades, e afirmam que as coisas para elas não eram fáceis, que não podiam simplesmente sair pelas ruas vendendo suas confecções, dizendo que haviam tomado a fábrica por falta de pagamentos e que estavam se auto-organizando para produzir e vender seus produtos. Temos então a possibilidade de observar a dificuldade destas operárias mobilizadas para se contrapor a uma prática cultural conservadora. Ainda que os principais aparatos de repressão do Estado estivessem desarticulados, havia barreiras práticas e ideológicas nas instituições da sociedade que barravam o avanço destas rupturas.

Estas operárias da Charminha que passaram a se revezar dia e noite para vigiar as máquinas e instalações de trabalho, insistiam que a ocupação da fábrica as tornava alvo de muitas críticas: “Nós temos tudo contra nós. Aqui na Pontinha é tudo assim. Criticam as mulheres casadas, que se tivessem vergonha iam para a casa e tudo coisa assim”⁶⁶. Falando sobre estas dificuldades, as operárias da Sogantal contam suas experiências e aconselhavam as da Charminha para que divulgassem os motivos de suas lutas nos meios de comunicação possíveis, como jornal, rádio, panfletos e etc., a fim de conseguirem apoio e reconhecimento social de suas atividades. Sugeriram também às operárias da Charminha irem aos comícios e passeatas para conseguirem mais apoio coletivo.

O comentário da operária da Charminha evidencia mais uma vez o receio pela aparição pública e participativa destas mulheres: “Não. Há aqui também uma coisa que é contra nós. É que a maioria é casada e tem marido e filhos. Quando há comícios ou qualquer outra coisa só vão duas ou três, ninguém pode ir”⁶⁷. Uma segunda interlocutora da Charminha

⁶⁵ *Ibidem.*

⁶⁶ *Ibidem.*

⁶⁷ *Ibidem.*

questiona intrigada: “Na Sogantal quando vai, vai tudo?”⁶⁸. Outra trabalhadora da Sogantal, buscando incentivar as colegas da Charminha revelava: “Nós, quando há manifestações fazemos cartazes, não só para nós como para outras fábricas”⁶⁹. Temos então que uma dificuldade que parecia particularizada, ao ser compartilhada com outras companheiras em mesma situação, toma uma significação coletiva, podendo ser vista como encorajadora de novas rupturas e um contraponto à *cultura social* dominante.

Vimos com esta experiência que as lutas ativas e coletivas dos trabalhadores, além de criar novas instituições de reorganização das práticas sociais, podem ser bastante ricas na produção de novos significados às práticas e valores sociais. Estas mulheres, além de romperem a disciplina de produção no interior das empresas, passavam a participar de comissões das empresas, indo às manifestações de rua e ocupando espaços fundamentais na construção de novas relações, espaços tradicionalmente marcados pela presença masculina. Estas questões aparentemente alheias às lutas políticas seriam de extrema importância para as rupturas coletivas que realizariam aquelas mulheres, especialmente dos papéis que reforçavam a submissão social delas naquele momento.

3.1.3 Efacec -Inel

O primeiro relato da mobilização dos trabalhadores da Efacec-Inel (Lisboa) foi noticiado no dia 12 de julho de 1974, no jornal *Combate*⁷⁰. Tratava-se de uma empresa transnacional do ramo eletrônico distribuída em oito unidades ao sul de Lisboa, que contava com 1074 funcionários. Em uma entrevista, um operário relata que desde muito antes do 25 de abril os trabalhadores vinham elaborando reivindicações que desejavam apresentar aos patrões. No entanto, a forte repressão e censura do regime representavam ameaças que impediam que as reivindicações fossem apresentadas. Em 21 de maio, quase um mês depois do golpe, os trabalhadores realizaram uma primeira reunião para levantar suas reivindicações. Nesta reunião foi eleita uma comissão de quatro trabalhadores que seriam responsáveis por apresentar as seguintes reivindicações à administração: férias e subsídio de férias, salário base

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Cf. artigo EFECEC-INEL (Lisboa) em greve. *Combate*, Porto, n. 4, 19/julho de 1974, p.1 e 6, DVD 01.

de 6000\$00, revisão da tabela dos ordenados, redução da jornada de trabalho para 40h semanais, subsídio de transporte e alimentação e a aceitação da comissão de trabalhadores que receberia o nome de Comissão de Defesa e Direito dos Trabalhadores, a CDDT⁷¹.

Sem respostas para as reivindicações, os operários realizaram uma segunda reunião em primeiro de junho. Para ampliar a representatividade para todos os setores da empresa, elevaram os membros da CDDT de quatro para doze representantes. Uma terceira reunião ocorreu em 8 de junho. As respostas dadas pela administração eram sempre imprecisas, quando não voltavam atrás, como fizeram com a jornada de trabalho. As negociações com a administração foram estendidas por mais de um mês, sempre sendo descumpridos os acordos por parte da empresa.

Na quarta assembléia, com a presença da administração para negociar com a CDDT, os operários deixaram de iniciar os trabalhos para acompanhar as negociações. Sentindo-se pressionada com a paralisação e a presença massiva dos operários, a administração concedeu grande parte das exigências aos trabalhadores, mas viria a recuar novamente dias depois. A administração parecia apostar em ganhar tempo desgastando e dividindo o movimento reivindicativo, esperando que a conjuntura de mobilização do país pudesse retroceder. Com essas experiências, os trabalhadores passaram a hostilizar a administração, deixando de acreditar em suas promessas.

Insatisfeitos com os rumos das negociações e desconfiados da administração, os trabalhadores se reuniram mais uma vez no dia 8 de julho, quando decidiram pela paralisação da empresa. Nesta ocasião votaram pela greve mais de 700 trabalhadores, um número bastante expressivo em relação ao quadro total de funcionários. Esta greve se destacaria pelo seu caráter profundamente ativo e coletivo alcançado pelos trabalhadores. A desconfiança motivou a decisão pela ocupação do local de trabalho. Deste modo, além de garantir a paralisação efetiva e a preservação dos bens de produção, precavendo sabotagens e roubos por parte da administração, a necessidade de estarem permanentemente juntos possibilitou o estreitamento dos laços de compromisso e solidariedade entre estes trabalhadores.

Algumas medidas tomadas após o início da ocupação merecem nossa atenção: ficou decidido que pelo menos um quarto dos trabalhadores deveria permanecer nas instalações depois do horário do serviço e nos finais de semana, e que seriam impedidos de acessar as instalações da empresa todas as pessoas identificadas com a administração. Foram criadas

⁷¹ *Ibidem.*

comissões para viabilizar o aumento da sociabilidade necessária nas práticas de luta. Criaram uma comissão de cultura responsável por atividades, como a exibição de vídeos (dentre eles: *Guiné Bissau*, *Encouraçado Potenkim* e *A greve da LIP*⁷²). Os filmes eram seguidos de debates e discussões acerca das condições de vida dos trabalhadores e o papel da empresa na economia nacional, estas discussões despertavam questões que iam muito além das reivindicações imediatas. Uma comissão interna de comunicação realizou uma conferência que convocava a imprensa em geral, com o intuito de divulgar os motivos de suas lutas para conquistarem solidariedade e apoio de outros companheiros de outras empresas. Durante cada dia da greve, foi publicado um jornal que garantia a ampla comunicação e divulgação das informações entre os trabalhadores. Também se estabeleceu uma *comissão de piquetes* encarregada de escalar em turnos os trabalhadores que fariam a vigília das instalações.

É importante notar que o prosseguimento das mobilizações não se deu de maneira *espontânea*, movido por meros impulsos coletivos, mas foi necessária a criação de diversas instituições de trabalhadores com objetivos e funcionalidades bem definidas. Estas organizações serviam de fortalecimento ao movimento, que necessitava garantir a greve e ocupação de uma empresa distribuída em oito unidades de produção e facilitavam a clareza dos objetivos na condução destas lutas. Ainda foram mobilizados esforços para a criação de um fundo de greve com o intuito de suprimir necessidades emergenciais dos trabalhadores mais necessitados. Os trabalhadores da Efacec-Inel também se preocuparam em estudar as contas e documentos de contabilidade da empresa, com a intenção de conhecer as planilhas e verificar as possibilidades de satisfazer suas reivindicações.

Todo este processo teve início desde os primeiros dias de greve, e era marcado por intensas discussões e participação. Em 11 de julho, passados dois dias de greve, se realizou uma nova assembleia. Os trabalhadores que esperavam a resposta da administração receberam em seu lugar uma delegação de operários de uma filial da Efacec-Inel, localizada em Porto, no norte do país. Tratava-se de funcionários do ramo comercial, trazidos pelos patrões com discursos que visavam desestimular os trabalhadores em greve, com pedidos para retornarem ao trabalho. Estes pedidos foram rejeitados pelos operários que mantiveram a greve e a ocupação permanente do local de trabalho. O caráter ativo da greve fortalecia a participação coletiva e rejeitava propostas de fragmentação dos mobilizados⁷³.

⁷² *A greve da LIP* trata de experiências similares de ocupação na França.

⁷³ Neste sentido, seria rejeitada também uma proposta de se estabelecer o voto secreto para a manutenção da greve. A maioria considerou o voto secreto como uma prática que encobria os covardes.

Perante a intransigência da administração nas negociações, os trabalhadores buscaram auxílio no Governo Provisório, que tinha grande prestígio entre os trabalhadores e buscava manter um discurso radical. O Ministério do Trabalho, que como vimos era chefiado pelo PCP, foi indicado para intervir nas negociações e intermediar o diálogo com a administração. O Ministério do Trabalho impôs como condição para as negociações os seguintes itens: “1) Suspensão imediata da greve; 2) Negociação no MT com limite máximo de oito dias após a suspensão da greve; 3) As negociações são entabuladas por um representante do MT, pelos representantes dos trabalhadores e pela administração”⁷⁴. Os trabalhadores decidiram aceitar as condições do MT e suspenderam a greve por oito dias. Os trabalhadores ainda puseram como condição para a suspensão da greve o recebimento normal dos dias parados e a garantia de que não haveria novas demissões. As exigências dos operários foram aceitas e a greve suspensa.

Temos aqui uma clara posição do Governo e do PCP, através de seu cargo no MT de desmobilização dos trabalhadores. A exigência de que as negociações fossem realizadas nas instalações do MT em vez de ocorrerem na empresa onde os trabalhadores se encontravam amplamente mobilizados, reforça a posição de desmobilização do PCP. A exigência do fim imediato da greve também reforça a idéia de que a retomada do funcionamento normal das instituições de exploração capitalistas era a principal estratégia das forças políticas que compunham o I e II Governos Provisórios.

Não estamos afirmando que estas posições políticas foram decisivas na desmobilização nas empresas. Os processos eram constantemente dificultados por uma série de condições adversas. No caso da Efacec-Inel, as assembleias nem sempre eram marcadas pelo consenso. Em um trecho do *Jornal da Greve Efacec-Inel*⁷⁵, é relatado que conforme os dias de greve iam passando sem progredirem nas reivindicações, alguns trabalhadores passavam a se posicionar contra a continuação da greve. Na sexta assembleia já havia um pequeno grupo de trabalhadores que, pedindo o fim da greve, questionavam a necessidade da comissão cultural e a legitimidade do *jornal da greve*. Ainda que o número destes trabalhadores contrários à greve fosse inferior em relação aos que defendiam sua manutenção, o jornal da Efacec-Inel, publicado no Combate em 26 de jun/1974 comenta o crescimento das posições contrárias à greve.

⁷⁴ EFACEC-INEL (Lisboa): Deva a decisão da greve à vitória. **Combate**, Porto, n. 5, 26/jul/1974, p.2. DVD 1.

⁷⁵ JORNAL da greve Efacec- Inel. **Combate**, Porto, 1974, 26/jun/1974, n. 5, p. 2, DVD, 1

Hoje as posições estão radicalizadas. É maior o número das pessoas que não querem a manutenção da greve. É, no entanto, muito mais firme a posição dos que continuam a aderir a greve; quem é que continua firme nas suas posições de greve? Os operários! Porque são os operários que estão abaixo do nível de subsistência; porque são os operários que sentem, na carne, todo o peso da exploração; porque são os operários que estão habituados a passar mal e não os assusta que a greve os obrigue a passar mal mais alguns dias. (Jornal da greve Efacec- Inel, reproduzido no **Combate**, Porto, 1974, 26/jun/1974, n. 5, p. 2, DVD, 1).

Podemos perceber que nos períodos decisivos do movimento, como ocorre nas decisões em assembléia, as contradições se encontram mais explícitas, permitindo aos trabalhadores, como na citação acima referida, perceber que estas pessoas *desinteressadas* pela manutenção da greve são as que possuem maiores privilégios dentro da empresa. A manutenção de um leque salarial bastante diferenciado era um motivo de desunião interna e enfraquecimento da solidariedade entre os operários. Estes problemas não passaram despercebidos aos trabalhadores que, na maioria dos casos em que reivindicavam aumentos salariais tinham especial preocupação em reduzir esta diferença salarial interna⁷⁶.

A greve com ocupação da Efacec-Inel mostrou a capacidade dos trabalhadores mobilizados em criar instituições de organização e condução de suas lutas. No entanto, estes instrumentos de lutas criados nos períodos de mobilização coletivas não desaparecem por completo logo após o fim da greve. Assim como nas outras experiências que buscamos apresentar, a cultura de luta e capacidade de mobilização ficam como aprendizado dos potenciais coletivos e podem mesmo alterar os quadros seguintes na retomada da dominação capitalista. No caso da Efacec-Inel, mesmo com o fim da greve, se mantiveram organizados alguns mecanismos de relacionamento de lutas, ainda que na maioria das vezes passivas, dos trabalhadores. As comissões de *piquete* e de *cultura* perderam o sentido de existirem, mas a CDDT e a comissão de imprensa seriam forçadas a ser toleradas pela administração, cumprindo um importante papel de divulgação das informações que denunciavam a continuação da opressão e exploração capitalista na empresa.

A CDDT, mesmo com a suspensão da greve, promovia constantemente reuniões nos locais de trabalho onde eram discutidos os principais problemas dos trabalhadores. Era posto em discussão uma diversidade de questões, que podiam estar ligadas ao próprio processo de

⁷⁶ Como pode ser observado nos artigos do *Combate*, na maioria dos casos os trabalhadores lutavam pela reelaboração do leque salarial, buscando elevar o piso e reduzir o aumento nas camadas mais privilegiadas. Como exemplos importantes, podemos destacar as mobilizações na TAP, GPA, TIMEX, MABOR, LISNAVE, e que poderiam exceder a dezenas de outros exemplos. Do mesmo modo, as administrações destas empresas insistiam num aumento percentual, que tende a reforçar os desníveis internos dos salários.

exploração como a falta de ferramentas e locais insalubres, e também compartilhavam a mesma queixa sobre a situação econômica, como a insatisfação com as horas extras, demissões, etc. As discussões podiam ainda ser de ordem política, como a denúncia e mobilização contra demissões e perseguições a trabalhadores. A CDDT garantiu ainda a manutenção do fundo de greve e a reclassificação de funções e dos salários reivindicados pelos operários.⁷⁷

Por fim, buscamos destacar até aqui a riqueza das relações que se estabeleceram a partir destas experiências coletivas em Portugal. Contudo, o relato da capacidade de organização e ruptura de um evento histórico em particular corre o risco de perder seu valor analítico. Para isso, apresentaremos alguns conceitos teóricos estabelecidos em torno da discussão sobre a organização dos trabalhadores e sua capacidade de luta, e a possibilidade de transformação históricas radicais.

3.2 Gramsci, os Conselhos e a representação política da classe trabalhadora

Agora que destacamos algumas experiências autônomas em Portugal, pretendemos aprofundar a discussão do alcance destas instituições surgidas das mobilizações ativas e sua capacidade política de enfrentamento e transformação coletiva. As discussões do papel dos *conselhos operários* e dos *sindicatos* estabelecidas por Gramsci (1981) no periódico *L'Ordine Nuovo*⁷⁸ nos servirá como referencial teórico para uma discussão mais ampla do alcance destas organizações coletivas e suas possíveis limitações estratégicas.

3.2.1 Conselhos e Sindicatos

Os modelos de organização autônomas destacados aqui não podem ser interpretados

⁷⁷ Cf. EFACEC-INEL (Lisboa) luta contra as horas extraordinárias e os despedimentos. **Combate**, Porto, n.9, 25/out/1974, p. 6, DVD, 1.

⁷⁸ No qual Gramsci escreveu ativamente; destacamos os números publicados entre 1919 e 1920 na cidade italiana de Turin (republicados em GRAMSCI, 1981).

como uma particularidade exclusiva da classe operária portuguesa. As organizações de poder popular, experimentadas na Revolução Russa de 1917 (na formação dos soviets), seriam também referência para as lutas operárias em outras partes do mundo. Na Itália este processo de organização de base dos trabalhadores esteve mais avançado nas cidades industrializadas. Em Turin, cidade em que se publicou o *L'Ordine Nuovo*, estas experiências também foram bastante radicalizadas. Em artigos publicados neste periódico, Gramsci demonstrava seu entusiasmo com os *conselhos operários* enquanto organizações operárias de base. Encontrava nestes organismos energia e coerência capazes de levar adiante um processo de democracia operária em ruptura com o Estado burguês⁷⁹.

Gramsci (1981) diferencia os sindicatos dos conselhos afirmando que nos sindicatos, os trabalhadores estariam associados enquanto operários que negociam a força de trabalho, limitando suas ações ao campo econômico. Já os conselhos representariam os trabalhadores organizados enquanto classe produtora e, por isso, seria capaz de uma expressão política privilegiada. Por estarem ligados diretamente às disputas pelo controle dos processos produtivos, os Conselhos eram vistos por Gramsci como a base para a sociedade socialista.

O autor não defendia os conselhos apenas para reproduzir exemplos bem sucedidos, como na Revolução Russa de 1917. Era um período onde estas experiências de lutas dos trabalhadores se espalhavam, na Itália e pela Europa, e abriam importantes debates e polêmicas no campo das instituições da esquerda. A polêmica que marcou os debates entre Amadeo Bordiga e Gramsci são provas desta história quase recente onde se empregavam correntemente na imprensa operária expressões como *tomada do poder da burguesia*, *processo revolucionário* e *organização do Estado Socialista*, o que nos dá mostras do otimismo que estas lutas vinham assumindo naquele momento.

Os conselhos significavam para Gramsci (1981) o desenvolvimento das formas de organização da classe trabalhadora e suas estruturas de poder para a sociedade futura. Eles teriam um papel fundamental no desenvolvimento de novas estruturas e organização, baseadas na solidariedade e coletividade dos trabalhadores. Estas práticas coletivas das lutas operárias eram entendidas como elementos vitais na reorganização da sociedade comunista.

O Conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas que são inerentes à organização desse Estado, são inerentes à organização do Conselho. Em

⁷⁹ Nelson Coutinho (1981), no prefácio do livro *Conselhos de fábrica*, afirma que: “avaliando a situação italiana da época como uma situação revolucionária, Gramsci se propõe a 'fazer como na Rússia': ou seja, a elaborar a teoria e a prática da revolução soviética (ou conselhistas) na Itália”. (COUTINHO, 1981, p. 8).

um e no outro acaba o conceito de cidadão, que é substituído pelo conceito de companheiro: a colaboração para uma boa e útil produção desenvolve o sentimento de solidariedade, multiplica os laços de afeto e fraternidade. (...) O Conselho é o órgão mais idôneo de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social, que o proletário conseguiu exprimir como resultado da experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho. (GRAMSCI, 1981, p. 42).

Para Gramsci (1981), enquanto que nos sindicatos a solidariedade dos trabalhadores estaria restrita à particularidade da fábrica, e por isso incapaz de atingir uma etapa positiva de criação de uma nova realidade, nos conselhos estes sentimentos de coletivismo e solidariedade representariam o embrião para a constituição de um novo Estado, o *Estado proletário*. Neste sentido, ainda segundo o autor, a solidariedade operária desenvolvida no Conselho,

(...) é positiva, é permanente, está encarnada até nos momentos menos importantes da produção industrial, está contida na consciência alegre de ser um todo orgânico, um sistema homogêneo e compacto que, trabalhando utilmente, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma a sua soberania, exerce o seu poder e a sua liberdade criadora da história. (GRAMSCI, *idem*, p. 42-43).

Neste sentido, para Gramsci (1981) a capacidade dos conselhos em exercer força política frente à burguesia era uma realidade prática. O autor reafirma a idéia de que os conselhos de fábrica são instituições de lutas baseadas numa organização coletiva e ativa dos trabalhadores sustentadas principalmente por um forte sentimento de solidariedade de classe. Os trabalhadores organizados em conselhos teriam capacidade de luta e organização bastante ampla, enquanto que os sindicatos eram vistos pelo autor como elemento de legalidade com o papel de negociar as relações da força de trabalho com o capital. Ao longo das lutas operárias, os sindicatos desenvolveram mecanismos para coordenar estas lutas, o que lhes conferiu legitimidade nas negociações com o capital por meio de acordos de cúpula.

Para o autor, os trabalhadores insistem em romper esta legalidade empresarial compactuada pelos Sindicatos, dada a necessidade coletiva da classe trabalhadora de rompimento da opressão política e econômica a que estão submetidos nos processos de trabalho. Por este motivo, os conselhos eram vistos como a garantia da capacidade de renovação das *ilegalidades* cometidas pelos trabalhadores contra os interesses empresariais. Em diversas ocasiões pudemos observar estas características de práticas coletivas e solidárias nos processos de lutas em Portugal.

3.2.2 Conselhos e Partidos

A capacidade da ação operária a partir da experiência dos conselhos despertou importantes debates sobre a organização da classe trabalhadora e suas estratégias de organização. Especialmente a partir dos anos 1920, estas experiências influenciaram a discussão da construção do partido da classe trabalhadora. Dialogando com Gramsci, Bordiga (1981)⁸⁰ aponta os conselhos na Itália enquanto a expressão natural da organização proletária a partir da estrutura produtiva, mas que sua capacidade política prescindia do Partido político da classe. Mesmo sem pretender negar a importância dos conselhos, para Bordiga (1981), a força dos conselhos na fase decisiva de tomada do poder político da burguesia deveria estar submetida ao Partido, enquanto o único órgão capaz de estabelecer uma política conseqüente para toda a classe.

Afirmar, como os companheiros do *Ordine Nuovo* de Turim, que os Conselhos Operários, antes ainda da queda da burguesia já são órgãos, não somente de luta política, mas de preparo econômico-técnico do sistema comunista, não é mais do que um retorno ao gradualismo socialista: este, chame-se reformismo ou sindicalismo, está definido pelo erro de que o proletariado possa se emancipar ganhando terreno nas relações econômicas, enquanto o capitalismo ainda detém, como o Estado, o poder político. (BORDIGA, 1981 p.67).

Bordiga manifesta nesta análise uma nítida separação entre os campos da luta política e da luta econômica, limitando os *conselhos* e sindicatos como organismos de luta econômica, e delegando ao Partido a exclusividade da luta política. Esta forma de análise parece expressar uma atenção especial às disputas do poder na esfera das instituições do Estado. Na citação acima, Bordiga (1981) reforça a concepção de que a burguesia exerce seu poder privilegiadamente a partir das instituições do Estado e, como reflexo, demonstra certo desinteresse pela capacidade política que as organizações operárias podem suscitar frente a burguesia a partir das lutas coletivas.

Esta concepção expressada por Bordiga (1981), que privilegia a tomada do poder político do Estado parece atribuir às lutas nas unidades econômicas como uma ação isolada, particular e portanto incapaz de estabelecer estratégias de longo prazo. Os trabalhadores

⁸⁰ Conforme o Artigo: *Pela Constituição dos Conselhos Operários na Itália*, que dialogava com os artigos de Gramsci em período próximo, como “*Formamos os Sovietes?*”, de 21 de setembro de 1919, no *L’Ordine Nuovo*. (GRAMSCI, 1981)

organizados em conselhos de fábrica estariam promovendo o controle no interior de dada unidade produtiva, sendo por isso incapazes de abranger o controle político mais amplo dos processos de produção. Para o autor, privilegiar a ação das organizações surgidas a partir da esfera produtiva seria uma forma de promover as relações capitalistas, em detrimento de uma administração mais ampla para a classe operária.

Já Gramsci (1981), discutindo o mesmo processo histórico, valorizava os enfrentamentos dos trabalhadores no questionamento da disciplina e das hierarquias que envolviam a esfera produtiva e suas instituições burguesas. Para o autor, o enfrentamento revolucionário seria exercido a partir do campo da produção, na fábrica, onde as relações de comando e obediência são mais explícitas e diretas que, por vezes, ocupava mais tempo na vida do trabalhador que os tipos de enquadramento vindos diretamente do Estado. No ambiente de trabalho, o trabalhador estaria submetido mais diretamente ao poder da burguesia:

(...) o processo revolucionário é exercido no campo da produção, da fábrica, onde as relações são de opressor para oprimido, de explorador para explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia; o processo revolucionário é exercido onde o operário nada é e quer tornar-se tudo, onde o poder do proletariado é ilimitado, é poder de vida e de morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário (GRAMSCI, 1981, p. 93).

Temos nas observações de Gramsci que a esfera empresarial é uma fonte de emanção de poder da burguesia sobre a vida do operário, mas, por isso mesmo, pode ser também o meio e o *espaço* da contestação deste poder. Esta capacidade de questionamento do poder dominante da burguesia não pode ser pensado sem a formação de estruturas sólidas de poder proletário. Estas manifestações de contra poder eram possíveis mediante as práticas de lutas (sabotagens e organizações) que agiam coletivamente para romper a disciplina empresarial imposta pela burguesia. Neste sentido, para Gramsci (1981) os conselhos não eram válidos enquanto formas ideais de organização, mas pela sua capacidade prática de mobilização antagônica às práticas capitalistas. Eram a possibilidade de constituição de um poder em movimento.

Por entender que os mecanismos de produção no capitalismo se encontram estreitamente integrados, Gramsci (1981) defendia que os conselhos operários, ao questionarem o poder capitalista a partir da unidade de trabalho, estariam também atuando de forma integrada. Neste sentido, os Conselhos seriam a resposta comunista ao capitalismo

internacional:

Como hoje, no Conselho de uma grande oficina mecânica cada grupo de trabalho (de profissão) une-se, do ponto de vista proletário, com as outras etapas e põe em relevo o processo produtivo; assim também no mundo o *carvão* inglês funde-se com o *petróleo* russo, o *trigo* siberiano com o *enxofre* da Sicília, o *arroz* da província de Vercelli com a *madeira* de Stiria... , num organismo único, submetido a uma administração internacional, que administra as palavras do globo em nome de toda humanidade. Neste sentido o Conselho Operário de Fábrica é a primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional Comunista, não mais como organização política do proletariado revolucionário, mas como organização da economia mundial e como reorganização de toda a convivência humana, nacional e mundial. (GRAMSCI, 1981, p. 96).

Enquanto Gramsci (1981) defendia a capacidade das lutas nos Conselhos de adquirir formas mais amplas de enfrentamento e romper o particularismo de interesses econômicos restritos, Bordiga, contrariamente, publicava no jornal *Soviet* a idéia de que as lutas restritas às relações de produção não seriam capazes de romper os interesses particulares. Como alternativa, Bordiga atribuía ao Partido a capacidade de centralização das forças sociais e o papel de organizar as prioridades mais amplas da sociedade, no desenvolvimento das *futuras* relações da sociedade comunista. A noção de Partido levantada por Bordiga fica assim associada com as funções comumente desempenhadas pelos Estados modernos, de defender os interesses mais amplos da sociedade, ainda que esta sociedade seja a comunista. No artigo de Bordiga publicado no *Soviet* de 29 de fevereiro de 1920, ele afirma:

A obra política que, portanto, constitui a razão de ser do Partido Comunista, tem duas características substanciais: a universalidade, enquanto compreende o maior número de proletários, age em nome da classe e não pelos interesses de grupos de trabalhadores limitados a uma profissão ou a uma localidade; e a finalidade máxima, enquanto visa um resultado não imediato e que não se pode conseguir parte por parte. (BORDIGA, 1981, p. 98).

O papel de lutar contra a classe burguesa ficaria, para o autor, a cargo do *Partido Político*. E vai ainda mais longe quando afirma que seria ainda responsabilidade do Partido disciplinar as forças surgidas das mobilizações dos trabalhadores, centralizando-as e dirigindo-as à *interesses comuns*:

Depois da conquista revolucionária do poder, serão libertadas as forças econômicas produtivas latentes, que forçavam os elos das correntes capitalistas. (...) mas ainda será tarefa do Partido a luta política contra a burguesia vencida, mas que tentará retomar o poder, e a **luta** pela unificação dos proletários, acima dos interesses egoístas e corporativos. (BORDIGA, 1981 p. 99, **grifo nosso**).

Gramsci (1981) via nos *conselhos* um potencial de grande amplitude política, que fundiam a luta contra a burguesia no aspecto político, através do rompimento da disciplina do processo produtivo, à luta econômica, onde impunham a reorganização das relações de produção e uma redistribuição dos bens e serviços produzidos. Deste modo é que os *conselhos* possibilitavam a junção orgânica do político e do econômico. No entanto, apesar de valorizar a capacidade de luta política e econômica dos Conselhos frente à exploração capitalista, Gramsci (1981) não negava a necessidade de um órgão centralizador destas energias revolucionárias que só poderiam ser levados pelo partido político.

Ele defende a vivacidade dos *conselhos*, pelo seu caráter de negação da ordem burguesa, mas não nega a necessidade de coordenar e centralizar as forças que surgem a partir destes processos de lutas em ruptura com o poder burguês. Ele entende que a *prudência* dos sindicatos deve se fundir com o impulso questionador dos conselhos (GRAMSCI, 1981). Estes esforços deveriam necessariamente confluir no Partido, enquanto uma força maior, concentrada e dinamizadora da sociedade.

Esta visão da centralidade do Partido em Gramsci vem já no período de 1919 e 1920, em um contexto internacional de ampla mobilização dos trabalhadores. Como veremos na citação abaixo, extraída do artigo *Sindicatos e Conselhos*⁸¹, a discussão deve ser medida pela forma que as organizações dos trabalhadores assumem. Portanto, usando a expressão *Partido*, tanto Bordiga quanto Gramsci estavam especulando sobre uma instituição que ainda não estava definida. Lembramos que os comunistas na Itália ainda não se encontravam unificados, e que a experiência russa dos soviets era referência chave para os autores.

Os comunistas do Partido têm o maior interesse, porque sobre eles pesa a maior responsabilidade histórica, em suscitar, com sua ação incessante entre as diversas instituições da classe operária, relações de compenetração e de natural interdependência que vivifiquem a disciplina e a organização com o espírito revolucionário. (GRAMSCI, 1981, p. 106).

A unidade dos grupos mobilizados é um agente de fortalecimento das ações políticas. Para Gramsci (1981), os *conselhos* teriam desempenhado um papel de uma cultura política destas lutas dos trabalhadores e, na polêmica com Bordiga, buscou visualizar o alcance e eficácia desta instituição para a classe trabalhadora. Tanto um como o outro consideravam esta unidade imprescindível para o avanço da luta dos trabalhadores, e viam no partido político do operariado a peça fundamental desta unidade. O que seria este partido defendido

⁸¹ Artigo publicado no periódico *Ordine Nuovo* de 15 de junho de 1920. (GRAMSCI, 1981)

por Gramsci enquanto organização máxima dos trabalhadores?

Mais tarde Gramsci (2000) desenvolveria a idéia de que as lutas operárias tendem a uma dupla profundidade. Elas assumem um caráter *negativo* na medida em que rompem com a ordem social, lutando contra uma moral imposta, e destruindo organismos responsáveis pelo enquadramento físico e ideológico do trabalhador. Mas o movimento em sua espontaneidade, não seria, segundo o autor, capaz de criar a novidade social, ou seja, se estruturar organicamente levando adiante este processo de ruptura a níveis mais elevados, capazes de solidificar novas práticas. A limitação principal dos movimentos estaria relacionada à sua tendência de iniciativa economicista. Faltaria ao movimento uma etapa *positiva*, onde estas iniciativas questionadoras nascidas a partir da luta econômica tomassem corpo e capacidade política de transformação social permanente.

Para Gramsci (2000), faltaria um *mito moderno*, capaz de dar coesão e identidade aos movimentos espontâneos, uma vez que a “concretização da ação coletiva é reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2000, p.16). Mas faltaria ainda um “organismo complexo de sociedade, dado pelo desenvolvimento histórico, que é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletivas que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2000, p.16). Sem um partido político da classe, as táticas adotadas pelos movimentos perdem coesão e objetividade, dissipando a luta de classes. Imerso nestas questões ele questiona:

(...) mas esta vontade coletiva, assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares, que na fase positiva seguem direções diversas e contrastantes? E isso para não falar que não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não no sentido 'metafísico', mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido (GRAMSCI, 2000, p. 15).

Para logo adiante responder:

O moderno príncipe, o mito príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2000, p. 16).

Como todo partido político, o moderno príncipe estaria moldado sob uma ideologia

política capaz de orientar as forças mobilizadas. Mas esta ideologia não se encontra pronta. Para o autor, ela pretende ser científica na medida em que busca a mais ampla avaliação das forças sociais, com a intencionalidade de se impor como a mais precisa, a mais minuciosa interpretação dos atores históricos e suas posições no campo de batalha. Deste modo, não se trataria de uma ciência *desinteressada*, pretensamente neutra. A cientificidade das elaborações do partido viria de um mapeamento - o mais amplo e eficaz quanto seja possível - das condições da relação de força que condicionam os grupos sociais e seus papéis históricos. Esta seria uma ciência de partido, ou seja, uma busca de compreensão de sua própria possibilidade real de intervenção nas forças históricas. Com isso, Gramsci (2000) remete a *vontade política* de partido à toda uma análise das condições políticas e econômicas que levaram as mobilizações sociais a assumirem certas formas e exigirem determinadas mudanças. Neste processo, seríamos levados a uma análise profunda dos sentimentos culturais que envolvem os grupos e as classes sociais, suas formas de dominação e etc. O *moderno príncipe* deve saber explorar estes contextos da cultura política, a fim de avaliar os ânimos históricos e sua capacidade de intervenção política.

Deste modo, o partido de Gramsci teria a função de concatenar as ideologias nascidas das práticas de lutas, e aclarar o contexto social mais amplo a que este movimento social se insere. Com isso, se busca superar a limitação economicista presente nas lutas sindicais, atribuindo-lhes força histórica para tornar as conquistas coletivas mais sólidas e com projeção de intervenção na luta de classes. Neste sentido, o autor desenvolve a noção de que a *revolução* deve assumir um caráter *permanente*. Uma vez que os caminhos estariam fechados para estratégias que visassem a tomada do poder abruptamente, haveria o movimento operário de desenvolver outras formas de atacar a burguesia. Nas revoluções modernas será necessário que brote primeiro as estruturas para uma nova ordem, que só poderá ser atingida com a conquista da hegemonia. (no âmbito político, cultural e econômico).

Essas idéias estão surgindo no pós-Primeira Guerra, onde o industrialismo, liderando o processo de modernização, mostrou ser capaz de se impor como tendência dominante nos acontecimentos históricos.

3.3 Análise e aproximações possíveis

Um movimento *espontâneo* pode declinar rapidamente se não for capaz de criar organismos que catalisem suas forças coletivas. Vimos nas experiências de lutas em Portugal que para continuarem sobrevivendo, as lutas nas fábricas tiveram de criar uma diversidade de estruturas coletivas como: comissões, organismos de comunicação, redes de solidariedade, fontes seguras de informações, estruturas de representatividade, coleta de fundos financeiros, etc. A *comissão de piquetes* na Mabor é um exemplo importante da necessidade de se criar instituições que legitimem o uso da força física coletiva, desempenhando o importante papel de fazer cumprir as decisões das assembleias. Tudo isso certamente despendeu muita energia dos grupos mobilizados, diversas instituições foram criadas, pessoas e grupos interagiam, outros se diluíram, para que as ações radicalizadas de lutas pudessem se fortalecer e expandir.

Definimos no decorrer deste texto estas mobilizações pelo seu caráter autônomo de enfrentamento às instituições capitalistas. Com os partidos de esquerda buscando transformar a vida social do país assumindo cargos no governo, facilitou-se a tomada de iniciativas próprias e independentes pelos trabalhadores. No entanto, estas instituições de esquerda não estavam inacessíveis aos trabalhadores. Vimos aqui como no início das mobilizações sempre recorriam aos sindicatos ou ao governo. Certamente não recorriam à estas instituições por acaso, esses trabalhadores sabiam que estes grupos políticos eram aqueles mesmos que sempre buscaram representá-los. Por isso, acreditamos que a falta de ligação entre os movimentos coletivos e os partidos e sindicatos de esquerda decorreu do desgaste destas estruturas como instrumentos de impulso à mobilização coletiva. Esta independência do movimento seria mais um ponto importante para definir estas mobilizações autônomas pelo intenso processo de ruptura que provocavam.

Uma das características principais das lutas em Portugal foi seu caráter de *movimento*. Um movimento de luta depende da mobilização constante e coletiva dos grupos sociais envolvidos. Esta mobilização rompia a passividade imposta pela disciplina de produção, agravando os conflitos entre as classes sociais. As tensões geradas pelas reivindicações coletivas serviram de espelho aos movimentos para a percepção das correlações de força no ambiente de trabalho. Neste sentido afirmamos a capacidade política de exercício de um poder coletivo destes movimentos.

A capacidade de exercício de poder destes movimentos a partir das relações de produção tem sido questionada quanto a sua capacidade de transformação profunda e sistêmica. Gramsci (2000), ainda que desse grande importância para a capacidade política destas lutas ativas, realiza uma leitura crítica onde destaca a necessidade indispensável do partido político para uma vitória mais ampla dos trabalhadores.

O autor tem bem definida a sua intenção ao observar as lutas sociais, pois se vê como homem de partido, com os olhos de quem observa a partir de uma dada realidade histórica com a intenção de intervir organicamente nas forças sociais em confronto. Para o autor, a análise das forças políticas devem ser iniciadas antes mesmo do surgimento das mobilizações. As mobilizações sociais coletivas seriam o sintoma de uma conjuntura maior. As forças históricas vêm se desenvolvendo ao longo do capitalismo, e tanto as classes subalternas como as dominantes estariam sujeitas a realocações, disputas internas e confrontos diretos.

Esta perspectiva de Gramsci (2000) reforça a crítica à capacidade de transformação dos movimentos autônomos. A falta de um programa e de centralização das forças políticas são apontados pelo autor como elementos que despertam uma realidade caótica, e, portanto, incapaz de exercer uma força definitiva de transformação das estruturas de dominação capitalista. As lutas operárias em Portugal demonstraram que além de romper a disciplina de empresa, elas foram capazes de estabelecer instituições de organização sólidas. Estas instituições cumpriam tarefas importantes, e impunham certo disciplinamento e compromisso coletivo entre as pessoas que estavam envolvidas.

Ainda que Gramsci (2000) destaque os conselhos operários enquanto elemento criativo e fundador de uma nova sociabilidade entre os trabalhadores, a centralidade que atribui ao partido deixa explícita sua posição: as lutas que rompem com a disciplina e o poder na fábrica não estão numa posição central no âmbito da luta de classes. Elas atuam no sentido de reforçar a cultura operária e de enfraquecer as instituições que garantem a hegemonia capitalista, dirá o autor, mas faltaria ainda uma organização interessada na disciplina destas instituições criadas a partir das lutas, deixando claro que somente no partido esta disciplina se torna ciência, único elemento racional e munido de um programa capaz de fundar novos Estados.

No caso das mobilizações em Portugal, as respostas para as dificuldades foram encontradas num relacionamento ativo entre os mobilizados e, a solução para o problema da organização esteve submetido à necessidade de manutenção das mobilizações. Nestas

experiências autônomas a ação prática era o centro dos esforços coletivos, em vez de se privilegiarem organizações rígidas e solidificadas. Esta é a noção principal na questão do contra poder. A partir do momento que se iniciam as primeiras formas de mobilizações coletivas em Portugal, independentemente de uma estrutura centralizada ou um programa coordenador, elas foram capazes de se expandirem numa força crescente, apontando para uma coesão baseada na solidariedade e participação coletiva.

Podemos dizer que o *programa* aglutinador destes movimentos se realiza de forma prática, na unidade do enfrentamento coletivo contra o disciplinamento capitalista. Neste sentido, os movimentos tiveram um horizonte comum bastante claro e real: lutar contra os mecanismos de exploração que se encontraram unificados pelos capitalistas. Esta perspectiva se opõe à noção de que estas formas coletivas de indisciplina e luta econômica estariam marcadas por forças egoístas e caóticas. A capacidade organizativa dos trabalhadores em Portugal tornou viva a possibilidade de mudanças nas condições de vida dessas pessoas. Para o caso específico das fábricas, descobriu-se que poderiam parar a produção, que era possível a discussão com os companheiros de trabalho e que poderiam fazer exigências a partir daí. Este mesmo espírito de capacidade coletiva mobilizou milhares de pessoas no campo e nos bairros populares nos centros urbanos de Portugal.

Ao mesmo tempo em que se associavam nos movimentos sociais, estes grupos passavam a compartilhar e desejar novos significados para suas vidas. As pessoas não lutam já sabendo dos resultados, lutam porque procuram uma condição de existência *melhor*. Chamando este *melhor* de comunismo, dignidade, emancipação, autonomia, liberdade e etc., os grupos mobilizados buscam coletivamente destruir as amarras sociais, sem ter a noção exata do tamanho das contradições que terão de enfrentar.

As operárias da Sogantal, por exemplo, destituíram por completo a hierarquia capitalista e a separação entre planejamento e execução. Ensaíram na prática as possibilidades de novas relações sociais de produção, autônomas e em ruptura direta com as condições de reprodução capitalista. Sempre tendendo para o reforço da igualdade nas relações de trabalho, através da quebra de hierarquias e da isonomia salarial, puderam dismantelar as principais forças internas e externas de enquadramento e disciplinamento das relações do trabalho. É igualmente verdade que estas experiências estão cheias de particularidades, a administração era pequena, e a linha de produção composta por 48 operárias ofereciam pouca diversidade de cargos e funções, o que tende a despertar menos

ambiguidades.

As operárias da Charminha confessam, no entanto, terem dificuldades em eleger delegados entre os próprios trabalhadores, por não confiarem na sua capacidade de gestão, confirmando a noção de que quanto mais fragmentados e distantes dos processos decisórios, menos confiam em suas próprias iniciativas. Temos então que uma dificuldade que parecia particularizada pela operárias da Charminha, ao ser compartilhada com outras companheiras em mesma situação da Sogantal, assumem uma significação coletiva maior, servindo como um contraponto transformador da cultura social *fetichizadora*. Nos relatos das ocupações de fábricas e seus processos de lutas, fica clara a intenção dos entrevistados em falar sobre suas organizações, suas reivindicações, seus processos de lutas e assim por diante. Em certos momentos também se pode verificar referências à vida pessoal, a relação com os filhos ou a relação conjugal e as relações com os familiares ou vizinhos, apontando evidências de que estes processos de rupturas podem atingir os mais diversos níveis de negação das relações de dominação. Mesmo sem nenhum histórico de engajamento de luta coletiva, estas operárias ousaram enfrentar os poderes disciplinares dos processos de produção e acabaram se envolvendo com um processo coletivo de luta muito mais amplo.

Entra o momento da criação, onde os grupos sociais estabelecem para si uma experiência inédita, repleta de sentimentos e significados, que compartilhados constroem coletivamente a *novidade social*. Exatamente pela falta de uma clareza *científica* do que será esta novidade, são forçados a realizá-los coletivamente, enquanto elementos sociais com interesses e estratégias comuns. A dependência da ação coletiva e ativa para a manutenção destas forças transformadoras se torna então o elemento centrípeto que elimina os interesses particulares e que, portanto, nega a fragmentação.

4 ESTADO, LUTA DE CLASSES E GESTORES

Vimos no capítulo anterior que a capacidade de poder das lutas autônomas estão diretamente condicionadas pela iniciativa destes movimentos de criar instituições que os permitam continuar mobilizados ativamente. O caráter ativo e coletivo destas lutas é o que tem possibilitado aos trabalhadores enfrentar a disciplina capitalista da exploração e criar novas condições de relacionamento. Buscamos apontar ainda que estas mobilizações coletivas, particularmente em Portugal, enfrentaram uma diversidade de obstáculos que dificultavam a expansão deste processo criativo de ruptura.

Até aqui, podemos observar também que os processos de ocupação de fábricas e, portanto, de paralização do poder das chefias, não foram capazes de eliminar as contradições na reorganização do relacionamento social coletivo. Estas estruturas mais amplas do capital, exatamente por atuar enquanto um modelo integrado de exploração, continuavam impondo dificuldades aos trabalhadores mobilizados. As máquinas e instalações, as hierarquias e fragmentação dos processos de trabalho, os salários, as relações dos produtos com o mercado, e a própria mercadoria produzida continuavam atuando enquanto forças de disciplinamento e enquadramento capitalistas. Neste sentido, buscaremos a partir de agora analisar mais detalhadamente as forças sociais que, atuando integradamente, tem servido para o reforço das relações de exploração e dominação em detrimento da capacidade autônoma de mobilização dos trabalhadores.

Em Portugal, as mobilizações sociais após o 25 de abril tiveram grandes responsabilidades na desarticulação das forças políticas ligadas ao Estado. Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais exigiam apoio do governo provisório, deixavam mais explícitas as contradições entre as instituições do Estado e os processos de reorganização social da produção pelos trabalhadores. As forças políticas do governo provisório buscavam legitimidade para atuar no controle da situação econômica e social, e para isso cortejavam os movimentos sociais reivindicando um *espírito de reconstrução* da economia (Cf. CEREALES, 2003).

Segundo o autor João Bernardo (1975b), a maioria das forças políticas que disputavam as instituições do Estado tinham como estratégia principal reforçar a capacidade de controle e intervenção estatal na organização da economia portuguesa. As divergências principais eram

relativas ao grau de ruptura possíveis nas relações de propriedade, o que refletia na orientação das alianças que se poderia fazer. O autor destaca ainda que os confrontos nos seis governos provisórios até as eleições de 1976, revelaram duas tendências estratégicas principais para a reorganização das relações capitalistas em Portugal: uma que previa maior valorização das alianças com os setores privados do capitalismo, e outra que buscava reforçar a propriedade do Estado como elemento de fortalecimento da capacidade de gestão e centralização do planos estatais.

Conforme Bernardo (1975b), todos os governos provisórios tomaram medidas no sentido de centralizar a capacidade de gestão das questões econômicas mais amplas, com a intenção de aumentar a produtividade e a concentração de capitais⁸². No entanto, a partir de 11 de março de 1975⁸³, o III Governo Provisório dá início à execução de um grande plano de nacionalizações (bancos, seguros, transportes, energia, petróleo e etc.). Com isso as correntes políticas que detinham as instituições de Estado buscaram centralizar a capacidade de decisão sobre as estratégias de retomada da produtividade e expansão da economia portuguesa.

Acreditamos que o prolongamento da crise nas instituições do Estado só pôde ser tão agudo devido às intensas mobilizações, que foram capazes de estabelecer um campo fértil para a criação de novas situações políticas. As oportunidades abertas com estas mobilizações foram compartilhadas por diferentes extratos sociais, gerando um clima de solidariedade e identidade entre eles, mas na medida em que as mobilizações avançaram ficaria mais evidente as divergências de interesses em relação aos partidos políticos que dirigiam as instituições do Estado. Podemos deduzir que, quando postas em prática as reivindicações na forma de ação coletiva, as divisões sociais parecem ficar mais explícitas e as ações tendem a polarizar grupos sociais que passam a adotar estratégias de lutas diferentes ou opostas. Esta contradições que permeavam os interesses de reconstrução do capitalismo em Portugal podem

⁸² “O regime que mediou entre o 25 de abril e o onze de março foi definido em várias ocasiões (...) como uma forma de desenvolvimento do capitalismo de Estado, caracterizada pela passagem pacífica e relativamente longa dos grandes proprietários monopolistas a altos tecnocratas, mediante a sua integração progressiva nos órgão de gestão estaduais e a progressiva apropriação pelo Estado destes grandes monopólios.” (BERNARDO, 1975b, p.2).

⁸³ Em onze de março de 1975, ainda sob o III Governo Provisório que duraria apenas até o 26 de março, tem início um processo radicalizado de estatizações em Portugal, que inclui todo o setor bancário, elétrico, siderúrgico, de petróleo e os meios de transporte. No entanto, só em 7 de agosto, buscando dar respaldo jurídico ao processo de estatizações em curso, o V Governo Provisório apresentou o “Plano Melo Antunes”, onde estabelece uma série de metas e medidas econômicas a serem tomadas a curto e médio prazo. Ver plano em: CENTRO de documentação 25 abril: Arquivos Privados. Disponível em <<http://213.228.163.33/cd25a/lista01.asp?meta01=Geral&meta14=&meta21=Arquivos+Privados>> Acessado em: 10. fev. 2010.

ser apreendidas a partir das palavras de Bernardo (1975b, p.20):

Numa primeira fase, a amplitude de tal revolta veio ajudar os novos senhores do poder a derrubar mais fácil e rapidamente as sequelas das velhas instituições. Mas depois, quando se tratou de edificar um novo poder, as novas repressões e os novos enquadramentos, as massas trabalhadoras continuaram no galope da revolta, e, recusando-se a vergar a cerviz, o caso ficou mais fino para os novos governantes.

Por isso, apesar das tentativas do Estado de reforçar o controle da propriedade do capital, as relações de produção eram questionadas a partir das relações de produção, verificada nos grandes surtos de lutas que reforçavam a desestabilização do poder central do Estado. As greves exigiam aumentos salariais que contrariavam as intenções do governo de retomar a produtividade das empresas no país. Estas ações radicalizadas dos trabalhadores e movimentos populares levaram o governo a rever suas diretrizes e articulações políticas no Estado. A promulgação da Lei Anti-Greve, liderada pelo ministro do trabalho do PCP⁸⁴, é um forte marco desta *mudança de atitude* do governo em relação às lutas sociais, demonstrando uma clara tentativa de disciplinar a força de trabalho para a expansão da economia do país.

São conhecidas e repetidas as declarações governamentais contra a greve. O atual ministro do Trabalho declarou há bem pouco tempo que não era partidário das greves (...) Carlos Carvalhas, que é elemento cunhalista [referindo-se à Álvaro Cunhal presidente do PCP] que é quem verdadeiramente controla o Ministério do Trabalho, afirmava recentemente que a maior parte da mais-valia criada pelo proletariado estava agora nas mãos da “coletividade” pelo que as lutas do operariado não eram já contra o capital mas contra a coletividade. (Jornal Expresso, 17/mai/1975, p.10 *apud* BERNARDO, 1975b, p. 21).

Apesar da grande agitação popular, não faltaram por parte do novo governo iniciativas que visavam criar mecanismos de enquadramento destas lutas sociais. A absorção dos partidos radicais junto aos primeiros governos, a formação de sindicatos a partir do Estado ou dos partidos de esquerda, a Inter-sindical⁸⁵, o controle dos meios de comunicação, etc., deram mostras deste esforço político de enquadramento social das mobilizações que iam se radicalizando. Muito sumariamente estas eram algumas particularidades das experiências de relacionamento do Estado com as mobilizações sociais. A busca do Estado pelo enquadramento das ações de indisciplina produtiva desenvolvidas pelos trabalhadores não

⁸⁴ Ver *Lei Anti-greve*, publicada no II Governo Povoisório em 28 de agosto de 1974 no: CENTRO de documentação 25 abril: Arquivos Privados. Disponível em <<http://213.228.163.33/cd25a/lista01.asp?meta01=Geral&meta14=&meta21=Arquivos+Privados>> Acessado em: 10. fev. 2010).

⁸⁵ Central sindical controlada pelo PCP.

tiveram exclusividade em Portugal.

Neste sentido, acreditamos ser necessário uma observação mais apurada do relacionamento das instituições do Estado, especialmente quando estas se afirmam enquanto representante dos trabalhadores, e suas relações fundamentais com as mobilizações autônomas. Dando sequência ao trabalho, buscaremos uma caracterização destas relações do Estado com os movimentos sociais partindo das experiências na Iugoslávia nos anos 1950, analisadas por Nadjan Pasic. Para finalizar este capítulo recorreremos à teoria dos *gestores* como instrumento conceitual necessário para uma caracterização dos papéis de determinados grupos sociais na organização do capitalismo e seu cortejo ao movimento operário enquanto capacidade de integração produtiva e reforço do capitalismo.

4.1 Estado e movimentos autônomos na Iugoslávia a partir das análises de Pasic

As experiências iugoslava de sociedade auto-gestora são um referencial importante para avaliarmos as contradições das lutas políticas num país em que o Estado atuava enquanto representante da classe trabalhadora. Nadjan Pasic (1976), comprometido com o projeto de integração das organizações autônomas junto ao Estado elaborou um importante trabalho de pesquisa e análise das condições políticas das experiências da sociedade auto-gestora na Iugoslávia. O contexto das lutas sociais no país estava intimamente vinculado aos processos de crise econômica e estagnação produtiva que afetaram todo o bloco soviético e os países do CAEM⁸⁶ a partir de 1950. Nestes países, os anos de investimento maciço na indústria pesada aplicados nos primeiros planos quinquenais⁸⁷ surtiram num rápido crescimento econômico, muito acima da média dos países capitalistas da esfera americana. Esta rápida resposta econômica gerada pelo planejamento direto do Estado projetou expectativas de

⁸⁶ Como resposta ao embargo econômico aplicado pelos EUA à URSS e demais países aliados, a URSS inaugurou um novo estágio nas relações com os países aliados na esfera do CAEM, impondo-lhes um caráter de bloco e fazendo fluir em direção ao Leste, correntes de exportação que antes, em boa parte, tinham caminhado para o Ocidente. No início de 1949 se constituía oficialmente o Conselho para Ajuda Econômica Mútua, mais conhecido e referido neste trabalho pela sigla CAEM. Originalmente, incluía além da URSS, a Checoslováquia, a Hungria, a Polônia e a Romênia. (Cf. Bernardo, 1990).

⁸⁷ De acordo com Bernardo (1990), até a execução do Quarto Plano Quinquenal no período de 1946 a 1950, priorizando a indústria pesada, 88% da totalidade dos investimentos industriais foram canalizados para as infra-estruturas e os meios de produção, destinando apenas 12% aos ramos industriais relacionados a produção de bens de consumo.

continuidade de crescimento baseado num sistema centralizado de gestão dos processos econômicos. A partir do final da Segunda Guerra, com a implantação do embargo econômico à URSS pelos EUA, a transferência de tecnologias de ponta para as indústrias do bloco soviético foram gravemente comprometidas. Com menores níveis de investimento no setor de bens de consumo, os trabalhadores deste setor foram os que mais sentiram a precarização das relações de trabalho imposta pelos baixos índices de produtividade (Cf. Bernardo, 1990a).

A incapacidade de ampliar a produtividade de indústrias ligadas à produção de bens de consumo desencadeou um processo generalizado de baixa produtividade nas economias destes países, sendo responsável pelo aprofundamento da estagnação econômica. Avaliando os processos de crise e desintegração do bloco econômico soviético, Bernardo (1990a) afirma que um dos motivos para esta falta de produtividade nos setores de bens de consumo estava relacionada à sua falta de integração tecnológica com ramos mais desenvolvidos das indústrias de base e na esfera militar. Esta perda de produtividade imposta pelo baixo desenvolvimento tecnológico, nos países do CAEM, levou a uma intensificação da exploração no âmbito da mais-valia absoluta.

Esta sobre-exploração foi sentida pelos trabalhadores no enrijecimento da disciplina da organização dos processos de trabalho. Consequentemente, o aumento dos custos dos bens de consumo reduziram o poder de compra dos salários, restringindo o acesso a esses bens. Este processo foi capaz de quebrar a passividade da classe trabalhadora em relação à gestão repressiva promovida pelo Estado socialista, desencadeando lutas radicalizadas que pressionavam no sentido de aumentar o controle dos processos produtivos e distribuição dos recursos pelos trabalhadores.

No caso iugoslavo, a resposta à estagnação econômica dada pela corrente política majoritária, o Partido Comunista Iugoslavo (PCY), recorreu a uma gradual descentralização das decisões políticas do Estado como forma de recuperar as limitações dadas por um planejamento estatal centralizado. Este processo visava uma aproximação dos elementos de auto-organização que os trabalhadores vinham desenvolvendo nas lutas com as instituições de decisão do Estado. Esta política teria sido estimulada a partir das forças majoritárias que atuavam no interior do próprio Estado controlado pelo PCY.

Compartilhando a concepção marxista da necessidade da emancipação política dos trabalhadores frente a alienação dos processos de trabalho, Pasic (1976) entende que um passo determinante neste processo seria devolver aos trabalhadores o controle de sua força de

trabalho, permitindo a livre utilização dos meios técnicos e materiais necessários às relações de produção socialista. Para o autor, a transformação da propriedade dos meios de produção em *propriedade social*, realizada na Iugoslávia a partir de 1950, foi um passo decisivo na tentativa de garantir as bases materiais das então chamadas relações auto-gestoras. Para isso, seria necessária uma gradual assimilação deste processo de auto-organização dos trabalhadores pelas instituições do Estado como forma de se garantir a gestão dos processos econômicos, que até então era centralizada.

De acordo com Pasic (1976), o primeiro passo se deu quando o Estado *socialista* retirou da burguesia a propriedade e o controle dos meios de produção, subordinando-os a novas prioridades de apropriação e planejamento decididos na esfera das instituições do Estado. O autor reconhece que o monopólio estatal dos meios de produção, por si só, não devolve nem garante aos trabalhadores o direito sobre sua livre utilização. Pelo contrário, mantém um caráter alienante e impõem aos trabalhadores mais e novas tarefas, mantendo-os alheios dos poderes de decisão nos processos do trabalho. Para o autor, o monopólio estatal privilegiaria ainda uma classe de tecnocratas na tarefa de dirigentes, o que manteria os trabalhadores distantes das decisões dos processos de trabalho:

Por esta razón, el monopolio de la propiedad estatal - en cuanto se impone y mantiene como un fundamento permanente de las relaciones de producción en la sociedad socialista - se convierte en la fuente principal de contradicciones y tendencias sociales hacia la gestión burocrática de toda la estructura social. (PASIC, 1976, p.15).

Preocupado com a emancipação política dos trabalhadores, o autor entende que a forma de gestão dos processos produtivos deve estar intimamente ligada à gestão de todo o complexo da vida social. A interferência direta do Estado nas relações de produção reflete também sobre as formas de participação política dos trabalhadores, que estão subordinadas a interesses tecnocráticos. Estes grupos políticos privilegiados não podem continuar comandando as relações de produção sem minar a participação direta dos trabalhadores no processo de sua emancipação.

Para Pasic (1976), a diminuição dos papéis do Estado para estimular os trabalhadores a participarem nas decisões da vida produtiva, da organização e distribuição dos bens e serviços prestados à população, tenderia a proporcionar um maior desenvolvimento na participação política destes trabalhadores. Esta seria uma forma definitiva de resgatar-lhes o direito de

decisão sobre os processos produtivos e sociais mais amplos. A auto-gestão é vista enquanto um fenômeno necessário para uma etapa seguinte de desenvolvimento da sociedade Socialista.

O autor nos aponta ainda que em diferentes graus, todos os regimes socialistas enfrentaram questões relacionadas à auto-gestão e autonomia dos grupos de trabalhadores mobilizados. Esta seria uma etapa da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais pelo controle dos processos políticos e econômicos, que caracterizaria sua emancipação na organização dos processos sociais do trabalho. No caso da Iugoslávia, de acordo com o autor, esta tendência foi amplamente estimulada pelo próprio partido dirigente (PCY), sendo instituída e regulamentada por decreto aprovado na Constituição Federal em 1950 e aprimorada com emendas constitucionais em 1971 e 1976⁸⁸.

A transferência de poder das decisões do Estado para os grupos sociais auto-gestores deveria transcender em conformidade com o desenvolvimento e aprimoramento das organizações representativas das forças sociais no país. Num plano ideal, as organizações dos trabalhadores voltadas para a gestão da vida social trariam uma perspectiva de democratização para todas estas esferas, que partindo das organizações do trabalho deveriam atingir a globalidade da sociedade, estabelecendo uma condição definida pelo autor como de *total socialização da política*. Este processo levado ao seu limite resultaria no desaparecimento definitivo das instituições do Estado.

No entanto, este alcance ideal de emancipação das forças auto-gestoras deveria estar limitado pelas condições históricas de desenvolvimento das forças sociais. Segundo o autor, quando os trabalhadores atuam com poderes de decisões coletivas, levam consigo todos os vícios que precediam suas relações anteriores, se corrompendo por interesses egoístas na divisão dos bens e recursos sociais, tornando-os passíveis de fragmentações e divisões internas. Estes conflitos eram vistos negativamente pelo autor por despertarem valores nocivos à produtividade do trabalho, podendo acarretar na desintegração da força coletiva no trabalho.

La clase obrera y las más amplias masas trabajadoras, impulsadas permanentemente

⁸⁸ De acordo com Pasic (1976), as emendas constitucionais promulgadas em 1971, regulamentavam as “comunidades de interesses”, onde em garantia aos princípios de autonomia dos grupos mobilizados, foi estabelecido uma estrutura de poder dos serviços sociais como hospitais, educação, lazer, etc, em que se transferia o poder, em igualdade de forças, entre as organizações de trabalhadores, a associação de usuários destes serviços e a associação dos empregados que prestavam estes serviços.

por la lógica de la situación en que viven, (...) entraron en una difícil y larga batalla por nuevas relaciones sociales autogestoras, batalla que se efectúa cada día y en todos los sectores de la vida social. Pero ellas entran en la batalla con todo el equipaje ideológico (observaciones y costumbres vividas, opiniones y prejuicios) que les quedaron no sólo de un pasado lejano sino también de su propio ayer. (PASIC, 1976, p. 98-99).

Pasic (1976) atribui às iniciativas autônomas dos trabalhadores certa tendência de particularização nas decisões vinculadas por interesses individuais ou de grupos sociais muito restritos, afirmando que estes movimentos, em sua *fase espontânea*, não seriam capazes de levar em conta o processo produtivo em seu dinamismo maior, nem tampouco contemplar os interesses dos grupos sociais mais amplos para além das populações mobilizadas. Esta visão de Pasic (1976) reforça a crítica de Gramsci (1981) às mobilizações autônomas de que estas não seriam capazes de estabelecer uma força estratégica a longo prazo, criadora de uma nova sociedade.

Afirmando que as forças autônomas não estão preparadas para responder desafios a longo prazo, Pasic (1976) atribui ao Estado a necessidade de assegurar um desenvolvimento sadio às forças produtivas. Segundo o autor, esta autonomia das organizações sociais estaria limitada às leis que regem a economia formal, resgatando a noção da necessidade de certo controle nas decisões *mais amplas* relacionadas aos objetivos da produção e da distribuição dos recursos necessários ao todo social.

La libertad de asociación de los trabajadores unidos en la asociación autogestora del trabajo asociado (en la unidad de trabajo y en la empresa) no puede fundamentarse en forma de integración social global que no acepten las leyes económicas objetivas inherentes al grado de desarrollo alcanzado por las fuerzas materiales de producción. (...) Por lo tanto, la autogestión puede ser una apertura histórica 'hacia lo posible'. (PASIC, 1976, p. 16-17).

O autor afirma que em toda análise que envolva processos sociais, as ações dos grupos sociais estão limitadas pelas possibilidades históricas em que atuam. Neste sentido, argumenta a necessidade irrefutável de obediência às determinantes históricas da *economia-mercantil* em que as esferas produtivas estão inseridas, afirmando com isso que qualquer oposição a seus processos resultaria em práticas a-históricas e, portanto, em experiências sociais já fracassadas. Deste modo, o autor parece vetar a possibilidade de aprendizagem que as mobilizações coletivas e ativas podem despertar, minimizando a capacidade criativa de

novidades sociais apreendidas pelas experiências coletivas. Nesta visão, a consciência dos trabalhadores enquanto classe com interesses comuns só poderia ser transmitida por um corpo que se mostre coeso e consciente das tarefas históricas com que se defrontam.

Para o autor, a interferência nas decisões dos trabalhadores não depende da vontade do Estado, mas da própria esfera relacional da produção com o mercado. As instituições políticas dos trabalhadores devem se mostrar capazes de assumir as tarefas de gestão dos processos econômicos e sociais antes assegurados pelo Estado. Caberia ao Estado fortalecer e desenvolver o mais amplamente possível os elementos de auto-organização, no sentido de expandir a produtividade e garantir o desenvolvimento econômico.

As posições defendidas por Pasic (1976) revelam um discurso que defende a integração das instituições autônomas dos trabalhadores ao campo de decisão política da sociedade, valorizando a capacidade política dos grupos auto-gestores. No entanto, na prática, quando revela que estas forças devem estar submetidas à relações *econômicas mais amplas* e à capacidade de centralização das necessidades sociais pelo Estado, reserva aos movimentos sociais uma dupla submissão social.

Até aqui, podemos extrair duas preocupações centrais nesta linha de pensamento defendida pelo autor: primeiramente, se luta contra a centralidade do Estado nas decisões e planejamentos da vida econômica e social, defendendo o reforço das instituições dos trabalhadores. Para isso, denuncia principalmente o monolitismo político de que depende a aplicação de decisões vindas de estruturas excessivamente verticais, e a ineficiência de um Estado centralizador em perceber soluções internas às unidades produtivas. Em segundo lugar, se apoia nas iniciativas autônomas dos trabalhadores como maneira de aprimorar as relações de trabalho e descentralizar a gestão particular dos processos produtivos.

Neste sentido, a descentralização nas decisões abriria, na perspectiva do autor, uma lacuna antes garantida pelo Estado: a capacidade de se estabelecer políticas que visem uma integração econômica e tecnológica mais ampla e a gestão dos interesses sociais a longo prazo. Frente a este desafio, o autor destaca a importância e necessidade de desenvolver e reforçar as forças sociais mais *“preparadas y capacitadas para encontrar y aplicar las medidas y los medios con los que aseguren solucionar con éxito, en la línea del permanente fortalecimiento de las relaciones sociales socialistas”*. (PASIC, 1976, p. 27).

Esta preocupação por uma ordem *preparada e capacitada* que direcione as decisões deliberadas autonomamente pelos grupos sociais mobilizados explicita uma necessidade deste

tipo de pensamento, de submissão aos processos econômicos de produtividade e intercâmbios mercantis estabelecidos pela economia capitalista. Deste modo, a expansão da sociedade auto-gestora pretendida na Iugoslávia despertava uma preocupação com o aumento constante da participação dos trabalhadores nos processos decisórios. Por outro lado, as experiências históricas dos trabalhadores têm demonstrado que sua constante mobilização tem-lhes assegurado maior força de participação política, coesão e autonomia em suas decisões. Pasic (1976) não nega a capacidade criativa dos trabalhadores nos períodos de lutas e enfrentamentos, necessários ao aprofundamento do processo de auto-gestão, mas afirma que estas contradições encetam, na maioria das vezes, em adesões a ideologias que propõem soluções *ideais e definitivas*, desviando ou adiando as condições de sua própria emancipação.

O Estado na Iugoslávia quando recorreu à descentralização das decisões na tentativa de estimular as organizações operárias em processo de auto-gestão, cedeu aos trabalhadores os meios de produção, mas nem por isso deixou de orientar sua utilização nos processos de trabalho. Pasic (1976), baseado na constituição iugoslava de 1950, declara:

Los trabajadores son así responsables de cuidar el valor de los medios de producción social que administran, de aprovechar estos medios del acuerdo al uso que se les ha destinado, dentro de los marcos y de las formas confirmados por la ley, y de cumplir con determinadas obligaciones, estipuladas por la ley, para con la comunidad social amplia y con miras a la satisfacción de las necesidades sociales en general (PASIC, 1976, p. 27-28, grifo nosso).

Segundo o autor, o Estado socialista teria por função superar as contradições internas e regular o sistema auto-gestor. Para isso, recorre a leis que garantam o prosseguimento de determinadas demandas econômicas, desempenhando o papel de harmonizar interesses de grupos sociais que venham a divergir. Conforme Pasic (1976) da mesma forma que o Estado capitalista harmoniza e regula as contradições internas aos interesses de grupos capitalistas conflitantes, o Estado socialista teria por função regular interesses divergentes no interior de uma mesma classe social, neste caso, dos trabalhadores.

No trecho que citamos a seguir, fica nítida a posição de vanguarda em que se espelha o autor, na tentativa de garantir ao movimento um fluxo *tranquilo* em suas organizações, bem como sua intenção de mediação do movimento por grupos sociais conscientes que devem substituir o controle das instituições políticas tradicionais do Estado. Para o autor, a possibilidade dos movimentos sociais de assumir formas contraditórias podem significar um

retrocesso na auto-organização dos trabalhadores, por isso legitimaria medidas arbitrárias por parte das instituições do Estado.

La rebelión espontánea contra la violencia sobre las inmanentes ilegalidades de una determinada situación socio-histórica, recibe la forma de una perturbación crónica en la ejecución de funciones sociales básicas, disminuyendo las capacidades de desarrollo socio-económico y del desarrollo en general, despilfarrando los medios y haciendo descender la productividad del trabajo. (...) Y las resistencias se deben vencer con los medios de la política organizada y con el poder administrativo. La profundización de la crisis provocada por esto, trae consigo una mayor aplicación de los medios de poder administrativo y coercitivo. De esta manera la 'varita mágica' a que se atribuía el poder de asegurar el 'salto' a un nuevo estadio social, se transforma en una nudosa paliza al servicio del subjetivismo burocrático y de sus costosas testarudeces por las leyes objetivas del desarrollo histórico de la sociedad. (PASIC, 1976, p. 35).

Podemos observar agora, de forma ainda mais clara, que a concepção de auto-gestão discutida por Pasic (1976) e realizada na Iugoslávia, criava empecilhos decisivos à livre organização autônoma dos trabalhadores. Apontamos como em Portugal estes movimentos autônomos puderam estabelecer relacionamentos coesos de solidariedade que fortaleciam os laços de identidade. Pensando que os trabalhadores estejam mobilizados enquanto classe social, poderíamos supor que os possíveis conflitos gerados nos processos de lutas ativas podem trazer maior clareza dos seus interesses. Esta talvez seja a principal preocupação destes grupos políticos que visavam estabelecer o controle destas formas autônomas de organização.

Apesar das restrições às práticas autônomas dos trabalhadores, restaria-nos ainda perceber como o autor entende que os mecanismos de participação na apropriação destes bens produzidos, ou capitalizados *coletivamente*, seriam capazes de ampliar a participação política e social destes trabalhadores. A obrigação dos grupos auto-gestores em preservar os meios materiais e investir na produtividade pode nos revelar a manutenção da exploração neste sistema de organização social, assentando limitações na transformação das relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores a partir dos processos de lutas.

Pasic (1976) valoriza portanto nos grupos auto-gestores a capacidade criativa para o aumento da produtividade gerada pelo empenho coletivo destes trabalhadores. As forças do Estado iugoslavo buscavam com isso reduzir os conflitos laborais e as sabotagens dos trabalhadores, estimulando seu empenho nos processos de decisão da fábrica. Uma mostra de que os grupos políticos do Estado (e do PCY) juntamente com as medidas de aumento da

participação operária, recorreram ao remodelamento das instituições de organização do Estado. De acordo com o autor, em 1952, apenas dois anos após o início do regime dos conselhos, o Partido Comunista Iugoslavo (PCY), em seu Sexto Congresso, decidiu por abandonar a sigla partidária tradicional (PCY) para se transformar na Liga dos Comunistas. Esta mudança na tática do partido refletia a necessidade de transformações em sua estrutura vertical e centralizadora, que privilegiava até então uma atuação partidária baseada no controle das instituições de cúpula do comando estatal.

Com essa estratégia, o partido procurava disputar suas posições políticas e afirmar seu campo ideológico com a eleição e participação de seus delegados nos conselhos de fábricas e nas organizações sociais de base. Assim, pretendia disputar a aplicação de sua política econômica desde os órgãos de representação de base dos trabalhadores e dos grupos sociais mobilizados. Os sindicatos, a Liga dos Comunistas e as assembleias de comunidades deveriam participar nas decisões sociais como braço sólido na representação das forças *conscientes* da sociedade auto-gestora. Estas instituições teriam como dever absorver e elaborar posições que privilegiassem o desenvolvimento das forças produtivas, tendo em perspectiva medidas que visassem resultados a longo prazo, consequentes com o desenvolvimento e integração econômica.

(...) estas organizaciones deben desarrollarse en formas tales de organización socio-política que sirvan a la clase obrera y a los trabajadores en general para que ellos ejerzan directamente sus amplios derechos políticos y sus derechos de augestores; confirmen y formulen sus exigencias y posiciones en discusiones democráticas; confronten y por acuerdos coordinen sus intereses; convengan sobre los asuntos comunes y para que de acuerdo a un procedimiento democrático determinado, por intermedio de convenios, extraigan y confirmen aquello que es de interés común a largo plazo y base para formular una política única en todos los sectores de la vida social. (PASIC, 1976, p.58-59).

O processo de descentralização das decisões dos aparelhos de Estado significaram, também, na descentralização das formas de propriedades dos meios materiais e sociais de produção. As idéias defendidas por Pasic e em parte implementadas na Iugoslávia não transferiam a propriedade dos meios de produção aos trabalhadores enquanto classe coletiva, mas a repartia em pólos de poderes pluri-centralizados nas *instituições conscientes* a que se referia o autor. Descolado do movimento, Pasic (1976) parece estar dialogando com uma força de trabalho amorfa, com interesses conflitantes e repletos de tendências fragmentadoras, caracterizado pela passividade imposta pelo sistema de produção capitalista. E nesta

perspectiva o autor reforça a idéia de um trabalhador eternamente sujeito à disciplina capitalista, sem capacidade criativa de transformação coletiva. Conforme o autor, *“El éxito de la integración autogestora depende directamente de la capacidad de las fuerzas socialistas conscientes em conducir la lucha.”* (PASIC, 1976, p. 134).

A partir da experiência iugoslávia, Pasic defende uma série de medidas tomadas que visavam atribuir às forças auto-gestoras uma constante submissão nos poderes de decisão. Um destes pontos crítico no modelo de auto-gestão destacado se refere precisamente aos critérios de participação no trabalho e nos recebimentos. Estas questões foram determinadas pelo Estado, que aplicava o critério de produtividade, onde cada trabalhador receberia de acordo com seu trabalho, para estimular seu empenho no processo produtivo. Esta lógica, que privilegia a produtividade no trabalho, torna as organizações autônomas reféns do grau de organização dos processos de trabalho e do nível de desenvolvimento tecnológico em que estão inseridos. Este critério tem por consequência valorizar os salários nos setores que se utilizam de maior desenvolvimento tecnológico, penalizando setores menos produtivos. Este modelo também tende a manter as diferenças sociais e regionais impostas pelo regime capitalista, reforçando fraturas nos interesses das classes trabalhadoras e criando barreiras à reorganização dos processos de trabalho pelos trabalhadores em patamares mais coletivos e igualitários.

De acordo com Pasic (1976), as empresas menores que utilizam menos tecnologia e de baixa produtividade, são as que mais tendem para práticas espontâneas e autônomas na reorganização dos processos do trabalho, e demonstram resistência com a grande tecnologia. Estes grupos estariam, para o autor, atrasados economicamente, suas relações deveriam ser superadas pelo avanço da integração tecnológica. Temos então um reforço da concepção de que a auto-gestão deve ser encarada como elemento de maximização da produtividade, tendo o coletivismo apenas como estímulo a um maior rendimento dos processos finais de trabalho, sem se preocupar com o caráter das relações sociais de produção.

A preocupação do autor com a integração econômica e tecnológica parece reproduzir a concepção da necessidade da manutenção do progresso econômico. Isto fica claro ao longo das posições de Pasic (1976), e pode ser lido de maneira bastante resumida e condensada na transcrição a seguir:

Los portadores básicos del proceso de integración son, ante todo, las organizaciones autogestoras de trabajo en la economía, las que como productoras independientes de

mercancías, mediante la vinculación e integración autogestora, tienden a realizar una producción más racional y económica, una mayor productividad y mayor ingreso como también a alcanzar una mayor capacidad para que libremente y en igualdad de derechos se incluyan en la división internacional del trabajo y en el mercado internacional. (PASIC, 1976, p. 128).

Esta noção do progresso econômico é justificada, pelo autor, como necessária à produção de recursos em abundância, evitando crises sociais por sub-consumo. A necessidade de expansão econômica é entendida por Pasic (1976) como uma necessidade coletiva mais ampla, ou seja, enquanto interesse de Estado. A necessidade do aumento da produtividade está acima dos interesses dos trabalhadores de transformação das relações de produção: “*La autogestión no significa la ruptura de la unidad social, sino la organización de esa unidad sobre una nueva base*”. (PASIC, 1976, p. 110).

Com isso, nos parece clara a tendência gestorial de administração capitalista presente na centralização das metas produtivas que devem ser atingidas pelo conjunto dos trabalhadores, reproduzindo a ingerência dos trabalhadores nos processos de seu trabalho tal qual no capitalismo transnacional. Conforme Pasic (1976), o Estado só perderia seu papel regulador na medida em que os grupos sociais *conscientes* pudessem substituí-lo na gestão da produção. Fora isso, cabe ao Estado e ao partido a intervenção conforme a necessidade do progresso social, político e econômico.

Vimos até então como as lutas sociais dos trabalhadores no regime socialista iugoslavo assumiram uma relação direta com as instituições estatais. Isto porque neste tipo de economia o Estado era o responsável direto pela organização dos processos produtivos, assim como dos ritmos de trabalho e disciplina impostos à classe trabalhadora, afirmando a tendência deste tipo de pensamento, defendido por Pasic (1976), em projetar a realidade de tecnocratas que privilegiam a gestão da produtividade em detrimento das questões relacionadas à sociabilidade das relações de trabalho.

(...) se aprovechen las ventajas que da un mercado mayor; una amplia división del trabajo fundadas sobre las condiciones económicas objetivas, las posibilidades de creación de grandes unidades productivos-tecnológicas económicas, denominadas 'grandes sistemas', sin los cuales no se puede concibir la moderna economía y la participación exitosa en el mercado internacional. (PASIC, 1976, p.147).

O processo de lutas sociais e descentralização política na Iugoslávia, segundo o autor, estava submetido a três forças sociais: as do mercado, as auto-gestoras, e as do Estado. Este

processo de descentralização nas decisões da vida social desenvolvidos na Iugoslávia e defendidos por Pasic (1976) significava para os trabalhadores que seus padrões deixariam de estar centralizados no Estado, mas que seriam transferidos para aquelas *organizações conscientes* responsáveis pelo planejamento a longo prazo. A reorganização dos processos produtivos e o enfrentamento à exploração econômica, continuavam mais uma vez distantes para aos trabalhadores. Estariam abertas aos novos gestores que assumiriam o controle destas instituições que deveriam sobrepor-se ao Estado nas decisões econômicas e políticas fundamentais.

Assim, como ocorre na economia capitalista tradicional, a inserção das empresas auto-geridas pelos trabalhadores nas relações mercantis mais amplas como sugere Pasic (1976) estariam sujeitas às desigualdades na realização de seus produtos no mercado. Poderia haver ainda, situação de baixo crescimento econômico em determinados setores, e o desemprego seria suficiente para impor fissuras no interior da classe trabalhadora, excluindo os desempregados da vida econômica. Excluídos da esfera produtiva, estes trabalhadores estariam também excluídos do processo político-social que integra a auto-gestão dos serviços sociais coletivos como educação, atendimento médico e outras infinitas necessidades mais. Temos assim a fragmentação social da classe dos trabalhadores, contraposta pelo reforço das camadas sociais responsável pelos processos integradores na gestão das relações produtivas.

A valorização de planos que se pretendem mais conscientes dos processos históricos estimulou o reforço da classe dos gestores enquanto uma classe social interessada em exercer influências tanto nos aparelhos do Estado, no partido, como nas instituições econômicas de organização dos processos de trabalho com a participação dos trabalhadores. Tanto nas posições de Gramsci (1981) quanto de Pasic (1976), se percebe uma atenção especial à capacidade política dos grupos mobilizados e sua capacidade criativa e auto-gestora. Mas cada um ao seu modo procurou limitar estas forças à necessidades *mais amplas*, que manteriam a submissão destas forças entre o partido e o Estado. No entanto, há uma diferença fundamental entre ambos, pois para o autor iugoslavo o movimento deve aceitar as tendências de desenvolvimento histórico das forças produtivas, impondo-lhes limites às transformações sociais. Já em Gramsci, a análise das forças históricas não pressupõe sua aceitação, pelo contrário, elas são premissas para encontrar as brechas para a intervenção do partido e da classe trabalhadora, com o objetivo de superar estas forças históricas.

Em seguida buscaremos avaliar alguns processos que se destacaram a partir das

tensões entre as organizações autônomas dos trabalhadores e os grupos sociais que legitimavam o exercício de seu poder a partir da suposta necessidade de um controle mais amplo e consciente dos processos de produção. João Bernardo (1975a), vem destacando a necessidade que os trabalhadores têm demonstrado em enfrentar a classe dos gestores como o principal elemento de dominação política e econômica. A noção desenvolvida pelo autor sobre a integração de uma classe capitalista, responsável pela gestão dos mecanismos econômicos, vem dar vitalidade à proposta de se analisar as lutas sociais anticapitalistas no âmbito das transformações históricas recentes. Esta recomposição das classes sociais nos trás a necessidade de atualizar as ferramentas teóricas, para que possamos ter maior visibilidade de traçar um perfil apurado das forças capitalistas e das formas de seu questionamento mais avançadas que vem se desenvolvendo desde o pós-guerra até os dias de hoje.

4.2 Lutas sociais e definição da classe dos gestores por João Bernardo

Apontamos até aqui como as experiências de luta dos trabalhadores tem tido que enfrentar as forças capitalistas que buscam o controle social dos processos de produção. Este controle tem se dado ao longo destas experiências, assumindo uma diversidade de formas possíveis, que visam sempre o aumento da produtividade e a manutenção da submissão da força de trabalho. Vimos também como as lutas autônomas apontam para a possibilidade de ruptura desta disciplina e estabelecem novas instituições de relacionamento social na produção, que tendem a valorizar uma participação ativa e coletiva dos trabalhadores nos processos de mobilização social. A dinâmica das classes sociais envolvidas nestes processos tem sido revelada nas experiências de lutas, que ao agudizar as relações sociais deixam mais explícitas suas contradições e diferenças de interesses entre os grupos sociais.

A manutenção dos mecanismos de produção e dos métodos de exploração é o que tem orientado a ação e as instituições das classes capitalistas. No entanto, quando observamos organismos de representação dos trabalhadores assumirem funções do Estado, como em Portugal e na Iugoslávia, é fácil observar sua tendência a tomar medidas que garantam o controle do fluxo das mobilizações sociais. Sejam os partidos ou os sindicatos, estas forças sempre buscam a manutenção da produtividade, deixando as relações de produção como um

elemento secundário. É corrente a noção do papel tecnocrático que estas organizações sociais que deveriam representar os trabalhadores vem assumindo. Papel este que na maioria dos casos facilmente se assemelha aos esforços da burguesia para manter o controle operativo das relações de produção.

O escritor João Bernardo (1987a) vem há alguns anos buscando esclarecer os labirintos que ligavam estas burocracias sindicais e dos partidos operários aos chefes e gerentes das empresas, enquanto elementos centrais na gestão dos processos produtivos. Pretendemos discutir a dinâmica da classe dos gestores enquanto uma classe capitalista que se distingue da burguesia pela sua capacidade de planificação e integração dos processos de gestão da economia capitalista. Para isso, apresentaremos algumas análises e pesquisas desenvolvidas pelo autor, que pretende dar vitalidade a estas idéias identificando os gestores enquanto uma classe social capitalista. A proposta do autor busca estabelecer uma relação entre a classe dos gestores, o Estado e as formas atuais de intervenção política nos processos econômicos do capitalismo, para assim explicitar os contornos que deram origem a esta classe social: “A classe dos gestores define-se, em resumo, pela unificação dos processos econômicos, o internacionalismo, a fusão do político e do econômico, a planificação, o caráter coletivo da propriedade.” (BERNARDO, 1987a, p. 118).

As classes capitalistas têm exercido seu poder sobre a vida dos trabalhadores com um número cada vez maior de práticas e regras impostas no interior dos processos produtivos. A gestão dos processos econômicos vem em grande medida disciplinando a classe trabalhadora e imprimindo as suas características em nossa sociedade. Avaliar a intensidade deste processo se torna fundamental para uma análise mais completa dos conflitos sociais estabelecidos nas lutas dos trabalhadores frente à exploração econômica. Perguntarmos quem gere as instituições fundamentais de poder capitalista como o Estado, o exército, o partido, os sindicatos, o ambiente de trabalho e, hoje, os lazeres, nos parece vital para uma reflexão política crítica do capitalismo.

Bernardo (1991a) afirma que os gestores e a burguesia tem a característica comum de buscar um aprofundamento das relações de exploração no aumento da produtividade. A oposição prática entre burgueses e gestores pode ser confirmada pela diferença de relacionamento com as superestruturas jurídicas e ideológicas a que suas práticas correspondem, e pelas suas diferenças de trajetórias históricas que, segundo o autor, poderiam

se observadas desde os princípios do capitalismo.⁸⁹

O caráter socialmente contraditório da mais-valia implica a oposição de classes e o relacionamento das classes opostas, o que significa, em suma, que cada classe se define no confronto com as restantes. É pela sua comum oposição à força de trabalho que burguesia e gestores se classificam como capitalistas. E é pela oposição-relação que entre si estabelecem que se definem como classes capitalistas distintas. (BERNARDO, 1991a, p. 203).

Segundo o autor, os gestores teriam encabeçado práticas sociais de integração do sistema capitalista na medida em que assumiram papéis fundamentais de organizar a força de trabalho, o mercado de trabalho, o mercado dos produtos e os processos materiais de produção (Cf. BERNARDO, 1987a). Em todas estas esferas relacionadas, os gestores assumem tarefas decisivas no desenvolvimento integrado da produção, e promovem o relacionamento do sistema capitalista pela integração tecnológica.

A burguesia tem como existência social a necessidade da garantia de que cada família burguesa deve ter a propriedade do capital com uma realidade material que seja passível de transmissão, implicando para isso que estejam claramente definida em sua particularidade. Com isso, segundo o autor, a realidade ideológica desta classe social está enraizada em sua propriedade. Para garantir o acesso e a perpetuação destas formas de propriedade do capital, a burguesia tem sido responsável pela criação de leis, instituições e ideologias (que para dar um sentido de neutralidade falam em moral) que sustentem estas relações responsáveis pelo aprofundamento da exploração capitalista. (Cf. BERNARDO 1991a).

Quanto aos gestores, o que lhes garante a apropriação capitalista no processo produtivo seria seu nível de relacionamento nos processos de organização/gestão dos processos voltados à integração das relações capitalistas. Para o autor, os gestores teriam a ilusão (projeção ideológica) de que dispõem de uma propriedade coletiva, que se baseia numa rede de relacionamentos especialmente importantes para a integração do sistema capitalista. O salário seria a expressão jurídica desta forma de apropriação da mais-valia.

Esta forma coletiva de apropriação de mais-valia, e sua diferenciação da apropriação

⁸⁹ A percepção desta contradição no seio das classes capitalistas não seria, segundo o autor, nenhuma novidade para o pensamento de esquerda. No próprio Marx em *O Capital* (1985) estariam explícitas nas leituras sobre a formação e funcionamento da exploração capitalista, uma tendência de integração do sistema, numa visão mais ampla e sistêmica e de outro grupo que veriam as relações de dominação de uma perspectiva mais particularizada. No livro *Marx Crítico de Marx* Bernardo (1975a) analisa as passagens em que Marx aponta estas contradições nas práticas capitalistas, apesar de nunca afirmar a existência de grupos contraditórios entre as classes capitalistas.

burguesa, teria influência direta nas formas de relacionamento entre a classe dos gestores e a classe dos trabalhadores. A condição de assalariado traria proximidades ideológicas com as necessidades dos trabalhadores de aumentar os níveis de seus rendimentos. Mas enquanto para os trabalhadores esta reivindicação significa a redução da defasagem apropriada pelos capitalistas, para os gestores os aumentos salariais só podem resultar do aumento da quantidade de mais-valia apropriada que pode ser realizada mediante a intensificação dos ritmos dos processos de trabalho ou do alcance de um novo estágio tecnológico capaz de ampliar a produtividade. Na maioria das vezes, é com base nas práticas questionadoras dos trabalhadores que os gestores conseguem reverter as reivindicações, quando incorporam elementos destas novas práticas no acréscimo da produtividade do trabalho⁹⁰ (Cf. BERNARDO, 1987a). A burguesia se espelha, historicamente, no mito da livre concorrência, enquanto os gestores são referenciados pelo mito da planificação dos processos de organização do trabalho. (BERNARDO, 1991a).

A classe dos gestores deve ser entendida enquanto uma classe social capitalista que se diferencia da burguesia pela sua especial habilidade na gestão dos processos de trabalho e na organização das trocas capitalistas. Suas principais atividades estão voltadas para a superação dos índices de produtividade por meio da integração tecnológica do sistema produtivo. Estas reflexões nos serão úteis para avaliar alguns processos sociais que envolveram os trabalhadores na luta contra o capitalismo. Daí a necessidade do autor em explicitar os gestores enquanto uma classe social capitalista com características específicas: “(...) por gestores refiro-me exclusivamente a uma classe social exploradora, no interior de uma estrutura específica de exploração: a extorsão da mais-valia”. (Idem, 1985, p.85).

Temos insistido na tendência cada vez maior de expansão do capitalismo, o que tem sido realizado mediante árduos esforços de integração econômica, padronização dos processos de trabalhos e aperfeiçoamento de suas tecnologias. A classe dos gestores seria o elo responsável pelo aprofundamento das relações de uma empresa particular com o processo produtivo em sua globalidade. Esta capacidade de coordenar os processos de produção pode ser vista tanto pela capacidade de organização material dos processos de trabalho, por exemplo, no uso de determinadas tecnologias e ritmos de trabalho, quanto pela sua capacidade de organizar o mercado de trabalho, através da direção de sindicatos burocratizados, por

⁹⁰ Estas formas de apropriação das forças coletivas dos trabalhadores despertadas pelas lutas sociais pode ser observando tanto com os Governos Provisórios em Portugal, como nas experiências de auto-gestão na Iugoslávia.

exemplo. Este processo, que teria conferido aos gestores uma capacidade de atuar no capitalismo contemporâneo com uma desenvoltura maior que a burguesia, deve ser associado à capacidade que esta classe tem demonstrado de unificar seus interesses a partir da expansão da produtividade e do estímulo à integração capitalista.

Bernardo (1987a) afirma que enquanto o exercício do poder da burguesia, com base na propriedade dos meios de produção, se dá de forma restrita, o poder exercido pelos gestores no controle destes processos produtivos pode ser efetuado em estruturas muito mais amplas. Esta capacidade de interagir com uma diversidade maior de instituições sociais, como os sindicatos, possibilitou aos gestores uma capacidade de conter as lutas dos trabalhadores muito mais ampla que a alcançada pela burguesia. Para o autor, as lutas dos trabalhadores têm se relacionado com ambas formas de dominação (burguesa e gestorial), e o desenvolvimento histórico de suas lutas tem por base o enfrentamento destas duas formas de poder. Neste sentido, os processos de lutas autônomas dos trabalhadores representaram um momento em que enfrentavam mais diretamente a classe dos gestores. O autor justifica que somente a experiência prática destas lutas teria permitido uma distinção teórica capaz de estabelecer no centro destes conflitos uma separação das classes capitalistas entre gestores e burguesia.

A burguesia estaria em ligação restrita à propriedade privada, fundamentada na unidade de produção particular. Seu poder se restringe aos limites de sua propriedade. Já os gestores, responsáveis pela integração econômica, teriam o poder legitimado pela capacidade de desenvolver o capitalismo gerindo e relacionando uma gama maior de instituições sociais. Segundo o autor, eles se apropriam da mais-valia baseados na gestão coletiva dos processos de produção, assumindo legitimidade nos aparelhos de poder pela capacidade de gestão, e não pela propriedade formal dos meios de produção. Os principais aparelhos de poder não estariam mais centralizados nas instituições do Estado, eles estariam também repartidos entre grupos econômicos integrados, através de uma rede de relações formais e informais, que apresentaremos no último capítulo deste trabalho. Dada sua forma restrita de exercício do poder, a atuação política da burguesia teria utilizado as instituições do Estado para contemplar o exercício de um poder social mais amplo.

Deste mesmo modo, é comum ao campo do pensamento burguês a separação entre a ação política e a econômica, associando o primeiro ao Estado e o segundo à esfera produtiva. Já os gestores, experimentados nos níveis de integração econômica, adquiriram maior capacidade de controle na organização dos processos sociais de produção para além da

unidade produtiva particular. Por isso, Bernardo (1987a) entende que estes gestores se demonstraram capazes de exercer o poder político a partir da organização econômica da sociedade.

Porém, este processo que possibilitou a apreensão dos gestores enquanto uma classe ascendente no capitalismo, só pôde ser percebido através das experiências históricas que marcaram as lutas sociais ao longo do capitalismo. Seria a capacidade de intervir nas lutas dos trabalhadores e nas crises econômicas do capitalismo, que influenciou decisivamente a configuração atual da classe dos gestores. O autor afirma com isso que as lutas sociais decorrentes da exploração econômica seriam os maiores responsáveis pela necessidade de integração e desenvolvimento do capitalismo. As exigências dos trabalhadores só podem ser aceitas se houver uma forma de recuperar o que foi cedido. Segundo Bernardo (1991a), seria a recuperação das reivindicações dos trabalhadores o que determinaria o desenvolvimento do capitalismo. Os gestores foram capazes de levar adiante o sistema de exploração ainda que em condições adversas, obrigando muitas vezes o capitalismo a assimilar as reivindicações dos trabalhadores, tornado-as possíveis mediante o desenvolvimento da produtividade. Este processo de assimilação das reivindicações e desenvolvimento da produtividade tem sido garantido pelos esforços que resultam na crescente integração econômica dos processos de fabricação. Este fenômeno tem colocado a classe dos gestores em constante expansão.

O autor nos aponta assim, que os gestores não teriam sido sempre uma classe homogênea. Foram as sucessivas crises do capitalismo que exigiram a articulação destes gestores na manutenção da organização e disciplina dos processos de produção. As formas de intervenção dos gestores no capitalismo mundial variaram de acordo com cada forma particular do desenvolvimento deste sistema econômico. Bernardo (1987a) aponta que o processo de unificação da classe dos gestores só se consolidou após um longo processo verificado em diferentes contextos históricos e políticos. Segundo o autor, as divisões capitalistas sentidas após a Primeira Guerra Mundial só puderam ser recuperadas com a ascensão de regimes neo-corporativos, como foi o fascismo, o nacional-bolchevismo e o *new deal*. Nestas experiências políticas, os gestores se mostraram capazes de romper as fragmentações das burguesias nacionais e processarem a unidade das classes capitalistas.

Na proposta do autor, estas três variantes políticas tiveram papéis fundamentais na superação das crises econômicas e na reorganização do capitalismo. Nestas três formas de regimes políticos, os gestores teriam atuado destacadamente na superação das crises

econômicas, recorrendo a um reforço da intervenção estatal na organização da produção. Com isso, pretendiam centralizar e gerir melhor os recursos, a fim de obter o máximo desenvolvimento do capitalismo num âmbito que extrapolasse a particularidade das empresas.

Teria sido assim com o *new deal* nos Estados Unidos, onde, após a crise de 1929, se verificou um reforço da participação do Estado na organização da vida econômica. Nos regimes socialistas, esta tendência teria mostrado sua vertente mais radical. A aliança com o operariado proporcionou um rompimento definitivo com as forças sociais da burguesia e suas formas de propriedade, permitindo aos gestores, a partir do Estado, estabelecer a centralização das decisões dos investimentos no setor produtivo. Ao se tornarem organizadores dos processos e das unidades produtivas, os agentes do capitalismo de Estado puderam também disciplinar e enquadrar os trabalhadores. Já no fascismo, e mais particularmente no nazismo, os gestores demonstraram uma enorme capacidade de centralização das forças sociais, condicionando-as por meio de um rigoroso enquadramento das instituições econômicas e civis pelo Estado. Ainda de acordo com o autor, nestes regimes este enquadramento social fora conseguido mais pelo reforço dos aparatos repressivos do que pela aliança corporativa com os trabalhadores.

Em linhas gerais, estas seriam as experiências políticas e econômicas que levariam Bernardo a caracterizar um processo de homogeneização do grupo dos gestores, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, convergindo numa classe social com redes de relações no mundo todo. O modelo verificado nos EUA e nos demais países de sua influência estaria marcado por condições privilegiadas de apropriação internacional da mais-valia, caracterizando um processo menos drástico que nos modelos do fascismo e do nacional-bolchevismo. Já nos países onde vigoraram os regimes inspirados no nacional-bolchevismo, o poder dos gestores assumira formas muito mais radicais.

A reorganização das classes capitalistas não poderia ter se processado sem uma sistemática desmobilização das lutas internacionais dos trabalhadores. Uma maneira bastante evidente de manifestação da importância política dos gestores, apontada pelo autor, pode ser verificada nos processos que envolvem a organização da força de trabalho pelos sindicatos. Bernardo (1987a) destaca que, quando os sindicatos se restringem a forçar negociações salariais com as chefias em detrimento ao apoio incondicional às lutas dos trabalhadores, eles estariam agindo como meio de contenção social, estimulando a passividade dos trabalhadores através da representação em negociações de cúpula. Especialistas em garantir vantagens

salários aos trabalhadores sem questionar a exploração capitalista, os sindicatos estariam privilegiando o aumento da produtividade das empresas capitalistas.

4.2.1 O capitalismo dos sindicatos e a consolidação de uma classe

Preocupado com a institucionalização das lutas operárias, João Bernardo (1987a) avalia um fenômeno em que os sindicatos, além de contribuírem na organização e enquadramento da força de trabalho, passam a executar funções diretas entre os grandes capitalistas. Para o autor, os sindicatos - que se desenvolveram no âmbito de inúmeras iniciativas de lutas operárias - desempenharam importantes papéis nos processos de intermediação das reivindicações dos trabalhadores. Neste sentido, foram úteis para garantir melhorias nas condições de vida e trabalho, mas ao restringirem as negociações com as direções das empresas, os sindicatos desempenharam um papel ambíguo, que culminou no reforço da exploração capitalista. Isto porque, ainda para o autor, o capitalismo seria capaz de negociar tudo, exceto seu próprio fim. Assim, para garantir os níveis de negociação com os capitalistas, os sindicatos se empenhavam em restringir às mobilizações dos trabalhadores qualquer manifestação que provocasse ruptura com os processos de trabalho. Seria esta capacidade de negociar melhorias à classe trabalhadora, e ao mesmo tempo garantir a continuidade dos processos produtivos, que levaram o autor a afirmar que os sindicatos conquistaram um amplo prestígio no capitalismo moderno.

Bernardo (1987a) destaca alguns exemplos extremos onde os sindicatos, adquirindo volumosas contribuições financeiras, passaram a comprar ações de empresas capitalistas, adquirir cadeiras nas decisões de comando e assumir, em alguns casos, o comando direto na organização dos processos de trabalho. Segundo o autor, teria sido o recuo das lutas operárias a partir de meados dos anos 70, que permitiu aos sindicatos concentrarem tarefas referentes à administração da força de trabalho e aos recursos financeiros adquiridos pelas cotizações dos trabalhadores. Para tornar nossos objetivos mais claros, recorreremos a alguns exemplos levantados pelo autor num levantamento realizado em meados dos anos 80.

Na Alemanha Federal, a central sindical DBG⁹¹, que em 1970 possuía 6,5 milhões de

⁹¹ *Deutscher Gewerkschaftsbund*, Federação Sindical Alemã. (Cf. Bernardo, 1987a).

filiados, com o intuito de capitalizar o enorme montante financeiro acumulado com as cotizações, formou em 1974 a empresa *holding* BGAG⁹², que tinha como tarefa controlar as empresas que os sindicatos associados possuíam. A central sindical compartilhava a propriedade destas empresas com outros sindicatos importantes do país, como o dos metalúrgicos e dos mineiros. Em 1982, as empresas controladas por esta central sindical empregavam 40.000 assalariados. Os lucros realizados por suas empresas no ano de 1977 somavam 2,2 bilhões de dólares, e possuíam um capital ativo correspondente a 25 bilhões de dólares. Esta *holding* BGAG, administrada pela central sindical alemã, teria ainda empresas importantes no setor de comércio varejista, como a *Co-op Zentrale*, que em 1978 empregava 25.000 assalariados, e movimentava aproximadamente 5 bilhões de dólares ao ano. Pertenciam também a central sindical alemã empresas na área da construção civil, publicidade e serviços de informática.

No caso da Alemanha Federal, a fraca intervenção do Estado na regulamentação da economia e das relações de trabalho teria aberto enormes possibilidades de atuação para os sindicatos. Estudos feitos pelo autor apontam que desde 1920 os sindicatos alemães vinham adquirindo instituições bancárias próprias. Na fusão de seis bancos regionais, detidos pelos sindicatos em 1950, é criado o BfG (*Bank für Gemeinwirtschaft*), que em 1971 era o quarto maior banco alemão. Em 1980, menos de 10% de suas transações relacionava-se com os sindicatos, o que significa que a maior parte de seus capitais se destinava a administrar e financiar os capitalistas. Também a AG (*Lebensversicherung*), segunda maior empresa de seguros do país, desde 1912 tinha seus fundos geridos por sindicatos alemães.

Outro exemplo, este ocorrido em Israel, apesar de bastante particular por ser o Estado o maior patrão, a central sindical *Histadrut* (Federação Geral do Trabalho), com filiação de 80% do total de trabalhadores no país, empregava em suas empresas 250.000 assalariados, em 1983 e 1984. Dentre as empresas controladas pela central sindical, contam-se mais de 600 fábricas que abrangiam os setores da indústria pesada, construção civil, bancos, transportes aéreos, marítimos, comércio varejista e agropecuária. Para se ter uma idéia do poder econômico desta central, entre 1983 e 1984, estas empresas controladas pelos sindicatos eram responsáveis por 25% do produto nacional bruto de Israel, e por 85% da produção agrícola do país.

Na Suécia, onde a social democracia esteve no poder ao longo de quase 50 anos, as

⁹² Beteiligungsgesellschaft für Gemeinwirtschaft. Cf. Ibidem.

regulamentações das condições de trabalho eram mediadas diretamente pelo Estado. Mas a partir de 1975, reforçando a noção de capitalismo dos sindicatos, a LO (*Landsorganisation*), confederação sindical sueca, propôs a criação de fundos regionais para os sindicatos que seriam formados mediante a cobrança de impostos sobre os lucros das empresas e o número de seus trabalhadores. Aprovado em 1976, este projeto foi duramente criticado e combatido pela Confederação Patronal, que temia o acréscimo das ações de empresas privadas nas mãos da central sindical. Até 1982, o patronato havia gasto cerca de 10 milhões de libras esterlinas em propagandas e mobilizações públicas contra este crescimento do poderio econômico dos sindicatos suecos.

Citaremos ainda um último exemplo de capitalismo gerido pelos sindicatos. Nos EUA, onde a intervenção estatal na economia era secundarizada, a participação de dirigentes sindicais na administração das empresas se processou de uma forma ainda mais direta. Neste país, os fundos de pensões e aposentadorias são geridos por três setores: pelos Estados, pelas empresas e pelos sindicatos. O enorme montante de capitais concentrados nestes fundos⁹³, garantidos por meio da lei sobre pensões e aposentadorias (*Employee Retirement Income Security*) promulgada em 1974, permitia que parte deste montante fosse investido sob a forma de compra de ações pelos trabalhadores, ou pela aquisição de terrenos urbanos e construção de instalações industriais pelas empresas, mas que, em todos os casos, seriam geridos diretamente pelas diretorias sindicais.

A partir de então, os sindicatos foram acumulando um número cada vez maior de ações de grandes empresas⁹⁴, adquirindo um poder crescente de influência nas administrações empresariais. Conforme Bernardo (1987a, p. 26) “Nos últimos anos o acesso das diretorias sindicais à informações confidenciais das empresas tem-se tornado mais frequente e, sobretudo, tem sido formalizado por algumas das maiores companhias, passando a processar-se em órgãos próprios”. No setor siderúrgico e metalúrgico, por exemplo, foi crescente nos anos 80 o número de companhias que permitiam aos dirigentes sindicais do USW (*United Steelworkers of America*), o terceiro maior no país, o acesso privilegiado aos documentos de contabilidade das empresas com quem negociavam as propostas dos trabalhadores. Deste modo, durante as negociações da categoria com as maiores empresas, os sindicatos

⁹³ Em 1982, este montante correspondia a 650 bilhões de dólares (cf. Bernardo, 1987).

⁹⁴ Em 1979, mediante os investimentos realizados pelos fundos que controlavam, os sindicatos detinham percentagens muito consideráveis das ações de algumas importantes companhias: 13,7% dos Holliday Inns, 13,6% da Texas Instruments, 13,5% da Halliburton, 12,9% da McDonalds, 12,8% da K Mart, 12,6% da Delta Air Lines, 11,4% da J. C. Penney. (idem).

dispunham de informações restritas e privilegiadas, o que pode nos servir de demonstrativo do grau de confiabilidade que os agentes sindicais gozavam frente as administrações empresariais.

Mas haveria ainda casos mais radicais, em que os dirigentes sindicais passaram a compor a diretoria destas grandes empresas. A constituição e regulamentação da ESOP⁹⁵, a partir de 1974 nos EUA, talvez represente o avanço mais significativo que o capitalismo sindical assumiu. Neste caso, através de incentivos fiscais e legislação favorável, a ESOP recorre a empréstimos em bancos⁹⁶ com o qual adquirem, em nome dos trabalhadores, ações em grandes empresas. Os trabalhadores financiam com seus fundos ou parte de seus salários a compra de ações pela ESOP.

A ESOP é controlada por três forças: administradores diretos da ESOP, indicados por bancos e instituições financeiras; pelos sindicatos dos trabalhadores, que contribuem com os fundos de pensões, e pela administração das empresas. Temos com isso um estreitamento das relações dos gestores sindicais com os administradores das grandes empresas e instituições financeiras. Para Bernardo (1987a), estas experiências contribuíram historicamente no processo de homogeneização da classe gestorial. Para se ter uma noção da dimensão deste acontecimento, em 1976, cerca de 800 companhias, com um total de 500.000 assalariados, participavam do ESOP. Em 1985 o número de companhias subira para 6.500, empregando quase 11 milhões de assalariados.

O que há de mais extraordinário no capitalismo dos sindicatos é que conseguem utilizar diretamente o dinheiro que deveria pertencer aos trabalhadores para investir em produtividade e garantir o poder nas decisões fundamentais dos processos capitalistas. No caso dos EUA, os trabalhadores estariam financiando os sindicatos no controle dos meios de produção. É curioso notar que estudos realizados nos anos 80 revelam que, a partir de 1982, os trabalhadores não sindicalizados estavam recebendo aumentos salariais superiores aos dos sindicalizados. Em 1984, os salários médios dos trabalhadores não sindicalizados subiram 4,5%, enquanto o dos sindicalizados subiram apenas 3,4%.

Com estas experiências, os dirigentes sindicais se aproximaram dos administradores tradicionais das grandes companhias. Para o autor, este reforço do poder sindical no âmbito capitalista permitiu abrir mão, de maneira ainda mais incisiva, das mobilizações operárias. Outro ponto fundamental, que garantiu aos sindicatos a gestão de empresas importantes no

⁹⁵ ESOP, Employee Stock Ownership Plan, plano para a prosperidade de ações pelos assalariados (ibidem).

⁹⁶ Desde 1970, o banco Kelso & Co efetuou o financiamento de mais de 600 destas operações (ibidem).

capitalismo, teria sido assegurado pela capacidade de manter os trabalhadores isolados, restringindo suas reivindicações às unidades de produção. Somente com a passividade destes trabalhadores os sindicatos puderam usar parte de seus salários e contribuições em investimentos e gestões capitalistas.

Teria sido comum aos poderes capitalistas a tentativa de restringir qualquer tipo de organização dos trabalhadores aos limites da empresa, ainda de acordo com Bernardo (1987a). Se nos regimes socialistas o Estado era quem buscava manter esta fragmentação, no capitalismo das grandes empresas que atuaram na esfera americana, teriam sido os sindicatos os agentes diretos desta fragmentação.

4.2.2 Anti-colonialismo e gestores

Dando sequência em delinear o processo de formação da classe dos gestores, Bernardo (1987a) destaca mais dois importantes campos de experiências. Num período em que as consequências da Primeira Guerra Mundial impunham fortes isolamentos para as classes capitalistas tradicionais, teriam sido os gestores o grupo social que se mostrou capaz de romper estes particularismos, impondo o desenvolvimento do capitalismo mundial, e, por isso, se lançando à frente na condução do capitalismo internacional. O primeiro fenômeno seria marcado por tendências comuns de grupos de gestores que aproximaram os regimes soviéticos, os fascismos e os grandes grupos empresariais da esfera do capitalismo norte-americano. Na sequência desta aproximação, teria sido nos movimentos anti-coloniais onde estes gestores experimentariam, mais uma vez, a aproximação política e econômica.

Nos interessa neste momento demonstrar a amplitude das possibilidades que resultaram num processo de aproximação dos grupos sociais dominantes, identificados com as práticas da classe dos gestores⁹⁷. Entretanto, não se pode dizer que essas aproximações foram realizadas de forma sistemática. Foram os avanços e os retrocessos que possibilitaram ao autor uma delimitação dos gestores enquanto uma classe capitalista com interesses comuns, em divergência com as práticas políticas restritas da burguesia. Portanto, não há um *marco-zero* que defina uma plena unificação desta classe gestorial. As experiências citadas devem ser

⁹⁷ Para um aprofundamento das aproximações dos gestores na esfera do capitalismo de Estado e dos pontos de união entre o caráter das mobilizações operárias e do fascismo, ver *Labirintos do Fascismo* (Bernardo, 2003).

entendidas enquanto uma tendência geral, que teriam se desenvolvido mais agudamente no período posterior à Primeira Guerra Mundial.

João Bernardo (1987a) avalia que a aproximação do regime soviético com os países do *Eixo* (Alemanha, Itália e Japão) revela algumas semelhanças latentes entre setores das classes dominantes nestes países. A assinatura do Pacto Germano-Soviético em 1939 seria uma das primeiras evidências desta aproximação. Alemanha, Japão e Itália teriam formalizado em 1940 uma aproximação pelo Pacto Tri-Partite, quando, em 1941, a União Soviética compactuaria com a política militarista japonesa sobre o norte da China por meio do Pacto de Não-Agressão⁹⁸.

Mas o elo de aproximação dos grupos de gestores teria sido reforçado, ainda, nos movimentos anti-colonialistas emergidos a partir da Segunda Guerra Mundial. A questão anti-colonial teria forjado importantes laços entre a URSS e os movimentos nacionalistas em diversos países. A expressão nacional-bolchevique teria sido cunhada logo após a Primeira Guerra Mundial por correntes socialistas de clara expressão leninista⁹⁹, selando os pressupostos teóricos de uma prática que se demonstraria cada vez mais corrente.

Retomando um episódio ocorrido em 1919, na Hungria¹⁰⁰, Bernardo (1987a) aponta que os gestores utilizaram as forças das instituições criadas a partir das lutas sociais, como os sindicatos, os conselhos de fábrica e o exército vermelho, para garantir ao Estado húngaro a condição de unidade nacional, evitando uma desintegração das forças produtivas desenvolvidas até então. Podemos dizer aqui que gestores de diferentes origens (burocratas de Estado, dirigentes de partidos e sindicatos de esquerda, e líderes dos interesses econômicos), se aliaram num interesse comum de defesa das instituições capitalistas e na manutenção da unidade do Estado húngaro. Estas experiências seriam o reforço desta aproximação dos grupos gestoriais em alianças supranacionais para defender as instituições capitalistas.

O nacional-bolchevismo teria sido pensado a partir da necessidade *anti-imperialista* sentida pelas espoliações relacionadas à Primeira Guerra Mundial. Países derrotados, como a Alemanha, tiveram parte de sua infra-estrutura produtiva destruída, além de arcar com

⁹⁸ Neste Pacto, a URSS passava a apoiar formalmente a política expansionista do Japão na esfera da Co-Prosperidade, se comprometendo a respeitar as invasões nipônicas no norte da China, na província de Manchúria.

⁹⁹ Segundo Bernardo (1987a), quem cunhou o termo nacional-bolchevismo teria sido um o leninista, Karl Radek, em finais de 1918 e princípios de 1919, na Conferência de Paris, meses antes da delegação alemã assinar o Tratado de Versalhes.

¹⁰⁰ Quando os trabalhadores húngaros, a exemplo da revolução soviética de 1917, ameaçaram as instituições políticas do país com uma revolução proletária.

reparações de guerra e restrições nos investimentos de determinados setores estratégicos da economia. Deste modo, as insatisfações atingiam o que teria sobrado das antigas classes dominantes, mas também atingiam os trabalhadores. A tática do nacional-bolchevismo teria sido adotada pelos responsáveis da organização do movimento operário, encetando uma aproximação das organizações operárias nos esforços de unificação das classes dominantes locais sob a bandeira do nacionalismo anti-imperialista.

Mas além dos países afetados pela Primeira Guerra Mundial, esta orientação nacional-bolchevista teria sido ensaiada em diversos países ainda colonizados, ou de economias pouco desenvolvidas, sendo defendidas por diversos movimentos locais que compartilhavam dos sentimentos anti-coloniais ou anti-imperialistas. Para o autor, seria o baixo nível de desenvolvimento da classe operária nestes países que aproximou os interesses de capitalistas emergentes que aí estavam radicados e as organizações operárias ou camponesas em torno da bandeira do nacionalismo. Foi no entanto com o Japão que estas aproximações deixaram seus rastros mais explícitos. A componente bolchevique fora, porém, instrumento de destacado apoio nas ações anti-coloniais, especialmente se nos referirmos ao Vietnã¹⁰¹.

Em 1940, com a assinatura do Pacto Tri-Partite, Alemanha e Itália estariam também compactuando com as práticas realizadas na esfera da Co-Prosperidade japonesa. Tratava-se de apoiar os movimentos anti-coloniais que vinham configurando-se no norte da China, na Coreia e na Indonésia. O Japão se propunha a apoiar e fortalecer os movimentos de independência nestes países. Para isso, estabeleciam acordos e alianças em troca de apoio militar e econômico, e em geral, buscaram estabelecer um governo com membros das elites locais submissos que dependeriam do Japão para o financiamento do desenvolvimento econômico, através da aceleração da industrialização nestes países.

O militarismo japonês percorreu as Filipinas em 1941 e a Indonésia e o Timor Leste em 1942. Incentivou os movimentos nacionais nestes países, inclusive quando estes eram de tendências leninistas. Nos países que compreendiam a Indochina (Laos, Camboja e Vietnã), por serem colônias francesas que já estavam em processo de independência, a política japonesa de intervenção foi mais moderada e buscou uma coalizão com as forças estrangeiras destes países.

O que caracterizava uma região colonizada era a manutenção aí, pela ação da potência colonizadora, de estruturas econômicas e sociais parcialmente pré-capitalistas. O colonialismo tinha, pois, um caráter duplo: por um lado fomentava o capitalismo local

¹⁰¹ Para maiores informações, ver Bernardo (1987a).

mas, por outro, circunscrevia o seu desenvolvimento pela conservação de estruturas tradicionais (BERNARDO, 1987a, p. 106).

Deste modo, os movimentos anti-coloniais consistiam, segundo o autor, num elemento onde convergiam as forças sociais interessadas na expansão do capitalismo, capaz de inserir estes países no contexto da economia mundial. Assim, estas economias deixavam de existir apenas acessoriamente à acumulação capitalista das metrópoles e passavam a participar diretamente das trocas capitalistas internacionais. Os elementos nacionalistas teriam sido imprescindíveis para a unificação das classes dominantes interessadas num alavancamento dos processos econômicos em regiões com baixos níveis de industrialização. E, quando associados ao termo bolchevismo, foram responsáveis também pelo enquadramento e disciplinamento da força de trabalho.

4.2.3 Lutas sociais e agentes corporativos

Bernardo entende que as lutas operárias tomaram um rumo internacionalista entre os anos de 1916 a 1921, forçando as classes dominantes a pôr um fim às guerras nacionalistas que dividiam as burguesias nacionais e colocavam frente a frente trabalhadores de diferentes países. O número de greves neste período não parou de aumentar e a solidariedade entre as lutas dos trabalhadores, em diferentes países, tomou cada vez mais fôlego. Somente com a dispersão destas lutas é que as classes dominantes puderam se unificar para a reorganização do capitalismo.

Como referimos, para Bernardo (1987a) o nacional-bolchevismo, o *new deal* e o fascismo foram movimentos políticos que tiveram um importante papel de reforço dos mecanismos de integração econômica do capitalismo. Nas três esferas, foram os gestores que encabeçaram este processo de integração econômica internacional. Apesar da divisão dos interesses mundiais polarizados entre URSS e EUA, ou ainda entre países da *Entente* e do *Eixo*, foi a iminente necessidade de integração econômica e produtiva das grandes empresas que prevaleceu. A diferença na forma em que se processaram estas aproximações deve ser atribuída ao amplo arco de alianças que os gestores demonstraram ser capazes de realizar em diferentes contextos políticos e econômicos.

No capitalismo que caracterizava os países de esfera americana, o processo que ficou conhecido por *new deal* seria fruto da articulação dos gestores do Estado com a grande burguesia capitalista. A estreita relação do Estado com os aparelhos produtivos marcaria o campo privilegiado de ação destes gestores. Nestes países, a influência dos gestores na liderança dos grandes grupos econômicos representou uma posição privilegiada no acúmulo e transferência de capitais referentes às empresas multinacionais.

Quanto ao processo que caracterizara os regimes fascistas, seria a aproximação do Estado com o movimento operário, coordenado pelos sindicatos e forças paramilitares, que garantiu a centralização dos esforços para a acumulação de capitais nestas regiões. Deste modo, o aumento da produtividade nestes países era garantido, sobretudo, pelo enquadramento da força de trabalho e pela pressão aos capitalistas burgueses a se sujeitarem aos planejamentos estatais para a economia. Já na outra vertente anunciada, como *nacional-bolchevismo*, os gestores que detinham o controle dos aparelhos estatais e sindicais apostaram na aliança com os trabalhadores para vencer os particularismos característicos às formas pouco desenvolvidas de exploração burguesa, para, assim, ampliar a acumulação de capitais.

Este processo teria reflexo nas estruturas de poder tradicionais da burguesia fundamentados no Estado, que teriam sido sobrepostos pelos mecanismos internacionais de relação inter-capitalista. Se pensarmos que o Estado moderno surgiu num ambiente de forte particularização dos processos produtivos, seria interessante levarmos em conta que tipo de alterações podem estar ocorrendo nas esferas por onde convergem as tomadas de decisões no capitalismo contemporâneo.

Para Bernardo (1987a), os campos das ações políticas na sociedade capitalistas estariam sedimentados para cumprir dois papéis fundamentais: “(...) por um lado, a repressão sobre os explorados e o desenvolvimento das condições de exploração; por outro, a coordenação das várias unidades econômicas e dos vários grupos de capitalistas.”(BERNARDO, 1987a, p. 117). Mas o desenvolvimento dos grandes grupos econômicos teria sido o responsável direto pelo processo de internacionalização das relações econômicas, o que, segundo o autor, tem tido como efeito uma drástica redução da capacidade do Estado enquanto mediador privilegiado destas relações. Para o autor,

Sem necessitarem da coordenação de um aparelho político exterior, os grandes blocos econômicos passam a desenvolver suas próprias formas de poder político. Este novo tipo de Estado é muito mais amplo que o anterior, tão amplo quanto o processo de concentração que os grandes grupos de empresas encabeçam (BERNARDO, 1987a, p. 117).

Este processo, onde as instituições empresariais ampliam as formas de exercício do poder, representaria para as classes dominantes uma fusão do campo político com o econômico. Neste estágio, o poder político deixa de ser exercido em instituições exteriores aos processos econômicos, representando um processo de unificação dos capitalistas repartidos entre os grandes blocos econômicos e os Estados nacionais, possibilitando uma ação capitalista politicamente unificada.

Para o autor, o processo histórico de descolonização de países, onde as práticas capitalistas eram pouco desenvolvidas, só foi possível devido à imaturidade política dos trabalhadores, que permitiu aos gestores estimular formas de nacionalismo capazes de manter estes trabalhadores fragmentados. Mas estas experiências de unificação do capitalismo mundial também podem ter reflexos diversos. Poderemos avaliar que o crescente processo de integração e desenvolvimento do capitalismo, em regiões inteiramente novas, pode resultar numa maior homogeneização cultural das classes trabalhadoras. Este mesmo processo que unifica o capitalismo deverá desenvolver elementos de identidade e solidariedade internacionais cada vez mais abrangentes para os trabalhadores. Contudo, para o autor, somente rompendo os particularismos poderiam os trabalhadores se mobilizarem integralmente contra o capitalismo.

Se a unificação dos gestores representou um processo que garantiu sua hegemonia no capitalismo depois da Segunda Guerra, a fragmentação imposta aos trabalhadores teria sido o principal bloqueio das lutas operárias. Para o autor, as lutas anticapitalistas dos anos 60 e 70 foram o último grande salto que as lutas operárias puderam atingir. O capitalismo mais avançado soube se utilizar das qualidades de auto-organização desenvolvidas pelos trabalhadores na condução de suas lutas, aprofundadas nos processos de auto-gestão. Os capitalistas teriam descoberto que, além de vigor físico, os trabalhadores possuíam enormes potenciais auto-organizativos.

Avaliando estes processos a partir da Segunda Guerra Mundial, Bernardo (2000) aponta que as empresas que melhor aproveitaram estas qualidades foram as que puderam recuperar suas crises de produtividade com maior rapidez. As reformulações das teorias administrativas em torno do *Toyotismo* e do chamado Controle de Qualidade Total, foram o reflexo do retrocesso das lutas dos trabalhadores e a assimilação de suas qualidades no reforço da exploração capitalista.

As lutas sociais têm demonstrado como as classes sociais, ainda que com interesses

particulares contraditórios, em determinados momentos históricos são capazes de fundir interesses comuns. Teria sido assim nos processos políticos de finais do século XVIII, onde burgueses e proletários denunciaram e enfrentaram conjuntamente os privilégios das aristocracias europeias, no evento que só depois de algum tempo foi reconhecido como Revolução Burguesa. Este espaço de tempo entre as lutas sociais e a confirmação das classes que sairão reforçadas e fortalecidas na administração de seus interesses na sociedade é ambiente de inúmeras ambiguidades. Um estudo apurado destas ambiguidades pode ser um campo fértil para percebermos as forças sociais emergidas dos processos de lutas sociais atuais.

Vimos neste capítulo como a burguesia, exercendo seu poder pela propriedade dos meios de produção, teria despertado contradições que foram capazes de unir os interesses dos trabalhadores e dos gestores no enfrentamento às formas particulares do poder burguês. O ponto de convergência entre os trabalhadores e os gestores se fundamentou no questionamento das formas burguesas de propriedade e sua prática de centralização do poder político nas instituições do Estado. Somente com a hegemonia da classe burguesa, mediante inúmeras lutas populares contra os privilégios das velhas aristocracias desde o século XVIII até início do XX, que a oposição entre burguesia e trabalhadores se tornou evidente. Na perspectiva do autor, algo de semelhante estaria sendo processado nas experiências históricas das lutas sociais no século XX, especialmente nas décadas de 60 e 70, com o relacionamento e enfrentamento direto entre os trabalhadores e a classe dos gestores. A unificação da classe dos gestores analisada aqui deve ser entendida como elemento determinante para que os trabalhadores reconhecessem os gestores enquanto classe antagônica.

Os sindicatos estariam perdendo cada vez mais espaço de representatividade das lutas dos trabalhadores, mesmo em seus interesses mais econômicos, como nos observa o autor. As lutas sociais dos anos 60, 70 e 80 teriam experimentado a superação destas organizações na representação de suas reivindicações. De acordo com as idéias do autor, esta classe operária estaria mais experiente e por isso se demonstrou capaz de lançar mão dos agentes tradicionais de representação política e econômica nos processos de mobilização social. Estas experiências teriam comprometido definitivamente a utilização dos sindicatos e dos partidos políticos de esquerda nas iniciativas recentes das lutas dos trabalhadores.

No caso iugoslavo, a resposta à estagnação econômica dada pela corrente política majoritária, o Partido Comunista Iugoslavo (PCY), consistiu numa gradual descentralização

das decisões políticas do Estado como forma de recuperar as limitações de um planejamento estatal centralizado. Este processo aproximou os defensores da descentralização a partir do Estado aos elementos de auto-organização que os trabalhadores vinham desenvolvendo nas lutas contra a intensificação da exploração.

A concepção de gestores de João Bernardo tem especial importância por se tratar de um estudo recente baseado numa ampla literatura onde se pode confirmar que a classe dos gestores tem estabelecido uma imensa rede social, fazendo crescer sua expressão política e econômica nas últimas três décadas. As experiências em Portugal viriam a conformar esta capacidade ampliada de relacionamento dos gestores enquanto classe social capitalista. As tentativas de enquadramento social das mobilizações coletivas e as relações íntimas entre os gestores nas instituições de Estado e nos esforços de reorganização das relações de produção confirmam o destacado papel no reforço do capitalismo destes agentes sociais. A novidade das mobilizações autônomas em Portugal se deve pelo posicionamento crítico dos movimentos sociais que isolaram em grande medida as tentativas de aproximação e cooptação destes agentes capitalistas.

5 PODER E ANTI-PODER

A partir da observação das mobilizações em Portugal, buscamos discutir ao longo deste trabalho como as lutas autônomas tem encaminhado suas ações no sentido de romper com a disciplina necessária à reprodução das relações capitalistas. Vimos também que a disciplina de empresa representa um elemento central para as relações de poder que permitem a reprodução da exploração econômica pelas classes capitalistas. Resta-nos ainda perceber quais os principais elementos que impediram a expansão da novas relações sociais experimentadas embrionariamente pelos trabalhadores mobilizados em Portugal. A desintegração das instituições do Estado e seu débil processo de reestruturação que demorou mais de dois anos em sucessivos governos provisórios, tenderia a facilitar a expansão das novas relações sociais que surgiam das mobilizações.

Procuramos também, na terceira seção deste trabalho, destacar que a ausência dos partidos e sindicatos no apoio às mobilizações não representou um freio a estes movimentos. Pelo contrário, a superação destes organismos resultaram na criação de novas instituições de sustentação das mobilizações, e permitiram uma organização mais coletiva e participativa. Percebemos assim os mecanismos de dominação que impunham resistência às práticas de ruptura dos trabalhadores.

Apresentaremos agora como este poder pode ser exercido pelos capitalistas a partir de certa autonomia em relação aos aparelhos tradicionais do Estado. Com a noção de *Estado Amplo* desenvolvida por João Bernardo, pretendemos mostrar como um poder baseado na organização dos processos de trabalho e o conseqüente disciplinamento imposto à classe trabalhadora, pôde se fortalecer no capitalismo atual enquanto um poder integrado capaz de romper os particularismos das unidades de produção.

A partir da unificação da classe dos gestores apontadas no capítulo anterior, Bernardo irá demonstrar que foi possível transferir o poder de decisões centralizadas no Estado, para uma rede muito mais ampla e integrada de relacionamento entre as instituições capitalistas. Estas transformações sociais têm permitido aos *gestores* imprimir suas vontades com maior eficiência a partir de instituições especificamente capitalistas.

5.1 Estado Amplo

Como temos visto, o enquadramento social no capitalismo exige uma série de estruturas responsáveis para absorver as iniciativas sociais dos trabalhadores antagônicas à exploração. Em grande medida, a exploração se dá pela imposição de condições específicas aos hábitos e comportamentos dos grupos coletivos envolvidos no sistema produtivo. A impossibilidade de recorrer unicamente à força física exige das instituições capitalistas o uso cada vez maior de estruturas para o enquadramento social que podem abranger as mais diversas esferas da vida dos trabalhadores.

O pesquisador português João Bernardo (2004) vem nos últimos anos analisando estas formas de enquadramento social, apontando para a expansão destes mecanismos de disciplinamento. Esta idéia do autor tende a reiterar a discussão atual de que a classe trabalhadora esteja submetida a intensos processos de fragmentação¹⁰². Uma face dessa fragmentação estaria presente na absorção capitalista do tempo livre. Antes, nos momentos em que estavam situados fora das empresas, os trabalhadores se viam livres do poder empresarial, e podiam articular relações sociais e culturais que estimulavam sua integração coletiva entre amigos ou familiares independentemente (e em geral mesmo em oposição) da lógica de aperfeiçoamento disciplinar para a produtividade capitalista.

A insistente necessidade de desenvolvimento da produtividade no capitalismo tem absorvido ao máximo o *tempo livre* do trabalhador, no sentido de promover o disciplinamento para o processo produtivo. O tempo livre agenciado de maneira empresarial teria como função a ampliação do conhecimento tecnológico e o disciplinamento dos trabalhadores através da assimilação de relações hierárquicas e passivas, características da produção capitalista. Tudo isso vem reforçar a concepção de que os capitalistas encontram sempre uma maneira de recuperar as conquistas dos trabalhadores, promovendo o reforço da produtividade (Cf. BERNARDO, 2004).

A explosão do processo de industrialização observado por Marx no século XIX na Inglaterra e sua confirmada tendência de expansão o levou a realizar uma leitura crítica deste processo, destacando as condições em que eram explorados os operários fabris. Seus estudos das relações econômicas, demonstraram também que a forma concorrencial do capitalismo

¹⁰² Cf. ANTUNES, 1995.

explicita uma lógica que depende da possibilidade da constante maximização dos índices de produtividade. É cada vez mais evidente a tendência deste modelo social em expandir os seus mercados por todo o planeta, caracterizando o processo de transnacionalização do capitalismo.

Neste mesmo sentido, os processos de produção e trocas capitalistas parecem se desenvolver de maneira cada vez mais integrada, fomentando o acúmulo de capitais repartidos em grandes grupos econômicos. Estes grupos capitalistas exercem pressão e influência nas esferas de decisões internacionais, demonstrando cada vez mais sua capacidade expandida de exercício de poder em relação aos limites tradicionais dos Estados modernos.

De acordo com Bernardo (1998), quando as empresas atuavam mais isoladamente, em processos mais dispersos de produção, o Estado tinha o papel decisivo de centralização e coordenação da vida sócio produtiva. Suas instituições para legislar, fiscalizar, julgar e executar as condições necessárias à reprodução das relações do capital tinham um papel predominante de integração e regulamentação das forças capitalistas. Através da crescente integração dos processos tecnológicos, os capitalistas passam a exercer um poder muito mais direto e complexo sobre as relações de produção. Estes mecanismos de disciplinamento social, efetuados a partir do ambiente de produção, teriam revelado uma superestrutura política capaz de garantir a integração dos processos econômicos, conferindo um poder mais lato à estes grupos dominantes. Um poder de dominação que antes era exterior, hoje se impõem cada vez mais do interior dos processos diários de reprodução do capital. (Cf. BERNARDO, 1991a)

Podemos assim resgatar que a concepção de Estado passou por grandes transformações desde a formação do capitalismo até chegar nos dias de hoje. Se entendemos o Estado enquanto aparelho político das classes dominantes, as transformações sofridas pelas instituições do Estado devem ser encaradas como o reflexo de transformações profundas no interior dos grupos sociais que compõem as classes dominantes, e na forma do exercício de seu poder. Mesmo que os Estados ainda guardem um território e submetem seus circunscritos à normas comuns, não podemos negar as transformações nas relações políticas sentidas a partir da tendência de internacionalização dos grandes capitais e a ascensão de seus agentes políticos, nomeadamente os *gestores*.

Este parece ser um processo que tende a transformar as classes sociais, sejam as classes dominantes que vêm expandindo e agregando novos setores em suas fileiras, como

também as classes subalternas, que em suas experiências de lutas visualizam novos horizontes de enfrentamento e ruptura. Para Bernardo (1998; 2004), cada vez mais as organizações empresariais tem sido responsáveis por uma disciplina diária, que organiza e condiciona os trabalhadores numa determinada hierarquia, a fim de garantir o controle e continuidade dos processos econômicos de exploração.

Ao promover as condições necessárias ao desenvolvimento econômico tomando medidas como: emissão de moedas, unificação de língua e território, sistema bancário, urbanização, infraestruturas e etc., o Estado criou condições e meios favoráveis para uma estabilidade social, garantindo o investimento capitalista e possibilitando o acúmulo de capitais por parte dos grupos empresariais. Deste modo, o Estado tem sido um aparelho responsável por regular e estimular as condições de produção capitalistas. Para Bernardo (1991a), o Estado ainda manteria esta função de regular os poderes das classes dominantes, mas sua atuação estaria restrita às suas instituições básicas, como os poderes legislativo, executivo e judiciário.

O autor se refere a estas instituições clássicas de exercício de poder das classes dominantes como *Estado Restrito*: (...)“chamo Estado Restrito ao conjunto das instituições que compõem o governo, o parlamento e os tribunais.” (BERNARDO, 2000, p.11). O *Estado Restrito* teria sido a instituição fundamental para a articulação das unidades econômicas no momento em que no capitalismo o grau de particularização dos processos de produção era bastante considerável. Neste sentido, quanto mais fragmentadas as condições de produção, mais necessárias foram as operações do Estado Restrito para promover o inter-relacionamento deste processo.

Se entendermos o *Estado Restrito* como a instituição promotora da integração capitalista, então este teria sido o campo inicial de atuação privilegiada dos gestores. “As funções do Estado Restrito constituem na coordenação das várias unidades econômicas num processo integrado” (BERNARDO, 1985, p.92). Para o autor, ambas as instituições de poder das classes dominantes – Estado Amplo e Restrito – estariam em pleno relacionamento desde o início do capitalismo.

As empresas capitalistas não poderiam ter se desenvolvido sem a utilização destas infra-estruturas para as produções particulares, ainda de acordo com o autor. Estas estruturas comuns compartilhadas e disputadas pelas empresas nos processos de fabricação teriam forçado uma inter-relação e integração dos aparatos tecnológicos, exercendo fortes pressões à

integração econômica dos processos de trabalho. Com o desenvolvimento e a integração capitalista, as unidades produtivas passaram a dispor de enormes somas de capital e recursos humanos, o que lhes permitiu tomarem iniciativas próprias na implementação destes meios necessários à integração e ao desenvolvimento do capitalismo.

No mesmo sentido caminhou Gramsci (1978) observando que a evolução das técnicas capitalistas de produção, das grandes indústrias que surgiam nos EUA, sobretudo o modelo de produção adotado pela indústria de Henri Ford, representava uma nova racionalidade na produção. Esta nova racionalidade dependia de um rígido disciplinamento da força de trabalho, transformando a própria relação destes trabalhadores com a atividade produtiva, aumentando radicalmente a produtividade alcançada nas indústrias até então.

Gramsci (1978) irá chamar de *americanismo-fordismo* esta forma moderna de produzir das grandes empresas, que alteraria o modo de vida dos trabalhadores, estendendo o disciplinamento social da produção para uma esfera mais ampla da vida deste trabalhador, implicando na remodelação de uma nova classe operária: “Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção: até agora esta elaboração acha-se na fase inicial e por isso (aparentemente) idílica” (GRAMSCI, 1978, p. 382).

Aqui podemos notar como para Gramsci (1978) as estruturas sociais da sociedade capitalista estavam em transformações profundas, o que teria necessariamente que refletir no debate teórico da época. Na perspectiva do *americanismo-fordismo*, os esforços da sociedade, o que remete às classes hegemônicas, parecem buscar uma economia *programática*, ou seja, já não bastava a livre iniciativa para mobilizar a economia e seus avanços modernizadores, as sociedades de tipo *americanista* buscavam agora englobar esferas sociais antes regidas por lógicas até então não modernas. Para o autor, a ideologia *fordista* foi capaz de levar adiante este projeto com muita destreza:

(...) pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática.(GRAMSCI, 1978, p. 375).

Ao destacar a passagem da sociedade do *velho individualismo econômico* para a *economia programática*, ele estaria revelando uma tendência do capitalismo muito difundida nos dias de hoje. O capitalismo já não se vê como fruto da livre iniciativa do capitalista

individual e onde o poder organizado das classes exploradoras se restringiam às instituições do Estado. Com os meios de comunicação e transportes mais desenvolvidos, a imensa capacidade de armazenar e processar dados, o avanço e integração tecnológica e a economia mundial mais estreitamente relacionada, os capitalistas parecem assumir uma noção de classe internacional, passando a exigir posturas adequadas de concorrência e produtividade para além das fronteiras e decisões dos Estados nacionais.

As instituições que se encarregam de organizar a força de trabalho, regulamentar as relações de produção e impor a disciplina aos trabalhadores são pensadas e executadas a partir das próprias unidades de produção. Estes mecanismos, que garantem às classes dominantes a manutenção da exploração econômica, possibilitam o exercício de um poder mais abrangente e descentralizado. Hoje não precisamos de muito esforço para observar que as empresas, sobretudo os grandes conglomerados econômicos, vêm executando funções até então exclusivas do Estado. O poder do Estado Amplo se dá pela articulação de três esferas de poder, onde atuam as classes dominantes:

a) aparelho tradicional de poder, ou seja, o conjunto das instituições legislativa, executiva e judicial, que compõem o Estado R; b) associações de capitalistas, ou quaisquer formas de agrupamento de empresas, em que prepondera o grande capital; c) instituições encarregadas diretamente da organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, ou seja, sempre que tais funções não sejam assumidas exclusivamente pelas próprias administrações das empresas, os sindicatos burocratizados. (BERNARDO, 1991a, p. 169).

Conforme Bernardo (2000), o governo, o parlamento e os tribunais reconhecem aos proprietários privados e aos gestores uma enorme latitude na administração, na condução e na punição da força de trabalho, ou seja, lhes reconhece uma verdadeira soberania. E qualquer exercício de um poder soberano é, por si só, uma atividade política. Ele teria

O poder de organizar a força de trabalho, de regulamentar a produção, de impor a disciplina de fábrica. O *Estado amplo* é constituído, em suma, pelos mecanismos que asseguram às classes dominantes, no interior das unidades econômicas, a extorsão da mais-valia. (BERNARDO, 1985, p.93).

Deste modo, as classes que compõem o Estado Amplo seriam os grupos sociais com poder de decisões na organização dos processos integrados de produção, que podem se localizar tanto nas instituições do *Estado Restrito* como nos organismos de decisões dos grandes grupos econômicos. Teriam também grande capacidade de comando e gestão das

relações diretas da produção, os grandes sindicatos burocratizados que desempenhariam um papel de grande importância na regulação do mercado de trabalho.

As considerações de Poulantzas (1972) sobre a autonomia dos aparelhos ideológicos em relação ao Estado reforça esta noção da capacidade de um poder soberano das classes capitalistas a partir do *Estado Amplo*. Para o autor, uma troca de poder no aparelho de Estado não significa necessariamente uma mudança imediata nos aparelhos ideológicos. Haveria certa autonomia entre os aparelhos de Estado (como o repressivo que exige organização e formalidade) e seus aparelhos ideológicos. Neste sentido, a burguesia, mesmo que perca o acesso ao poder principal dos aparelhos de Estado, como nos regimes fascistas, pode se alojar nos aparelhos ideológicos e mantê-los restritos aos interesses da reprodução capitalista.

Em Portugal, por exemplo, mesmo que os *gestores* dos partidos políticos e do MFA retirassem da burguesia o exercício do poder no Estado, esta classe social buscou manter seu poder de influência e controle social no âmbito das relações de produção. No entanto, as mobilizações operárias tiveram a capacidade de minar estes poderes, o que levou muitas vezes o Governo Provisório a conferir legitimidade à estas mobilizações. Com isso se buscava minar o poder de oposição da burguesia em relação às medidas centralizadoras da economia a que vinham sendo implementadas pelos *gestores* nas instituições estatais.

Mas a limitação dos *gestores* em apoiar estas rupturas ficou bem clara quando o Governo Provisório negociava diretamente com os empresários formas de se manter a produtividade e resolver os conflitos laborais. Podemos observar assim que estes grupos de *gestores* que compunham os governos em Portugal a partir do 25 de abril de 1974, buscavam apenas enfraquecer a burguesia para garantir o controle dos processos econômicos, e se opunham às transformações destas relações como pretendiam os trabalhadores.

Sob o ponto de vista das lutas dos trabalhadores, reconhecer o *Estado Amplo* significa aceitar que o poder social que garante a exploração econômica estaria imposto primordialmente a partir do ambiente de trabalho, e coordenado diretamente pelos agentes econômicos da esfera empresarial. Para Bernardo (1985b), no capitalismo contemporâneo, seria apenas acessoriamente que os trabalhadores e movimentos sociais enfrentam ou se submetem ao poder do *Estado Restrito*. Deste modo, a luta dos trabalhadores contra o capitalismo deveria ser verificada, principalmente, a partir do *Estado Amplo*, por ser neste

(...) onde reside, daqui em diante o aparelho decisivo de poder, entendido como a articulação dos seguintes ramos da classe gestorial: gestores das grandes empresas; gestores da força de trabalho, nomeadamente os gestores dos maiores sindicatos burocratizados; e gestores das grandes administrações cooptadas [Estado Restrito] . É este o sistema de poder que corresponde à completa hegemonia da classe dos gestores no capitalismo. (BERNARDO, 1985b, p.97).

Quando o processo de produção integrado passa a ser coordenado privilegiadamente a partir do *Estado Amplo*, se torna importante percebermos como estão distribuídos os poderes entre as classes dominantes. Para o autor, este processo de sobreposição do *Estado Amplo* sobre o *Restrito* revelaria a hegemonia da classe dos *gestores*. Tomando o capitalismo enquanto um processo de relação social que garante a exploração às classes capitalistas, a propriedade dos meios de produção se torna apenas parte deste problema. Para os trabalhadores, a submissão aos processos de trabalho é imposta diretamente pelos grupos sociais responsáveis pela gestão destas relações.

A diversidade das formas que as instituições do Estado tem assumido no capitalismo teria revelado a multiplicidade de origens da classe dos gestores, mas teriam sido as lutas dos trabalhadores que impuseram ao capitalismo a constante necessidade de desenvolver os mecanismos de aumento da produtividade da força de trabalho. Esta constante necessidade de superar as formas de resistências desenvolvidas pelos trabalhadores obrigaria os capitalistas a recorrerem a formas mais avançadas de produção para garantir a recuperação das conquistas dos trabalhadores.

Este desenvolvimento da produtividade exige dos capitalistas uma corrida para utilizar tecnologias mais desenvolvidas, forçando o relacionamento entre as unidades produtivas. Estas formas mais recentes de produtividade buscadas pelas empresas estariam materializadas nas novas tecnologias e nas novas relações de produção que elas exigem. Para Bernardo (1985b), o relacionamento cada vez mais intenso entre as esferas de produção permitiria às classes dominantes uma inter-relação mais direta, reduzindo, cada vez mais, as formas de intervenções mediadas pelo *Estado Restrito*. Seria este o processo responsável pelo desenvolvimento das instituições do *Estado Amplo*, onde a classe dos gestores, demonstrando possibilidades de ações muito mais amplas que a burguesia, assumiria a dianteira nestas transformações.

Para as grandes empresas, a estabilidade econômica é a garantia de que poderão reverter seus lucros em novos lucros, seja através de novas atividades produtivas, seja em poupanças, com certa garantia de que seu patrimônio não será corroído pelas crises

econômicas. Deste modo, as mudanças políticas nas eleições são cada vez mais raras. Isso implica na diminuição do número de partidos políticos com influência nas decisões.

Gramsci (1978) parece perceber, já em 1934, o poder das grandes empresas e a tendência de se tornarem imensas corporações capazes de interferir, cada vez mais, no cenário político e cultural das esferas em que atuam. Pensando como analista e político de ação, Gramsci vê na inelutabilidade dos fatos advindos da indústria moderna, o imperativo em se remodelar as classes sociais na Itália, a fim de excluir setores improdutivos ligados às antigas elites que viviam de pensões e rendas, e disciplinar as classes baixas, pequenos produtores e camponeses, incapazes de se inserirem na indústria moderna, levando-os a uma profunda transformação sócio-cultural: “A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social, e um determinado tipo de Estado” (GRAMSCI, 1978, p. 288).

Contudo, o próprio autor reconhece que este processo de coerção, disciplinamento e transformação dos grupos sociais realizado pelo sistema da corporação industrial, tem enfrentado resistência por parte dos grupos sociais subalternos.

Um movimento progressista iniciado por uma determinada força social não deixa de ter consequências fundamentais: as forças subalternas que deveriam ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com os novos objetivos, resistiriam inevitavelmente. (GRAMSCI, 1978, p. 376).

Mas as transformações do capitalismo sentidas e observados por Gramsci estavam apenas mostrando uma tendência que viria a expandir e se difundir por todo o planeta após a Segunda Guerra Mundial. Se a difusão dos mecanismos de poder representaram um reforço da integração capitalista, ela mostra também que as classes capitalistas precisam afirmar e reforçar este poder cotidianamente. Do mesmo modo que reforça sua abrangência, amplia as formas e possibilidades de seu questionamento.

Pensando nas condições das lutas autônomas em Portugal, devemos avaliar que os principais elementos que barravam a expansão das mobilizações não resultava diretamente da intervenção do *Estado Restrito* nas relações de produção. Ainda que estes *gestores* buscassem a centralização dos processos econômicos e a retomada da disciplina de empresa, seriam os próprios mecanismos de integração capitalista a nível internacional que ofereceriam as maiores resistências ao rompimento destas relações.

Vimos neste trabalho que as estruturas materiais das empresas impuseram sérias dificuldades à expansão das mobilizações. As mercadorias, os maquinários, a organização

fragmentada da produção e as relações com o mercado representaram fortes resistências à remodelação das relações capitalistas. Estas estruturas produtivas que resultam diretamente do caráter integrador dos processos produtivos pelo *Estado Amplo*, revelariam a importância das tecnologias na definição das relações sociais.

A radicalidade dos processos nas empresas da Sogantal, e depois da Charminha, são exemplos de que quanto menos integrada as relações de produção, menor é a complexidade da força dos capitalistas e do *Estado Amplo*. Com um baixo acúmulo de tecnologias e inseridas em relações de mercado mais simples e, por isso, menos dependentes dos grandes circuitos econômicos, estas operárias puderam remanejar mais facilmente as relações de trabalho. Enquanto as empresas com relações mais complexas e dependentes de um sistema internacionalmente integrado de produção, como a Efacec-Inel e a Mabor, as remodelações eram mais difíceis e as alternativas de remodelação das relações sociais mais contraditórias.

Estas dificuldades apontam para duas questões fundamentais reveladas nos processos de lutas autônomas: primeiramente, o poder decisivo das tecnologias capitalistas com consequências diretas no disciplinamento social dos trabalhadores para a produção. Este fato desmistifica uma suposta neutralidade da tecnologia, demonstrando que sua forma está diretamente relacionada com as relações de produção e exploração em que estão inseridas¹⁰³. Em segundo lugar, a capacidade de manter os processos de remodelação social isoladamente nas empresas que se encontram mais à margem dos processos de integração tecnológica, demonstram uma tendência destas transformações em exercerem menos influências de expansão e remodelação da globalidade das relações capitalistas.

5.2 Sobre autonomia e anti-poder

Durante todo este trabalho, a noção do poder capitalista e a possibilidade de sua ruptura estiveram sempre presentes. A concepção dos *gestores* e do *Estado Amplo* desenvolvidos por João Bernardo nos permitem perceber uma maior abrangência das fontes de exercício deste poder pelos capitalistas. As lutas autônomas e as experiências em Portugal de meados dos anos 1970, nos permitem avaliar o potencial destas lutas de romper este poder.

¹⁰³ Para uma crítica da atribuição de certa neutralidade à tecnologia no sistema capitalista ver: *Marx Crítico de Marx: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em O Capital* (BERNARDO, 1977).

A noção do poder ampliado abre a perspectiva de que as lutas sociais devem atingir as mais amplas esferas da vida social.

Neste sentido, buscaremos nesta última parte do trabalho estabelecer uma visão geral da noção de *anti-poder* enquanto contraponto concreto às formas de dominação capitalista. Abordaremos duas perspectivas: uma de João Bernardo (1991a), referentes às práticas autônomas dos trabalhadores, e outra apresentada por John Holloway (2003), que estabelece, a partir do *grito*, a capacidade social de transformar *o poder-sobre em poder-hacer*¹⁰⁴.

5.2.1 Autonomia

A leitura de um poder que se impõem ao mesmo tempo de forma descentralizada e totalitária, nos força a uma releitura das possibilidades de resistência e enfrentamento deste poder. As pessoas são mantidas enquanto trabalhadores sob constante pressão para que assumam certo tipo de conduta social, que disciplina e coordena estas ações cotidianamente. De acordo com Bernardo (1991a), o capitalismo não é capaz de se reproduzir sem direcionar forçosamente as relações sociais para esta finalidade. Assim, se torna fundamental ao capital que o trabalhador continue existindo enquanto tal. A partir daí, podemos entender que o capitalismo enquanto sistema necessita constantemente absorver e inserir em suas relações uma enorme diversidade de força de trabalho: “Todos os mecanismos do capital requerem a passagem do trabalho morto pelo trabalho vivo, que lhe conserva valor e lhe dá um novo alento”. (BERNARDO, 1991a, p.19).

A separação do produtor daquilo que produz é uma fratura fundamental para a dominação capitalista, mas, insistimos, deve ser encarada como resultado de uma série de relacionamentos prévios que legitimam estas ações. Estas relações tem como consequência a imposição de divisões (práticas e ideológicas) às vidas destes trabalhadores, que reforçam a fragmentação e visam impedir as possibilidades de um relacionamento capaz de questionar praticamente, ou seja, socialmente, as condições desta separação fundamental. A luta pela superação desta separação é o que tem mobilizado os trabalhadores.

A idéia de discutir a autonomia deve partir das lutas práticas dos coletivos sociais que

¹⁰⁴ John Holloway (2003) utiliza os termos em espanhol *poder-sobre* e *poder-hacer*, que tomamos a liberdade de utilizar neste trabalho a expressão traduzida para *poder-sobre* a *poder-fazer*.

vem demonstrando necessidades de se opor à esta dominação cada vez mais totalitária pretendida pelo capitalismo. Retomando a importância da filosofia da práxis de Marx enquanto rompimento com o idealismo, Bernardo (1991a, p. 50) afirma: “Marx não se limitou, portanto, a conceber a força de trabalho como capacidade de ação, mas remeteu toda a dinâmica real ao exercício dessa capacidade de trabalho”. Temos então que estas lutas sociais obedecem a relações práticas de oposição. Não surgem a partir do esforço intelectual, mas de condições contraditórias que oscilam entre coesão capitalista e ruptura. Ao conceber a ação humana enquanto práxis, Marx e Engels estavam rompendo com uma trajetória filosófica, que privilegiava a ação humana enquanto ação intelectual. Neste sentido, Bernardo resume esta noção da seguinte forma: “E como é apenas enquanto lutam contra a exploração que os trabalhadores afirmam seu antagonismo a este sistema econômico, o agente da passagem ao novo modo de produção serão os explorados em luta” (BERNARDO, 1991a, p. 315).

A teoria marxista inaugurou este tipo de análise crítica das relações de produção na sociedade capitalista. Esta separação do produto dos produtores seria o centro de toda a fragmentação que a sociedade capitalista desenvolveu para garantir a apropriação privada dos bens produzidos, sendo por isso o principal fundamento da dominação capitalista sobre a vida do trabalhador. No entanto, as correntes tradicionais do marxismo visualizam este problema privilegiando a necessidade de retomada dos meios de produção, baseados na disputa política com a burguesia a partir do partido, como meio principal de tomada do poder do Estado. Em caminho inverso, a corrente autonomista entende que o que mantém o processo de fragmentação e alienação da propriedade do trabalho coletivo não é apenas a propriedade dos meios de produção, mas a capacidade de exercer um controle sobre as relações de produção que garantem a manutenção desta propriedade enquanto tal.

João Bernardo (1991a) dirá que as revoltas contra a disciplina capitalista podem ocorrer desde práticas passivas e individuais, como a preguiça e o desinteresse pelo trabalho, atrasos de horários e metas, podendo expandir para formas coletivas como uma *greve de zelo* ou o boicote à alguma chefia. Mas enquanto estas formas de questionamento se mantiverem passivas, o capitalismo seria capaz de assimilar estes sintomas de insatisfação e reforçar a disciplina de empresa com sanções ou punições destes trabalhadores individualmente. Para o autor, estes questionamentos só seriam capazes de criar novas relações em oposição ao capitalismo, quando se manifestarem de forma ativa e coletiva. Neste sentido, a capacidade de

confrontação das lutas sociais só comprometem a disciplina capitalista na medida em que são capazes de criar, ainda que embrionariamente, uma nova relação de convívio.

Para Bernardo (1991a), a simples contradição do sistema não é suficiente para atribuir às reivindicações sociais o caráter de lutas autônomas. A necessidade de se manterem ativas e coletivas, e portanto com capacidade criativa, é o que pode definir uma mobilização como autônoma. Elas são também o que renovam as possibilidades de rupturas com este sistema totalitário de exploração. O autor considera que não é o conteúdo das reivindicações dos trabalhadores que interessa, mas a forma social concreta como estes reivindicam-nas.

Vemos que sob a perspectiva da autonomia operária, as bases institucionais totalizantes para o desenvolvimento de um novo modo de produção se dão praticamente e não intelectualmente. Elimina-se o componente da vanguarda enquanto portadora de um conhecimento político global, e se coloca no centro das mobilizações as necessidades fatídicas dos trabalhadores de impor uma forma de relação social de produção que lhes é inerente. Na perspectiva que aqui adotamos, a história do movimento operário, do ponto de vista de suas relações sociais, nos é útil para revelar o tipo de experiências que tiveram e como vem respondendo os trabalhadores nos processos de exploração capitalista.

Toda sabotagem dos trabalhadores em relação às máquinas representa um sintoma de sua negação, mas quando, por exemplo em Portugal, estes trabalhadores atingiram formas extremadas de luta, e passaram à gestão comum da produção, em muitas empresas pode se verificar que diversas máquinas tiveram de ser deixadas de lado para que se perseguisse uma gestão coletiva e igualitária da produção, ainda de acordo com Bernardo (1993). Esta é uma forma criativa da negação da tecnologia capitalista, pois abre caminho para a construção de uma outra, avessa às fragmentações e de acordo com essa nova prática social, demonstrando assim a não neutralidade das formas tecnológicas utilizadas no modo de produção capitalista.

Em Portugal, após o início das ocupações em 1974, uma prática comum em muitos grupos mobilizados era de retomar a produção com a intenção de reaverem os salários como forma de subsistência. Baseado nas experiências de algumas fábricas descritas neste trabalho, em especial para os casos da Sogantal e da Charminha, vimos que as vendas dos estoques e ou dos bens produzidos eram um dos empecilhos para a continuidade e aprofundamento das experiências autônomas naquela ocasião. Temos então que mesmo sem a presença dos patrões, as condições materiais dos maquinários e o tipo de mercadoria produzida exerciam um poder no sentido de reforçar a disciplina capitalista pela fragmentação. Isso nos permite

observar fatores importantes que limitavam a expansão de novas relações nos processos de ruptura e autogestão.

5.2.2 Anti-poder

John Holloway (2003) também parte do caráter totalitário do poder capitalista no mundo contemporâneo para estabelecer a noção de anti-poder. O autor estabelece a metáfora do *grito* como a primeira e mais sincera forma de negação da dominação. O *grito* pode partir de iniciativas aparentemente isoladas e particulares, que surge das pessoas, em locais específicos e em momentos particulares. Ele seria exprimível no âmbito das relações diárias desde uma única pessoa, até amplos grupos sociais. Deste modo, o *grito* é a primeira manifestação da negação das relações capitalistas.

Este *grito* teria uma dupla dimensão: mesmo que ele surja de um momento de raiva no interior de nossas experiências diárias, ele tem a capacidade de levar consigo a projeção de uma esperança de que um outro mundo é possível. “*El grito implica una tensión, entre lo que existe y lo que podría posiblemente existir, entre el indicativo (lo que es) y el subjuntivo (lo que puede ser)*” (HOLLOWAY, 2003 p.19). Ele parte de uma reação psicológica, porém pode levar ao estabelecimento de novas relações práticas que rompam, ainda que momentaneamente, com o cotidiano passivo e hierarquizado das relações capitalistas. Ele teria a capacidade de anunciar que algo está errado.

Holloway (2003) evita utilizar a polarização entre *poder* e *contra-poder* por entender que não se trata de uma luta simétrica. Para se referir à relação de dominação e insubordinação presente nas relações capitalistas, ele se utiliza de termos como *poder-sobre* e *poder-fazer*. O *poder-sobre* se refere às condições das relações de produção capitalista responsáveis pela separação dos produtores do processo de produção e apropriação dos bens produzidos. *Poder-fazer* deriva da capacidade de *emancipação* em relação às relações que obrigam os trabalhadores a venderem sua força de trabalho, e com isso sua subjetividade. O autor dá preferência à expressão *anti-poder*, afirmando para isso que não se trataria de uma relação de fogo contra fogo, de partidos contra partidos, de classe contra classe. Se trata de mecanismos capazes de barrar o *poder-sobre*. “*El anti-poder, entonces, no es un contra-poder,*

sino algo mucho más radical: es la disolución del poder-sobre, la emancipación del poder hacer” (HOLLOWAY, p.2003, p.60).

Conforme Holloway (2003), seria muito mais fácil falar e perceber o poder, que o anti-poder. O poder tem a sua expressão social bem divulgada, com sólidas ideologias que sustentam sua posição de soberania no reforço da exploração. Já as contradições, elas tendem a ser distorcidas, quando não ignoradas e silenciadas. Deste modo, a repercussão destas formas expressas de *anti-poder* tendem a ser muitas vezes invisíveis. As notícias nos jornais, a História oficial, as Ciências Sociais, etc., em muitos casos tem servido para reforçar uma história dos vencedores.

John Holloway (2003) dirá em seu livro “*Cambiar el mundo sin tomar el poder*” que é muito mais fácil visualizar as relações de poder, do que as forças que apontam para a negação deste poder. Prova disto seria que a maioria da esquerda e dos pesquisadores voltados para as lutas sociais focaram seu olhar para as contradições que aconteciam na própria esfera do poder. Ou seja, se orientaram nas lutas entre os partidos políticos, correntes sindicais, congressos, programas, etc., focando sempre as siglas políticas que representam o poder, deixando num plano secundário as relações que tinham sido construídas a partir de baixo. Não tiveram interesse em destacar as possibilidades de enfrentamentos que foram surgindo de relações práticas e cotidianas de afrouxamento dos laços que hierarquizam e reforçam a exploração.

De acordo com o autor, o *anti-poder* não pretende se manter invisível para sempre, os movimentos sociais aparecem como expressão destas forças silenciosas que negam a dominação. As lutas práticas são a exteriorização desta negação da disciplina social capitalista e, ao mesmo tempo, a possibilidade presente de sua ruptura. Esta é a disposição do *anti-poder*: enquanto o poder aparece como expressão das relações capitalistas, o *anti-poder* é uma forma de rompimento destas relações que só se pode se efetivar a partir da (imediata) criação de uma nova relação (Cf. HOLLOWAY, 2003).

Holloway, a partir de Lukács¹⁰⁵, utilizará os termos *fetichismo* e *anti-fetichismo*, para dizer que a relação poder e *anti-poder* deve ser enfocada a partir da negação das relações sociais de exploração. Segundo o autor, esta negação, denominada *anti-fetichismo*, seria a expressão de um *anti-poder* na medida que atua enquanto força que se opõe às relações *fetichizadas*. (Cf. HOLLOWAY, 2003. p.128).

¹⁰⁵ O autor se refere aos textos de G. Lukács em *História e consciência de Classes*.

Para o autor, na medida em que o *fetichismo* é entendido enquanto *processo de fetichização*, ou seja, enquanto separação entre sujeito e objeto¹⁰⁶, não bastaria um “não potencial”. O *grito*, para conseguir uma quebra de disciplina, para pôr fim às relações mercantilizadas, fragmentadas, e portanto, *fetichizadas* teria de ser capaz de retomar relações que garantam o *poder-hacer*. Somente esta ação positiva de liberação do *poder-hacer* seria capaz de quebrar o processo de *fetichização* das relações sociais. “*Debemos entender la revolución como algo más que la intensificación o la desarticulación de las relaciones sociales (...) La lucha implica la reafirmación del hacer social, la recuperación del poder-hacer*” (HOLLOWAY, 2003, p.284, 285).

Contrariamente ao que disseram Gramsci (2000) e Pasic (1976), John Holloway (2003) afirma que dentre os grupos mobilizados contra as relações capitalistas, não é possível estabelecer uma hierarquia do grau de importância de cada um para a manutenção geral do sistema que garanta a extorsão da mais-valia. Conforme o autor, não haveria sentido uma afirmação que estabeleça que determinados setores quando mobilizados teriam uma força maior de oposição ao capitalismo, em detrimento de outros setores eventualmente mais *marginalizados*. O que importaria para este tipo de análise seria a radicalidade destes processos de luta.

Portanto, quando chamamos *anti-fetichização*, *anti-poder*, *relações de tipo novo* ou *autônomas*, o propósito é dizer que a força de negação do sistema não depende das lutas a partir das esferas institucionais do poder. E mais, significa ainda que privilegiar este tipo de luta institucionalizada, implica fechar os olhos para a possibilidade da novidade social. Não se trata de optar entre uma sociedade mais distributiva ou competitiva, trata-se de se restabelecer relações livres de opressões, livres da reprodução de amarras da exploração. Holloway (2003) afirma junto, com autores como Bernardo (1991a) e Mario Tronti (1990), que seriam as resistências dos trabalhadores o que força o desenvolvimento capitalista. Este desenvolvimento se daria pela capacidade que o capitalismo tem demonstrado de superar os focos de *anti-poder* através da remodelação das relações de produção.

Holloway (2003) irá criticar a interpretação que atribui às lutas sociais os sintomas do anti-poder, enquanto expressão direta de influências *externas*, em que as práticas de negação das relações capitalistas são encaradas como respostas imediatas dos mecanismos de exploração. As formas de negação e *anti-poder* não são meramente dispersas ou sem

¹⁰⁶ Como dirá o autor: “*del hacer y lo hecho*” (HOLLOWAY, 2003, p. 284).

intencionalidade (de organicidade). Esta forma de insubordinação ao capital “*no es el cumplimiento de las exigências inmediatas sino el desarrollo de una comunidad de lucha, de un hacer colectivo caracterizado por su oposición a las formas capitalistas de las relaciones sociales.*” (HOLLOWAY, 2003, p.184).

Para rejeitar este automatismo nas práticas de negação do capitalismo, Holloway (2003) retoma a noção de que somos sujeitos diretamente responsáveis pelos atos que nos envolvem na teia das relações sociais. “*Somos los únicos culpados por condiciones históricas, por el capitalismo y por su contradicción*” (HOLLOWAY, 2003, p.243).

Com isso, Holloway (2003) pretende dizer que não será exclusivamente uma classe social, uma instituição ou uma entidade mitológica que será capaz de transformar as relações sociais radicalmente. São as pessoas presentes que devem atribuir a reprodução das relações do presente e, por isso, somente destas pessoas poderíamos esperar a construção de uma outra sociabilidade. Para o autor, devemos ter em conta que os poderosos dependem diretamente dos *sem poder* para garantir seu privilégio nas relações sociais. Neste sentido, as manifestações de *anti-poder*, deveriam ser vistas como elemento de força ativa dos grupos mobilizados, antes de serem vistas como respostas imediatas às relações contraditórias ou fruto de momentos de crise das classes dominantes.

Ainda que com perspectivas diferentes, Holloway (2003) e Bernardo (1991a) procuraram destacar nos movimentos de contestação do capitalismo sua capacidade criativa. A idéia da autonomia e do anti-poder representam uma tentativa de restabelecer a capacidade de iniciativa aos grupos sociais mobilizados. Holloway (2003), e de certa forma Bernardo (1991a), estão discutindo e rebatendo os limites de uma tendência que procura depreciar nos conflitos sociais uma condição espontaneísta. A questão da consciência acaba sendo um assunto secundário para esses autores. As idéias de autonomia e anti-poder buscam valorizar as lutas anti-capitalistas em suas formas mais radicais de auto-organização, negando com isso a necessidade de um partido ou instituição central no direcionamento desses conflitos. Ambos desejam mostrar que a ruptura social com o capitalismo e organizações verticais e centralizadas de lutas caminham em direções opostas.

Por fim, voltando às mobilizações em Portugal, veremos que o processo de auto-gestão foi a realização prática de se fazer o que antes parecia impossível. Por isso, seria também uma força social capaz de quebrar os grilhões que garantiam a apropriação capitalista. A forma autônoma de se apropriar da produção coletivamente, sem a imposição de

relações regidas pela lógica mercantilizada do *valor de troca* ou *fetichizada*, é por si só uma força política fundamental, que aponta para uma ruptura das relações sociais de dominação. Estes movimentos demonstraram na prática a possibilidade da retomada do *poder-fazer*; “*la ruptura del flujo del hacer se lleva hasta sus más absurdas consecuencias. El poder-sobre se separa del poderoso*”. (HOLLOWAY, 2003, p.56).

John Holloway (2003) vai afirmar que o *grito* é a primeira forma de negação das relações *fetichizadas* que separam as pessoas do controle de suas relações. Mas o *grito* também vem carregado com uma noção de identidade. A idéia do grito é a de que “*não somos*”. E, portanto, de uma não-identidade plural e coletiva. Neste sentido, as lutas sociais seriam capazes de romper as barreiras entre o passado e o futuro. Isto porque esse *grito* de negação do presente significa a possibilidade (a intenção) de que as relações esperadas para o futuro (de dominação) não se realizarão. O *grito* seria ainda a capacidade de se estabelecer relações de tipo novo, onde as práticas coletivas de *não-identidade* seriam capazes de ações profundas e inovadoras.

Por fim, se atribuirmos a noção do *grito* para as mobilizações coletivas que seguiram ao 25 de abril em Portugal podemos dizer que se tratou de um imenso *grito* coletivo de *não*, de *anti-identidade*, para com as relações autoritárias do capitalismo no regime salazarista e sua guerra colonial. Mas estas ações não se encerraram com esse *grito*. Sem a construção de novas relações sociais concretas, este *grito* não serviria de nada. Enquanto ecoou este *grito*, o avanço das mobilizações sociais puseram à prova os interesses dos grupos sociais envolvidos. Portanto, a experiência portuguesa nos ensinou que não basta a capacidade de negação sem o elemento criativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o resultado de um esforço de se perceber, a partir da experiência dos trabalhadores em Portugal nos anos de 1974 a 1976, a capacidade das lutas autônomas em estabelecer relações sociais capazes de romper com o poder capitalista. Neste sentido, recorreremos primeiramente à caracterização do regime salazarista enquanto elemento repressivo capaz de estabelecer um ponto comum de descontentamento social perante o poder constituído. A partir do golpe de 25 de abril de 1974, a gigantesca ebulição das forças sociais, reprimidas severamente por quase 50 anos, puderam liberar e aflorar suas contradições.

Estas contradições foram capazes de revelar práticas sociais que no geral percorreram dois caminhos principais: os trabalhadores que vinham arcando com um processo de produção fortemente repressivo, cujo resultado foi a precarização das relações de trabalho, partiram para a ofensiva estabelecendo um amplo quadro de reivindicações. Já os partidos políticos e alguns setores militares envolvidos ativamente com o golpe correram para disputar o controle das instituições do Estado, com a intenção de se restabelecer a capacidade de centralização política e o controle dos processos econômicos mais estruturais.

O resgate das experiências de lutas nas empresas Mabor, Sogantal, Charminha e Efacec-Inel nos serviram para uma observação mais apurada das redes e instituições que foram desenvolvidas pelos trabalhadores num processo de acentuada autonomia em relação aos órgãos de centralização política destes movimentos. As formas de relacionamento destes trabalhadores com os sindicatos, os partidos de esquerda e setores do governo ligados à esquerda, como o Ministério do Trabalho, também puderam revelar as limitações destas instituições enquanto condutores de lutas ativas e coletivas dos trabalhadores. Pelo contrário, vieram demonstrar a disposição destes elementos institucionais para com a disciplina de empresa e a reorganização da economia capitalista em Portugal.

Buscamos ainda estabelecer um diálogo destas experiências com autores que se dedicaram às análises das lutas operárias ao longo do século XX. A partir de Gramsci, pudemos discutir o alcance dos conselhos operários enquanto instrumento de luta e sua capacidade política para a transformação do capitalismo. Gramsci demonstra especial interesse pelas potencialidades criativas destes conselhos e sua capacidade de gestão dos processos econômicos, no entanto insiste na centralidade do partido como único elemento

capaz de agregar as energias necessárias para a tomada do poder político da burguesia pelo controle do aparelho de Estado.

Com o intuito de avaliar os limites do Estado enquanto elemento agregador das forças coletivas dos trabalhadores, recorreremos à experiência da Iugoslávia apresentada por Pasic. Nestas experiências pudemos observar como o Estado, mesmo após a expropriação da burguesia, tende a reforçar o controle das relações sociais de produção em detrimento da capacidade de auto-gestão dos trabalhadores. A idéia de uma economia planificada tende a promover a reprodução das condições de dominação atribuídas ao Estado quando controlado pela burguesia.

A manutenção das condições de dominação sobre os trabalhadores, mesmo após a tomada do poder da burguesia, nos levou a uma reavaliação das classes capitalistas e suas relações fundamentais com os trabalhadores. A partir do conceito de classe dos *gestores* desenvolvido por João Bernardo, pudemos perceber a convergência de práticas sociais de reorganização do capitalismo pela capacidade destes agentes em coordenar as relações de produção, a partir de uma multiplicidade notável de instituições. Com base nos estudos realizados pelo autor citado, pudemos perceber uma sequência de acontecimentos histórico-sociais no decorrer do século XX que apontaram para a unificação da capacidade de relacionamento destes grupos, que levou o autor a considerá-los enquanto uma classe capitalista, com uma forma de atuação política muito distinta da burguesia, mas nem por isso menos avessa aos interesses dos trabalhadores.

A partir desta ampla capacidade de relacionamento nos processos de decisão e organização do capitalismo conferido aos *gestores*, fomos levados a uma reavaliação da capacidade de poder dos capitalistas na organização dos processos de trabalho impostos de uma maneira muito mais intensa aos trabalhadores. O conceito de *Estado Amplo* também desenvolvido por João Bernardo foi a ferramenta teórica que nos ajudou a compreender a capacidade de exercício de um poder que já não tinha como centro principal o Estado, mas que podia estabelecer o controle sobre a vida dos trabalhadores com métodos muito mais dispersos e totalitários. A noção de *Estado Amplo* procura destacar que as relações de produção não se restringem apenas às fábricas, mas estão relacionadas à uma diversidade de elementos, como o urbanismo, infra-estruturas, as universidades, os lazeres, os meios de comunicação e assim por diante. Neste sentido, a organização ativa e coletiva dos trabalhadores nestes locais também significa um rompimento com a organização capitalista da

sociedade.

No entanto, as experiências de Portugal e as observações de Bernardo apontadas neste trabalho, atentam para os limites destas rupturas, na medida em que a capacidade dos movimentos autônomos de romper com o sistema capitalista depende do nível de integração e dependência das relações capitalistas em que a instituição sob o controle dos trabalhadores se encontra. Por exemplo, uma cooperativa de catadores de sucata pode acarretar numa importante experiência pedagógica para o reforço de práticas coletivas, mas tende a atuar com pouca possibilidade de ampliação da capacidade de remodelação das relações de produção para níveis mais amplos do sistema. Outro exemplo, quando os piqueteiros bloqueavam as rodovias de acesso a Buenos Aires, ocupavam uma importante via de relacionamento da produção capitalista, forçando a negociação com essas forças (governo e empresários). Estes bloqueios rompiam com o funcionamento capitalista daquele meio de comunicação tão fundamental para a reprodução das relações capitalistas, mas o seu uso exclusivo enquanto tecnologia de interligação e circulação capitalista impedia um reaproveitamento criativo e permanente daquelas instalações. Ainda assim, o rompimento parcial deste instrumento capitalista de forma ativa e coletiva cumpria um papel decisivo de relacionamento entre uma diversidade de grupos mobilizados, podendo refletir em outras formas de mobilizações.

Por último, recorremos a dois autores que, apesar das diferenças, tem contribuições fundamentais para se pensar a capacidade criativa e antagonista das lutas autônomas e do anti-poder. Numa esforço de definir o que entendemos por capacidade de ruptura dos movimentos, destacamos, sobretudo, que estas movimentos foram capazes de se estabelecer sob bases criativas de relacionamento social, que negavam o poder de dominação capitalista na medida em que se demonstravam capazes de criar novas relações sociais. Ensaíram na prática novas possibilidades de relacionamentos econômicos, políticos e ideológicos. Esta capacidade criativa de romper as estruturas hierarquizadas e fragmentadas das relações capitalistas não teria sido possível sem que os trabalhadores negassem na prática a participação dos *gestores* capitalistas em suas instituições de luta.

Apesar das aparências, não foi o poder propriamente dito que nos interessou centralmente aqui, o que nos preocupa é, principalmente, perceber a substância possível, encontradas nas lutas e mobilizações coletivas, que aponte para a capacidade de romper a hierarquia das relações capitalistas e minar sua autoridade. Por entendermos o capitalismo enquanto um sistema que fundamenta sua existência contraditória através de uma identidade

relacional, o poder deve ser encarado como o próprio ponto de partida para seu questionamento. E por isso teve de ser tão referido neste trabalho.

A experiência portuguesa da Revolução dos Cravos em 1974 foi o palco para as nossas observações e base para o diálogo com outros movimentos anti-capitalistas e correntes de pensamento que tais experiências despertaram. O maior aprendizado desta viva experiência, é poder perceber que o caráter espontâneo das mobilizações autônomas dos trabalhadores deve ser remetido à sua capacidade criativa, capaz de superar as formas tradicionais de condução destas lutas canalizadas exclusivamente sob a organização partidária e sindical. Contrariamente ao que vem sendo afirmado pelas organizações tradicionais dos trabalhadores, este espontaneísmo não repercute necessariamente na desintegração da capacidade política destas energias questionadoras, pelo contrário, vem dar vitalidade e renovação à capacidade de questionamento e organização coletiva dos grupos sociais mobilizados.

Por fim, a noção de *Estado Amplo* deve colocar em evidência a decadência das organizações que se baseiam em atuações políticas restritas ao Estado ou à propriedade dos meios materiais de produção. As possibilidades de intervenção política a partir das instituições do *Estado Amplo* têm permitido às classes dominantes uma reorganização muito mais complexa, que tem extrapolado inclusive as limitações tradicionais destes grupos sociais. Os desafios de novas leituras das mobilizações sociais só poderão tomar forma a partir de retomada de atividades capazes de contestar a exploração capitalista. O momento presente parece ser caracterizado por uma reorganização das classes dominantes numa perspectiva global e pela fragmentação, em diferentes níveis, dos grupos sociais explorados de trabalhadores e precarizados pelo sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1995.

BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista.** Porto: Afrontamento, 1975a.

_____. Um ano, um mês e um dia depois, para onde vai o 25 de abril? **Economia e Política da Classe Dominante.** 2.ed. Lisboa : Porto : Contra a Corrente, 1975b.

_____. **Lutas sociais na China.** Lisboa: Porto: Contra a Corrente, 1976.

_____. **Marx crítico de Marx.** Livro Primeiro. Epistemologia, classes sociais e tecnologia em O Capital. Porto: Afrontamento, 1977. vols. I, II e III.

_____. Metodologia geográfica e crítica da geografia ideológica. **Revista trimestral de histórias e idéias,** Porto, n.1, p.53-89, 1978.

_____. **O inimigo oculto: Ensaio sobre a luta de classes, manifesto anti-ecológico.** Porto, Edições Afrontamento, 1979.

_____. O proletariado como produtor e como produto. **Revista de Economia Política.** Revista de Economia Política. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 83-100, jul/set. 1985a.

_____. Gestores, Estado e capitalismo de Estado. **Educação e Sociedade.** São Paulo, n.14, 1985b, p. 85-104.

_____. **Capital Sindicatos e Gestores.** São Paulo : Edições Vértice, 1987a.

_____; DELGADO, Rita. Acidentes de trabalho. Contribuição para uma análise. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, vol. 27, n. 3, 1987b. p. 39-44.

_____. **A produção de si mesmo.** Educação em revista. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 9, ano IV, 1989, p. 3-17.

_____. **Crise da Economia Soviética.** Coimbra: Fora do Texto, 1990a

_____. E convertem cada pessoa em pau de novas bandeiras. **A idéia**, Lisboa, n.54, mai. 1990b, p. 16-18.

_____. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991a.

_____. **Dialética da Prática e da ideologia.** São Paulo: Cortez; Porto: Edições Afrontamento, 1991b.

_____. Internacionalização dos capitalistas e nacionalismo dos trabalhadores. **Revista de Administração de empresas.** São Paulo, n.1, v.31, jan/mar. 1991c, p. 5-13.

_____. Depois do marxismo, o dilúvio? **Educação e sociedade.** Campinas, n. 43, ano XIII, 1992, p. 393-412.

_____. O futuro era agora: o movimento popular do 25 de abril. **Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial.** Lisboa, 1993, p. 207-214.

_____. Aridez e fluidade: parábola acerca da mais-valia absoluta e de mais-valia relativa. **Educação e Sociedade.** Campinas, ano XVI, n. 51, ago/1995, p. 250-258.

_____. Post-Post. Se a sociedade é tão entusiasmante, por que tanta apatia? **Última geração.** Porto, n. 22, 23 e 24, 1997a.

_____. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo. **Crítica marxista.** São Paulo, vol. 1, n. 4, 1997b, p. 123-139.

_____. **Estado, a silenciosa multiplicação do poder.** São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. **Transnacionalização do capital, e fragmentação dos trabalhadores, ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Labirintos do fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta.** Edições Afrontamento: Porto, 2003.

_____. **Democracia Totalitária. Teoria e prática da empresa soberana.** Cortez. 2004.

BRUNO, Lúcia. **Portugal: O COMBATE pela autonomia operária** - dissertação de mestrado, Lúcia Bruno - 1983.

BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária.** São Paulo, Brasiliense. 1985.

BUECHLER, S. "The resource mobilization paradigm". In: **Social movements in advanced capitalism.** New York: Oxford University Press, 2000.

CARVALHO, Otelo Saraiva de. **Cinco meses mudaram Portugal.** Lisboa: Portugália Editora, 1975.

CASTELLS, M. **Teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CENTRO de documentação 25 abril. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>> Acessado em: 10. fev. 2010.

CEREZALES, Diogo. **O poder caiu na rua.** Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2003.

COMBATE. **Capitalismo Privado ou Capitalismo de Estado Não É Escolha!** (Manifestos e Editorias do *Combate*). Porto: Afrontamento, 1975.

DEMING, W. E. **Qualidade: a revolução da administração.** Rio de Janeiro: Editora Marquês Saraiva, 1990.

DIAS, Edmundo Fernandes. et. al. **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã. 2 ed, 1996.

DREITZEL, H. et. al. **Tecnocracia e ideologia.** Rio de Janeiro: Templo brasileiro, 1975.

GALVÃO, A. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? Artigo apresentado no **32º encontro anual da ANPOCS** (GT Marxismo e Ciências Sociais). Caxambu, 2008.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2001.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1977. Vol. I e II.

_____, A. **Americanismo e Fordismo**. in obras escolhidas. São Paulo: Martins fontes, 1978.

_____, e BORDIGA, A. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

HOBBSBAWM, E. **As origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLLOWAY, J. **Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy**. Puebla. Mex : El viejo topo, 2003.

Jornal Combate, do Ano I, 19 a 25 de julho de 1974 ao Ano IV, fevereiro de 1978. In. Coleção Combate (CD Room).

JOYEUX, Maurice. **Autogestão, gestão operária, gestão direta**. [s.1] : A batalha, 1975.

KLANDERMANS, B. **The social psychology of protest**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1997.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma o revolucion**. Editorial Grijalbo, S.A.:México D.F., 1967.

MAILLER, P. **A revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro: o processo global da economia capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. (vol.5).

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro Primeiro: o processo de acumulação capitalista. São Paulo, Difel, 1985 (vol.1).

_____. **O manifesto do partido comunista.** Rio de Janeiro : Global, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Trad. Lívio Xavier. Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MEHRING, Franz. **Carlos Marx y los primeros tiempos de la Internacional.** México D.F: Editorial Grijalbo, S.A., 1968.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Redes organizacionais e Estado Amplo. **Revista de Administração de Empresas.** Rio de Janeiro, n. 27, abr/jun 1987, p. 5-13.

OSÓRIO, Sanches. **O equívoco de 25 de abril.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

PASIC, N. **Organización política de la sociedad autogestora.** Buenos Aires: El Cid Editor, 1976.

PINTO, João Alberto da Costa. **A propósito do marxismo de João Bernardo.** In. Revista Espaço Acadêmico N° 43, dezembro de 2004.

POULANTZAS, N. **Fascismo e Ditadura.** Vol I. Porto : Portucalense, 1972.

SECCO, L. **A revolução dos cravos e a crise do império colonial português (1961-1974). Economia, espaços e tomadas de consciências.** São Paulo : Almeda/FAPESP/Cátedra Jaime Cortesão, 2004.

_____. **Gramsci e a Revolução.** São Paulo: Alameda, 2006.

SILVA, Felipe. L. G. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. **Psicologia.com.pt** Portugal: 30 de jan. 2010. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt>. Acesso em 12 fev 2010.

SMITH, Adan. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo, Hemus, 1981.

SPINOLA, A. **Portugal e o Futuro, análise da conjuntura nacional.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1974.

TARROW, S. **El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política.** Madrid: Alianza Editorial, 1997.

TOURAINÉ, A. **O retorno do actor.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. Na fronteira dos movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, jan/abr 2006.

TRAGTEMBERG, Mauricio. **Reflexões sobre o socialismo.** São Paulo: Editora moderna, 1986.

TRONTI, Mário. La cultura dell' organizzazione nell' esperienza dei comunisti italiani. **Crítica Marxista**, Itália, n. 5-6, ano 28, set/dez 1990.

ANEXOS

Quadro de Partidos Políticos¹⁰⁷

Partido Socialista (PS). Partido criado em 1973 com militantes da oposição democrática e republicana. Filiado na Internacional Socialista. Programa radical de construção do socialismo mas subordinado ao respeito escrupuloso das liberdades democráticas, em especial da liberdade de imprensa. Secretário-geral: Mário Soares.

Partido Popular Democrático (PPD). Partido fundado pelos líderes da “ala liberal” da Assembléia Nacional que em 1969 acreditaram na liberalização anunciada por Marcelo Caetano após ter sucedido a Salazar. Demitiram-se ao comprovarem que suas expectativas não se cumpriam. Depois de 25 de abril define-se como “social-democrata” e “socialista não-marxista”; disputou ao PS a sua filiação na Internacional Socialista e consolidou-se como o principal partido da metade norte de Portugal. Os seus principais líderes foram Sá Carneiro e Emídio Guerreiro.

Partido Comunista Português (PCP). Principal partido da oposição à ditadura. Moderado nos primeiros meses após o 25 de abril, a sua estratégia passa por utilizar a sua coordenação organizativa para colonizar instituições estatais, sindicatos e associações. Vai-se radicalizando com a pressão dos movimentos sociais e da extrema-esquerda e com as oportunidades de avançar que lhe oferecem os militares radicais, chegando, em 1975, a adotar uma estratégia de ruptura em colisão com a legitimidade eleitoral da Assembléia Constituinte. Secretário-geral: Álvaro Cunhal.

Centro Democrático Social (CDS). Partido “humanista cristão” com laços internacionais com os conservadores britânicos, os republicanos conservadores de Giscard d'Estaing e a Internacional das Democracias Cristãs. Não participou nos governos provisórios e acabou por consolidar-se como o mais à direita do arco parlamentar. Líderes: Diogo Freitas do Amaral e Amaro da Costa.

Movimento Democrático Português (MDP) (MDP/CDE). Organização herdeira do movimento unitário da oposição democrática à ditadura. Transformou-se em partido em Outubro de 1974, o que forçou a saída do movimento dos membros de outros partidos constituídos. O PCP manteve militantes seus na organização e esta actuou claramente aliada a ele. Teve especial influência pelo seu papel na substituição de autoridades locais e pelas suas boas relações com os militares revolucionários, que apreciavam a sua retórica “unitário”. Fez parte da FUR.

União Democrática Popular (UPD). Frente eleitoral de vários grupos maoístas unificados posteriormente no PCP (R). Teve influência nalguns oficiais militares, na Polícia Militar e nas comissões de moradores.

Movimento de Esquerda Socialista (mês). Partido marxista, com ligações às organizações da esquerda católica, e no qual militaram numerosos intelectuais. Dele saíram vários civis que

¹⁰⁷ Quadro elaborado a partir de CEREZALES (2003). p.57-58.

actuaram como conselheiros de militares destacados do MFA, os ex-MES. Foi um dos partidos participantes na Frente de Unidade Revolucionária, FUR.

Frente Socialista Popular (FSP). Cisão da ala esquerda do Partido Socialista e partidária dum compromisso revolucionário mais próximo ao PCP ou do MPD. Não conseguiu transformar em apoio eleitoral o importante número de militantes que saíram na cisão. Fez parte da FUR.

Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). Movimento maoísta, talvez o mais activo em 1974. A sua linha “leninista” (“nenhum apoio ao governo provisório”) e, especialmente, de combate a PCP - o principal inimigo era identificado como “social-fascismo” - fê-lo entrar em conflito com o MFA e ser ilegalizado.

Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) (PRP/BR). Partido marxista sem ligações internacionais, nascido nas Brigadas Revolucionárias, uma organização clandestina armada que tinha combatido contra a ditadura desde 1971. Com importantes aliados no COPCON, promoveu o armamento dos trabalhadores numa perspectiva unitária e a organização autónoma dos soldados. Fez parte da FUR.

Frente de Unidade Revolucionária (FUR). Aliança política de vários partidos da esquerda e da extrema-esquerda, formada durante o Verão de 75, em cuja formação se destacaram vários militantes do setor radical do MFA. Participaram nela o MDP, o PRP, o mês, os trotskistas da LCI e a LUAR, uma organização armada, dedicada ao trabalho político de base. A FUR foi a principal responsável por organizações como os SUV (“Soldados Unidos Vencerão”) - umas comissões clandestinas de soldados que ganharam protagonismo durante os meses anteriores ao 25 de Novembro de 1975 e que pareciam ameaçar levar a cabo a desintegração definitiva das forças armadas.

Partido Democrata Cristão (PDC). Partido de direita que se foi aproximando do CDS, com quem preparou candidaturas conjuntas, mas que foi legalizado pela sua participação no golpe de 11 de Março de 1975.

Outros partidos de menor destaque da direita, como o Partido Liberal (PL), o Partido Federalista Português (PFP) ou o Partido Social-Democrata Independente (PSDI), apoiaram Spínola contra o MFA, desaparecendo depois do golpe de 28 de Setembro de 1974.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)